



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. IV (2003)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

As cartas malaias de Abu Hayat, Sultão de Ternate, a el-rei de Portugal e os primórdios da presença portuguesa em Maluco

Luís Filipe Reis Thomaz

Como Citar | How to Cite

Thomaz, Luís Filipe Reis. 2003. «As cartas malaias de Abu Hayat, Sultão de Ternate, a el-rei de Portugal e os primórdios da presença portuguesa em Maluco». *Anais de História de Além-Mar* IV: 381-446.
<https://doi.org/10.57759/aham2003.37819>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2003. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2003. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

AS CARTAS MALAIAS DE ABU HAYAT, SULTÃO DE TERNATE, A EL-REI DE PORTUGAL e os primórdios da presença portuguesa em Maluco

por

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ *

*Olha cá pelos mares do Oriente
As infinitas ilhas espalhadas:
Vê Tidore e Tarnate, co fervente
Cume, que lança as flamas ondeadas.
As árvores verás do cravo ardente,
Co sangue português inda compradas.
Aqui há as áureas aves, que não decem
Nunca à terra e só mortas aparecem*

Camões, *Os Lusíadas*, X, 132.

Conservam-se na *Torre do Tombo* duas cartas escritas em nome do sultão Abu Hayat de Ternate (que à época não tinha mais que seis ou sete anos) a el-rei de Portugal, que passam por ser os mais antigos manuscritos malaio conhecidos. Embora não estejam datadas, deixam-se facilmente datar a partir da análise interna do seu conteúdo: uma – que tinha a cota *Gaveta XV, maço 16*, n.º 38, mas está hoje reunida à segunda – posterior ao «incidente de Bachão» e à morte do sultão Bayan Sirrullah mas anterior à chegada das relíquias da armada de Magalhães a Maluco, em Novembro de 1521, é datável desse ano; a outra – *Gaveta XV, maço 15*, n.º 7 – que refere já tanto a chegada da frota como a partida da nau *Victoria*, de regresso à Europa, mas é anterior à largada da *Trinidad*, do primeiro trimestre de 1522. Foram, por conseguinte, endereçadas ambas a D. Manuel, cujo passamento, a 13 de Dezembro de 1521, só pode ter sido conhecido em Maluco em 1523.

* Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Orientais. Investigador do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa.

A história dos dois documentos é contada numa folha de papel manuscrita, que nas *Gavetas* da Torre do Tombo lhes está hoje apensa, não assinada, mas que sabemos pelo texto que transcrevemos a seguir ser do punho do erudito jesuíta alemão, biógrafo de S. Francisco Xavier, Padre Jorge Schurhammer; num português não isento de castelhanismos, nem todos corrigidos ¹, reza assim:

Duas cartas inéditas da Torre do Tombo
(*Os documentos mais antiguos da lingua [lengua] Malaya*)

Em 1928 <o> P. Schurhammer descobriu na Torre do Tombo duas cartas escritas em caracteres arabes que excitaram [*excitarão*] a sua curiosidade. Mandou tirar photographias delas e mostrou-as [*estas mostrou*] a um amigo seu em Londres, Dr. [*Professor*] Blagden, professor de lingua Malaya na Eschola de Linguas [*Lenguas*] Orientaes. Como faltavam [*faltavão*] as notas diacriticas e as cartas erão escritas num estilo muito [*muy*] archaico e pouco culto, sem anno, mes ou dia, com muitas allusões a feitos contemporaneos pouco conhecidos, a leitura era muito [*muy*] difficil; mas finalmente os dois juntos chegaram [*chegarão*] a deciphrá-las [*deciphralas*].

As duas cartas são d'uma importancia especial para a historia dos Portugueses nas Molucas e para a literatura Malaya.

A primeira ² (*Gavetas*, 15-15-7) é escrita em papel amarelo, reservado aos reyes malayos ³, e em nome del rey moço de Ternate Abu Hâyat, que então contava sete annos. Foi mandada a Malaca em principio do anno 1522 e falla na morte del Rey Bayan Sirullah, da vinda das duas naos da frota de Magalhães, da amizade del Rey de Tidore com os castelhanos e pede socorro.

A [*La*] resposta a esta carta foi que os Portugueses mandaram [*mandarão*] logo Antonio de Brito ⁴ que em breve tempo fez a fortaleza

¹ Por curiosidade, damos também, em itálico e entre parêntesis rectos [], os castelhanismos e outras irregularidades gráficas que foram corrigidos *alia manu*. Na transcrição deste e dos demais textos que publicamos, o sinal < > indica as letras ou palavras que embora não constem do documento é necessário subentender, pois fazem falta para que o texto faça sentido; o sinal { }, ao invés, as letras ou palavras que estão a mais; o sinal [] indica as lacunas dos documentos, indevidamente aparados e rotos aqui e além, e na tradução expressões que é necessário subentender, para completar o sentido.

² Primeira na numeração das *Gavetas*, que não na cronologia, como ao diante se verá.

³ Cf. o que diz Tomé Pires (*Suma Oriental*, fl. 173 r) do sultão de Malaca: «Nenguéum nom pode vistir pano amarelo senom ele, so'pena de morte; e se quer sair e poor outro pano, entom manda apregoar a coor e nenguéum nom sae de tal coor, so'pena de morte. Sairá no ano três, quatro vezes, de praça, que o vejam todos. Se vai por terra o alifante vai cuberto até os olhos de pano amarelo & se traz rei consigo vai no pescoço e ele vai no meio, e o seu paje vai nas ancas. Sombreiro da China nom o pode trazer senom sua pessoa.» O uso da cor amarela para a pessoa real é um nítido traço da influência da China, onde o amarelo era reservado à pessoa do «Augusto Senhor» (*Huang Ti*), expressão que habitualmente se traduz por «Imperador»; é provável que em última análise radique na homonímia entre *huang*, «amarelo», e *huang*, «augusto».

⁴ Na realidade, no momento em que a carta foi redigida António de Brito ia já a caminho de Maluco com a missão de aí construir uma fortaleza e assim se antecipar aos castelhanos de Fernão de Magalhães, que se sabia já terem partido para Maluco pelas traseiras do Globo. Dito por vezes António de Brito *o Moço*, para o distinguir de António de Brito *o Velho* [filho de

de Ternate, firmando assim o domínio Português nas Molucas contra os Castelhanos.

A segunda carta (*Gavetas*, 15-16-38), também escrita em nome del Rey Abu Hâyat e dirigida a el-Rey D. João III de Portugal⁵ é mais antiga ainda, porque foi escrita antes da chegada das naos da frota de Magalhães. Falla no descobrimento das Molucas pelos Portugueses, do naufragio de Francisco Serrão, da sua chegada à <ilha de> Ternate, da carta del Rey Bayan Sirullah a D. Manuel, Rey de Portugal, e da resposta que teve em 1519⁶, da

Afonso Vaz de Brito, que foi caçador-mor de D. Manuel e embaixador ao Bengala em 1521, onde parece ter falecido, *vide* Geneviève BOUCHON & Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy – Relation portugaise anonyme (1521)*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1988, pp. 370 & ss.], o fundador da fortaleza de Ternate era filho de João de Brito e D. Brites ou Beatriz da Silva (*Livro de linhagens do século XVI*, pub. por António Machado de Faria, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, p. 359) e irmão de Jorge de Brito (a não confundir com o homónimo copeiro-mor de D. Manuel e capitão de Malaca em dias de Lopo Soares de Albergaria, que era filho de Artur de Brito, alcaide-mor de Beja), encarregado de, secretamente, se adiantar aos castelhanos e construir uma fortaleza em Maluco; foi como seu adjunto que António de Brito veio para a Índia em 1520, provido, talvez ficticiamente, da alcaidaria-mor de Sofala (a 4.III.1520, *RCI*, n.º 57), que de facto jamais parece ter pretendido exercer. Foi após a morte de Jorge de Brito no norte de Samatra, em meados de 1521, que, de harmonia com a provisão que trazia, António lhe sucedeu. Em Outubro desse ano participou no gorado ataque de Jorge de Albuquerque, capitão de Malaca, contra Bintão, onde se refugiara o sultão desapossado da sua capital por Afonso de Albuquerque; seguiu então para Maluco. A 28.IV.1522 estava em Banda, de onde escrevia a El-Rei (carta transcrita numa carta de Jorge de Albuquerque a El-Rei, de Malaca, 28.VIII.1522, *CC*, II-15-81, pub. por Basílio de Sá, *Documentação...*, vol. I, doc. 19, pp. 128-131). Chegado a Ternate a 16 de Maio, deu pouco depois início à construção do forte S. João, assim chamado por se ter começado a construir a 24.VI.1522 (carta de António de Brito a El-Rei, Ternate, 11.II.1523, ANTT, *Gaveta* XVIII-6-9, pub. *ibidem*, doc. 20, pp. 132 & ss.), de que foi capitão até 1526. De regresso à Índia viu-se implicado na questão sucessória entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio, sendo um dos treze árbitros que a dirimiram, mostrando-se favorável a Pero Mascarenhas (*cf.* o nosso estudo «O malgrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização da Java», in *Aquém e Além da Taprobana – Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin & Denys Lombard*, Centro de História de Além-Mar, FCSH / UNL, Lisboa, 2002, pp. 379-607); foi na sua nau, a *Conceição*, que, após a sentença, Pero Mascarenhas foi confinado e depois enviado ao Reino, largando de Cochim a 15.I.1528. Por carta régia de 15.I.1533 (ANTT, *Chanc.*ª D. João III, liv.º 19, fl. 21) foi agraciado com a capitania de Cochim, a título excepcional por quatro anos em vez de três como era habitual, partindo para a Índia como capitão de uma das naus da armada de Martim Afonso de Sousa, seu cunhado. Parece que estava rico, do que D. João III se aproveitou para impingir a seus irmãos Lopo e Cristóvão de Brito a aquisição em seu nome de um *padrão de juro* (espécie de título de dívida pública) destinado a financiar a armada que, ao rumor de que vinham turcos ao Índico, se preparou para os conter (carta régia de 20.XI.1537, ANTT, *Chanc.*ª D. João III, liv.º 44, fl. 154). Regressado da Índia foi finalmente contemplado com a capitania de S. Jorge da Mina (carta régia de Évora, 10.I.1545, ANTT, *Chanc.*ª D. João III, liv.º 25, fl. 4), onde veio a falecer pouco depois.

⁵ Esta informação é errónea, sem embargo de ter vindo a ser, de facto, D. João III quem a recebeu; mas a carta, redigida, como se vê pelo seu teor, antes da chegada dos castelhanos a Tidore (8.XI.1521), era dirigida a D. Manuel, que só faleceria mais de um mês depois (13.XII.1521) – do que, como adiantámos já, só se viria a saber em Maluco em 1523.

⁶ A carta de Bayan Sirullah a D. Manuel a que se alude é, segundo tudo leva a crer, a que se conserva no ANTT, *Gaveta* XV-4-1 (pub. por B. de Sá, *Documentação...*, vol. I, doc. 11, pp. 85-87), datável de 1514. Tomé Pires alude-lhe (*Suma Oriental*, fl. 157 v), explicando que foi

morte tragica de Serrão e do seu protector Bayan Sirullah e da guerra dos reyes de Tidore, Gilolo e Batjan contra Ternate, contra os quaes os tutores del Rey moço Abu Hâyat pedem socorro ao [del] Rey de Portugal.

Estas duas cartas, tão importantes para a historia dos Portugueses nas Molucas, são mais importantes ainda para a historia da lingua [*lengua*] e literatura Malaya. Os documentos mais antigos que se conhecião nesta lingua [*lengua*], erão do fim do seculo [*siglo*] xvi. Estas cartas sendo escritas 70 annos antes, são por isso os documentos mais antigos da lingua malaya. <O> Professor Dr. Blagden, o celebre especialista da lingua [*lengua*] Malaya, publicará em breve o texto malayo e uma tradução ingleza destas duas importantes cartas da Torre do Tombo.

Uma outra folha, essa assinada por Laranjo Coelho, regista a comunicação que, a 17 de Novembro de 1930 (como se deduz de um recorte do *Diário de Notícias* arquivado juntamente), o P.^e Schurhammer fez à Associação dos Arqueólogos Portugueses acerca dos dois documentos:

O Padre George Schurhammer (S. J.) de Bonn, fez uma comunicação à Associação dos Arqueólogos Portugueses acêrca da importância destes dois documentos, que aqui ficam juntos:

Gaveta 15, maço 15, n.º 7

Gaveta 15, maço 16, n.º 38.

Juntos a estes dois documentos deixo: um autógrafo do referido Padre George Shurhammer com um resumo dos dizeres destas duas importantes espécies em língua malaia e o relato = *Diário de Notícias* = sobre a mesma comunicação.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo
2 de Dezembro de 1930

O conservador
a) Laranjo Coelho

Dispensamo-nos de reproduzir o recorte apenso do *Diário de Notícias* porque, na parte que nos interessa, reproduz textualmente o escrito do P.^e Schurhammer transcrito acima.

Anexa às duas cartas está ainda a fotocópia do artigo de C. O. Blagden, «Two Malay Letters from Ternate in the Moluccas, written in 1521 and 1522»,

levada a Amboino por Francisco Serrão, que aí se deslocou, e aí entregue ao mensageiro que de Banda despachara António de Miranda de Azevedo, que as trouxe finalmente para Malaca, informação que coincide em traços gerais com a que dá Jorge de Albuquerque, capitão de Malaca, em carta a El-Rei de 8.I.1515 (ANTT, CC, III-5-87, pub. *ibidem*, doc. 10, pp. 75-84 e também in CAA, III, pp. 133-139); aí explica que a carta do sultão de Ternate, juntamente com as de outros reis de Maluco que desejavam igualmente a presença portuguesa, foi trazida por António de Miranda (que por mando de Rui de Brito Patalim, primeiro capitão de Malaca, fizera uma viagem a Banda, encontrando-se em Amboino com Francisco Serrão) e tresladada do malaio em português em Malaca. Desconhecemos, contudo, a resposta de D. Manuel. Conservam-se as traduções de mais duas cartas de Bayan Sirullah: uma a Lopo Soares de Albergaria, escrita provavelmente em 1516, trazida de Maluco pela armada de Álvaro do Cocho e traduzida em Malaca a 10.X.1518, juntamente com uma do rei de Jeilolo e outra do de Maquiem ao mesmo governador (ANTT, *Gaveta* XV-15-17, pub. *ibidem*, doc. 13, pp. 112-114); e outra, datável de c. 1520, ao capitão de Malaca, Garcia de Sá (*Gaveta* XV-15-29, pub. *ibidem*, doc. 15, pp. 118-120).

publicado no *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* de Londres, vol. VI (1930), part I, pp. 87-101.

No volume I da sua *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Insulíndia*⁷, Artur Basílio de Sá reproduziu daí a transcrição do texto malaio e sua tradução inglesa. Pelo contrário, o compilador d'*As Gavetas da Torre do Tombo*⁸ limitou-se a publicar o fac-símile do texto malaio das duas cartas e a tradução portuguesa da segunda, feita em Malaca por mando de Jorge de Albuquerque⁹ a 28 de Agosto de 1522.

Portanto, que saibamos, tirante essa tradução coeva da segunda – assaz livre, como a seu tempo veremos –, as cartas jamais foram publicadas em português. Foi isso o que nos incitou a editá-las e traduzi-las aqui. Se, ao lado da tradução do original, tão justalinear quanto pudemos, nos permitimos dar a nossa transcrição do texto malaio não é porque discordemos da de Blagden, que, pelo contrário, nos foi de grande adjutório em alguns passos difíceis, mas apenas por três razões acessórias: primeira, porque o douto orientalista britânico omitiu a transcrição e tradução quer do sobrescrito das cartas quer das palavras em árabe com que abrem e com que uma delas fecha; segunda, porque não pontuou a sua transcrição, o que dificulta a leitura mesmo a quem esteja familiarizado com textos malaios quinhentistas; terceira, porque as publicou transcritas segundo o sistema que então

⁷ Docs. 16-17, pp. 121-125.

⁸ Vol. IV, doc. 3456, pp. 510-511.

⁹ Dito por vezes «sobrinho» de Afonso de Albuquerque, certamente por ser mais novo do que ele, era na realidade seu primo direito (filho de João de Albuquerque, irmão de Gonçalo de Albuquerque, pai do conquistador de Malaca); casou duas vezes: uma com D. Leonor, filha de Martim Denis e irmã de Henrique Leme (capitão de uma expedição ao Pegu em 1515-1516 e outra a Sunda em 1522); outra com D. Ana (segundo outros D. Mécia) Henriques, irmã de D. Jorge Henriques, senhor de Barbacena, reposteiro-mor e caçador-mor de D. João III, de D. Garcia Henriques, capitão de uma expedição a Maluco em 1522 e da fortaleza de Ternate de 1515 a 1527, e de D. Sancho Henriques, capitão-mor do mar de Malaca morto em Pão (Pahang) em 1523 (que além de cunhado de Jorge de Albuquerque era seu genro, por ter desposado D. Isabel de Albuquerque, filha do seu matrimónio com D. Leonor). Veio para a Índia em 1512, capitaneando a nau *Nazaré* da armada de Jorge de Melo Pereira; em 1513 combateu ao lado de seu primo no ataque a Banastarim; foi em seguida indigitado para capitão de Cochim, mas acabou por seguir para Malaca em Abril de 1514, tomando posse em Junho da capitania da praça, para que o governador seu primo o nomeara. Substituído em finais de 1515 por Jorge de Brito, nomeado capitão de Malaca por El-Rei, permaneceu ainda algum tempo em Malaca, regressando em seguida à Índia e daí ao Reino. Reconduzido na capitania de Malaca por carta régia de Almeirim, 19.I.1516 (*RCI*, n.º 45) e agraciado também com uma viagem à China nas condições da de Fernão Peres de Andrade, voltou à Índia como capitão-mor da armada de 1519, seguindo daí para Malaca em Abril de 1521, com seu genro D. Sancho Henriques, nomeado capitão-mor do mar de Malaca. Terminado o seu triénio, regressou em Setembro de 1525, num juncos seu que comprara, à Índia, onde ao chegar teve um recontro com o arel de Porcá, de que saiu vitorioso, desaparecendo desde então das páginas das crónicas. Podem ver-se mais detalhes na nossa dissertação de licenciatura dactilografada, *Os Portugueses em Malaca*, Faculdade de Letras de Lisboa, 1964, vol. I, pp. 82-85 & 96-101.

se usava na Malásia, abandonado com a entrada em uso da *éjaan baharu*, ou «nova ortografia», oficialmente adoptada por acordo de 1972 entre a Indonésia, a Malásia, Brunei e Singapura, que aqui seguimos.

Finisterra do Velho Mundo

O contexto histórico em que se enquadram os presentes documentos, bem como em geral a história da presença portuguesa em Maluco¹⁰, não se podem compreender se não se tiverem em mente as condições, assaz *sui generis*, em que até aí vivera o pequeno arquipélago, verdadeira finisterra do Velho Mundo.

Esse carácter lindeiro transparece da própria natureza, em que a fauna e a flora asiáticas cedem gradualmente o passo às oceânicas. Há, por um lado, os eucaliptos, que prenunciam a vegetação australiana, mas que nada tendo de especial que atraísse a atenção dos nossos escritores quinhentistas, não são referidos na nossa literatura. Já o mesmo não sucede com as aves-do-paraíso, típicas da fauna da Papuásia, a que Camões alude na estrofe d'*Os Lusíadas* que transcrevemos ao começo¹¹. O próprio nome que lhe veio

¹⁰ No presente artigo utilizamos o topónimo *Maluco* na acepção restrita que lhe dão geralmente os textos portugueses de Quinhentos, ou seja, para designar as ilhas de Ternate, Tidore, Maquiem (Makyan), Motir ou Moutir (Moti) e Bachão (Bacan), em que se produzia o cravo, dispostas de norte para sul ao longo da costa ocidental da ilha de Halmahera – geralmente designada nos nossos textos por «ilha de Jeilolo», do nome do seu reino principal, ou então por «Batochina do Moro» (para a distinguir de «Batochina de Muar» que designa a ilha de Ceirão, Ceram ou Seram, sita mais a sul, muito perto da de Ambon, Amboino ou Amboina). Nos textos portugueses de Quinhentos o termo «Maluco» recobre assim apenas o cerne da área hoje designada por *Maluku Utara* («Molucas Setentrionais»), excluindo as ilhas periféricas, correspondendo *Maluku Tengah* («Molucas Centrais») às ilhas de Buru, Ceirão e Amboino, e *Maluku Selatan* («Molucas Meridionais») à fiada de ilhas fronteiras a Timor (Liran, Wettar, Kisar, Moa, etc.). Sobre as várias acepções em que o termo *Maluco*, *Molucas*, tem sido usado, cf. R. Z. Leirissa, «Tiga Pengertian Istilah Maluku dalam Sejarah» [«três acepções do nome Maluco ao longo da história»] in *Bunga Rampai Sejarah Maluku* [lit. «Ramalhete da história de Maluco»], I, Lembaga Penelitian Sejarah Maluku, Jakarta, 1973, pp. 1-10.

¹¹ Ocorrem em Maluco três espécies distintas de ave-do-paraíso, de que a mais famosa, a que o Poeta alude ali, é a *Paradisaea apoda*, suposta não ter pés e não poder, por isso, pousar em terra – ou por ter os pés curtos, como supõe Manuel de Faria e Sousa (*Lusiadas de Luis de Camoens, principe de los poetas de España* (...), comentadas por Manuel de Faria e Sousa, Cavallero de la Orden de Christo i de la Casa Real, 4 tomos em 2 vols., Madrid, 1639 [reimp. Comissão Nacional do Quarto Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1972], tomo iv, col. 552), ou simplesmente por os nativos lhe cortarem os pés antes de venderem aos forasteiros as suas peles e plumagens. Acha-se uma bela descrição da ave-do-paraíso na *Epistola* de Maximiliano Transilvano, secretário de Carlos V, ao cardeal-arcebispo de Salisburgo relatando a viagem de Magalhães e Elcano (Valhadolid, 5.X.1522, impressa pela primeira vez em Colónia em Jan.º de 1523, em latim; versão castelhana in NAVARRETE, vol. II, parte iv, doc. xxiv, pp. 557 & ss., vide cap. xvii; versão portuguesa in Neves ÁGUAS, pp. 275 & ss.); com a epístola Maximiliano enviou ao cardeal uma das cinco aves-do-paraíso que Sebastião de Elcano trouxera de Tidore; designa-a por *manucodiata* (transcrição aproximada do malaio



Fig. 1 – CAÇA ÀS AVES-DO-PARAÍSO NAS ILHAS DE ARU

(Desenho de T. W. Wood, in Alfred Russel WALLACE, *The Malay Archipelago, the Land of the Orang-Utan and Bird of Paradise, a Narrative of Travel, with Studies of Man and Nature*, Londres, 1869)

a ser dado conota a suposta proximidade do Paraíso Terreal, que, na esteira da Bíblia, a tradição medieval, tanto literária como cartográfica, situava no extremo oriental da terra habitada ¹².

A ausência dos grandes mamíferos do Velho Continente, que os nossos cronistas não deixam de registar, é em Maluco contrabalançada pela aparição dos primeiros marsupiais, como o cuço ¹³, que, cerca de 1545 – dois séculos e tal antes da «descoberta» dos cangurus pela expedição de Cook –, a *História das Molucas* atribuída a António Galvão ¹⁴ descreve assim:

Há umas alimárias que parecem forões, algum tanto mores: chamam-se cussos, de rabos compridos com que se dependuram pelas árvores, em que de continuo andam, dando com ele ãa volta ou duas no ramo. Tem na barriga um bolso como antresolho; dêz que pare cria aí o filho em uma mama, até que nom há mester ama; assi que gerado e criado a mãe anda pejada.

Não menos expressiva é a descrição de Castanheda ¹⁵:

Há também nestas ilhas uns bichos como coelhos, que tem nas barrigas uns bolsos como aljabeiras, & quando parem metem neles os filhos, & co' eles

manuk dewata, «ave divina»), e explica que os nativos lhe atribuíam a virtude de proteger o seu possuidor nas batalhas e lhe conferir invulnerabilidade. A mais antiga referência que achámos às aves-do-paraíso ocorre numa carta de Giovanni da Empoli a Lourenço de Médicis (Lisboa, 18.X.1514, pub. por Marco SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli – mercante navigatore fiorentino*, Studio per Edizioni Scelte, Florença, 1984, doc. 6, p. 187): «Io mamdo al Sommo Pomtifice, per una nave che viene a Pisa, uno ucello morto molto bellissimo, che io ho portato di Malacha et di là viene di più lomgie paese, che nuovamente è suto dischoperto, dove naschono li gherofani. L'ucello non tiene piè, sta sempre nella aere, samza tohare terra et d'aere si nutrisce et in aere gienera li figlioli sopra il chodione, sechomdo s'è avuto notizia da quelli dilla terra. Questo re n'a avuto uno con la medesima informazione.» Novas referências in Tomé PIRES (fl. 156 v), & Gabriel REBELO, *História das Ilhas de Maluco*, parte II, cap. 8.

¹² Cf. Jean DELUMEAU, *Une Histoire du Paradis, I – Le Jardin des délices*, Paris, Fayard, 1992; sobre a associação, assaz frequente, entre o semi-mítico reino do Preste João e o Paraíso Terrestre, cf. o nosso art.º «Entre l'histoire et l'utopie: le mythe du Prêtre Jean», in *Les civilisations au regard de l'autre*, Actes du colloque international, Paris, 13 et 14 décembre 2001, UNESCO, Paris, 2002, pp. 117-142.

¹³ Trata-se de um pequeno marsupial arborícola da família dos Falangerídeos, que vive também em Celebes e em Timor, onde é conhecido por *meda*, sendo o único marsupial do Velho Mundo que ocorre a oeste da Nova Guiné; classifica-se no género *Phalanger*, de que há nove espécies, das quais três encontradas na Insulíndia oriental; a espécie que ocorre em Timor é o *P. orientalis*. É descrito nas duas versões da obra de Gabriel REBELO (*História...*, II, v, vide B. de SÁ, *Documentação...*, III, pp. 308-309; *Informação...*, II, v, *ibidem*, p. 372), ilustrada a primeira com o desenho que reproduzimos. Em inglês é conhecido por *cuscus*, nome de origem malaia, e em livros antigos de zoologia aparece classificado como *Cuscus*. A existência de marsupiais não era na época uma novidade absoluta, pois já em 1500 Pinzón havia trazido da América do Sul um opossum (*Didelphis marsupialis*, L.) vivo, que Trivigiano descreveu num opúsculo pub. em 1504; Gonzalo Fernández de Oviedo descreve-o, sob o nome *churche*, no cap. xxvii do seu *Sumario de la Natural Historia de las Indias*, pub. em Toledo em 1526 (vide *Historiadores Primitivos de Indias*, colección dirigida e ilustrada por Don Enrique de Vedia, 3 vols., Biblioteca de Autores Españoles, tomos XXII, XXVI & CVII, Atlas, Madrid, 1946-65, vol. I, pp. 471-516).

¹⁴ Cap. VIII.

¹⁵ VI, xi.

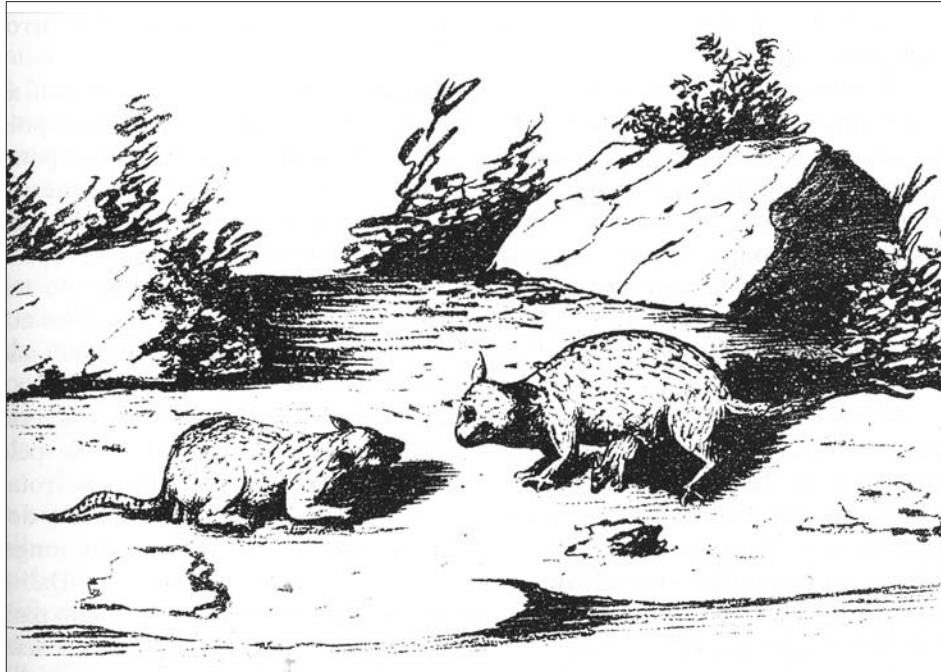


Fig. 2 – CASAL DE CUÇOS

(Desenho a lápis da *História das ilhas de Maluco* de Gabriel Rebelo, datada de 1561, BNL, FG, cód. 963, *in fine* – a mais antiga representação conhecida de um marsupial do Velho Mundo)

dentro, sem lhe caírem, correm & saltam polas árvores, dumas em outras; estes se chamam cuços na língua da terra e são muito bons pera comer.

Foi a posição excêntrica das ilhas de Maluco, de facto situadas uns 25° a leste de Malaca, que levou Fernão de Magalhães a admitir que cairiam na demarcação de Castela, e a empreender, para o provar, a sua longa viagem através do Pacífico.

De qualquer modo, a Insulíndia oriental – em que se insere Maluco, de onde provinha o cravo, tal como Banda, fonte das maçãs e da noz-moscada, e Timor, madre do sândalo – fora, durante séculos, o derradeiro rincão do Velho Mundo abarcado pelo comércio de grande curso e atingido pelas influências das grandes civilizações da Ásia.

A zona coincide *grosso modo* com o limite sueste da agricultura baseada em cereais, já que um pouco mais a leste, no mundo papua, apenas se conhecem os tubérculos, e mais a sul, na Austrália, não se praticava, antes da colonização europeia, qualquer forma de cultivo, vivendo a população nativa, ainda no mesolítico, da mera recollecção de produtos florestais espontâneos, aliada à caça. Apenas para nascente, mas mais a norte, se difundiu para a Micronésia, sem dúvida com as migrações austronésicas, o cultivo do arroz. Mas o papel que na alimentação dos malucos continua a desempenhar

o sagu¹⁶, mostra bem que aí se está na própria orla da zona em que o arroz é a cultura-base.

A área de que nos ocupamos corresponde também, *grosso modo*, ao limite sul-oriental atingido pelas migrações dos austronésios ou malaio-polinésios, que aí se entremesclam aos papuas: na Austrália aqueles jamais penetraram, na Nova Guiné espalharam-se apenas pelas franjas costeiras e mesmo em ilhas menores, como as de Maluco e Timor, não lograram arraigar em toda a parte a sua língua, subsistindo numerosos dialectos classificados de papuas ou, pelo menos, de não-austronésicos. Tal é nomeadamente o caso do ternatês, e esse facto explica muitas das anomalias gramaticais que achamos nos dois documentos que aqui nos ocupam, visivelmente redigidos por quem não tinha o malaio, nem outro idioma austronésico, por língua materna.

Se as cartas estão redigidas em malaio (*bahasa melayu*), em caracteres arábicos (escrita dita *jawi*), é porque a influência islamita, difundida pelo sultanado de Malaca, que desde meados do século xv dominava as rotas comerciais do arquipélago, precedera de algumas décadas a chegada dos portugueses. O uso dos silabários de origem indiana não chegara tão longe: a leste da chamada «linha Wallace», que passa pelos estreitos de Bali e Macaçar e separa a Insulíndia tipicamente asiática da zona de transição para o mundo oceânico, apenas entre os buguizes do sudoeste de Celebes e seus vizinhos mais próximos lograra radicar-se desde a Idade Média. Na falta de documentos escritos torna-se impossível determinar quando começou a língua malaia a ser empregue em Maluco: pode ser que o seu uso remonte à hegemonia marítima do reino malaio de Seri Wijaya ou Çrî Vijaya, no sueste de Samatra, entre os séculos vii e xi; mas também pode ser que só se tenha definitivamente firmado como língua veicular na época da hegemonia de Malaca, sendo assim a sua difusão concomitante da do islão¹⁷. Como o dialecto malaio falado na ilha de Bachão não é idêntico ao malaio usado como língua veicular nas outras ilhas, pode admitir-se que representem duas camadas diferentes, remontando uma ao período de Seri Wijaya, outra ao da hegemonia de Malaca. É impossível determiná-lo ao certo, pois não se acharam até hoje em Maluco inscrições no silabário de origem indiana usado em Seri Wijaya nem em nenhuma das escritas afins. Quanto à escrita *jawi* (alfabeto árabe adaptado à fonética do malaio), não há dúvidas de que foi trazida de Malaca e se difundiu com o islão.

¹⁶ Fécula extraída do tronco de diversas espécies de palmeira (especialmente da rumbia ou sagüeiro (*Metroxylon sagu*, Rottb.).

¹⁷ Hoje a maioria dos habitantes da área de Maluco Setentrional (*Maluku Utara*) entende o ternatês, que funciona assim como língua veicular ao lado do malaio (cf. A. Bahar ANDILI, «Profil Daerah Maluku Utara» [«Perfil da área de Maluco Setentrional»] in E. K. M. MASINAM-BOUW, *Halmahera dan Raja Ampat*, vol. i (*Indonesian Journal of Cultural Studies – Majalah Ilmu-ilmu Sastra Indonesia*, vol. viii, n.º 1, nomor istimewa i [n.º especial i], Junho 1978/1979 [sic]), pp. 3-15); mas é de supor que esse uso derive da hegemonia política de Ternate, que, como veremos mais abaixo, não remonta senão a finais do século xv.

As presentes cartas, que são o mais antigo documento escrito proveniente de Maluco, mostram a língua malaia em processo de divulgação. A linguagem da primeira, em que formigam solecismo e metaplasmo, revela-nos um escriba pouco destro no seu manuseamento, que certamente pensava em ternatês o que escrevia em malaio, vasando este nos moldes gramaticais daquele; a da segunda deixa transparecer um redactor mais instruído.

Um terceiro testemunho, perfeitamente coevo dos nossos dois documentos, mostra-nos o idioma malaio arraigado já no uso oral de Maluco: a conhecida *Relação* do veneziano António Pigafetta¹⁸, o mais notável dos cronistas da viagem de Magalhães, que nos principais portos que escalou coligiu pequenos glossários dos falares locais, mas para Tidore dá uma lista de mais de 430 vocábulos, na sua esmagadora maioria tomados do malaio e não da língua papua local.

Para a difusão do malaio como língua-franca muito deve ter contribuído a extrema fragmentação linguística do pequeno arquipélago, onde – entre as ilhas de Ternate, Tidore, Motir, Maquiém, Bachão e Halmaheira – se falam pelo menos 26 idiomas distintos, pertencendo 7 à família austronésica e classificando-se os outros 19 como papuas¹⁹. A adopção de um idioma veicular era uma necessidade. Hoje a província de Maluco (que engloba além das ilhas acima nomeadas as de Buro, Ceirão e Amboino, e todas as demais que jazem entre Celebes, Timor e a Nova Guiné) é uma das províncias indonésias onde o malaio é mais falado (por mais de 80% da população total, segundo o censo de 1990), em profundo contraste com o que se passa por exemplo em Java Central, onde a língua local, o jau ou javanês, conserva os seus direitos e o malaio (oficialmente designado por *bahasa indonesia*, «língua indonésia») é compreendido por menos de metade da população²⁰.

Se a difusão do malaio era, em maior ou menor medida, uma constante em todo o Arquipélago, a do islão, do alfabeto árabe e do próprio uso da escrita era ainda, no primeiro quartel de Quinhentos, uma peculiaridade de Maluco e Banda, já que as ilhas circunvizinhas, incluindo a de Timor, permaneciam animistas e vinculadas a culturas de matriz exclusivamente oral. Foi, evidentemente, o comércio do cravo e da noz-moscada que, atraindo a

¹⁸ Texto italiano in Giovanni Battista RAMUSIO, *Navigazioni e Viaggi* [1.^a ed., Veneza, 1550-1559], a cura de Marico MILANESI, vol. I, Giulio Einaudi, Turim, 1988; versão portuguesa in Visconde de LAGOA, *Fernão de Magalhães (A sua Vida e a sua Viagem)*, 2 vols., Seara Nova, Lisboa, 1938, e in NEVES ÁGUAS, *op. cit.*

¹⁹ Vide Robert CRIBB, *Historical Atlas of Indonesia*, Curzon & New Asian Library, Londres & Singapura, 2000, p. 34.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 37; além de Maluco (*Maluku*), as únicas províncias em que a percentagem de indivíduos fluentes em malaio excede os 80% são as de Celebes Norte (*Sulawesi Utara*), a de Riau em Samatra, berço do malaio, e a de Samatra Oeste (*Sumatera Barat*), correspondente à região de Menancabo ou Minangkabau, contígua à precedente, onde se fala o menancabo, língua que *grosso modo* está para o malaio como o português para o castelhano.

Maluco e Banda os jaus e os malaaios, propiciou a difusão de tão marcantes traços culturais. Sabemos pelo testemunho de Tomé Pires²¹ que o trato da noz-moscada e do cravo estava em parte nas mãos de mercadores de Malaca, em parte nas do *pate* (*bupati* ou *adipati*) mouro de Geresik²², em Java oriental, que fora o primeiro porto javanês a acolher o islão, que daí se veio a propagar a quase toda a ilha²³; não admira, portanto, que – provavelmente de Java, como atestam as tradições orais recolhidas por António Galvão²⁴ – o islamismo tenha passado a Maluco por volta de 1465 e, cerca de duas décadas mais tarde, a Banda²⁵.



Fig. 3 – COLHEITA DO CRAVO POR VAREJO NAS ILHAS DE MALUCO
(segundo uma gravura antiga)

²¹ Fl. 157 r. O texto é confuso: «De Malaca antigamente sóiam ir a Bandam e a Maluco oito juncos, e três, quatro d'Agaci, e outros tantos de Malaca.»

²² A Agracim dos textos quinhentistas portugueses, 7° 9' S, 112° 39' E, muito perto de Surabaia.

²³ Vide o nosso estudo cit. *supra*, nota 4, especialmente o mapa da p. 413; aí damos a explicação dos principais termos javaneses ou malaaios que utilizamos ou que ocorrem na nossa documentação.

²⁴ Cap. xviii.

²⁵ Tomé Pires, que escreveu c. 1515, situa a introdução do islamismo em Banda «há trinta anos» (fl. 156 r) e em Maluco «de cinquenta anos a esta parte» (fl. 157 r); as estimativas dos outros autores não andam longe destes números.

O cravo, que traçou o destino do pequeno arquipélago, é a flor seca do *Syzygium aromaticum*, [L.], Merr. & Perry, da família das Mirtáceas ²⁶, também conhecida por cravinho, cravo-girofo ou cravo-da-índia. Ao tempo em que os portugueses chegaram à Insulíndia ainda medrava apenas nas faldas dos vulcões das cinco ilhas de Ternate, Tidore, Motir, Maquiém e Bachão, onde era espontâneo; como nota Pigafetta, não se dava nem nas terras baixas das mesmas ilhas nem nas circunvizinhas. Foi só em meados do século XVI que, para eludir a política de monopólio posta em prática pela Coroa e responder à crescente demanda do produto nos mercados internacionais, mercadores jaus e portugueses fomentaram a aclimação do craveiro nas ilhas de Halmaheira, Amboino e Ceirão ²⁷. Os franceses introduzi-lo-iam na secunda metade de Setecentos nas ilhas Mascarenhas, de onde seria finalmente levado para a Guiana, para Zanzibar e para Madagáscar, que são actualmente os seus principais produtores ²⁸.

Tal como o da noz-moscada (semente da *Myristica fragrans*, Houtt., da família das Miristicáceas ²⁹), o comércio do cravo fora durante séculos predominantemente indirecto: explorado pelos jaus a partir de Java, era daí que se fazia a sua distribuição pelos mercados internacionais, de modo que as ilhas que os produziam permaneceram muito tempo na sombra, ocultas sob um teimoso anonimato.

Com efeito, antes da época dos grandes descobrimentos portugueses, apenas se conhecem referências a Maluco nas literaturas javanesa, malaia e chinesa; mesmo na literatura árabe a mais antiga é já coeva do período expansionista português. Parece que, na forma *Mi-li-ku*, o nome de Maluco é mencionado já nos anais da dinastia T'ang, entre 618 e 696 ³⁰. É, contudo, verdade que cerca de seis séculos mais tarde o célebre *Chu-fan-chih* de Chao Ju-Kua, de c. 1225, inclui o cravo na lista dos produtos importados do Mar do Sul pela China, mas aparenta desconhecer o nome das ilhas de onde provinha, dando a entender que era, ao mesmo tempo, produzido em Java e aí recebido como tributo de uma das suas dependências exteriores, que não

²⁶ Outrora classificado como *Eugenia caryophyllata*, Thunb, *E. aromatica*, Kuntze, e ainda *Caryophyllus aromaticus*, L.

²⁷ Vejam-se pormenores no nosso estudo «Maluco e Malaca», in *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas* (Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina), ed. por A. Teixeira da MOTA, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1975, pp. 29-48, republicado, com alguns retoques, in *De Ceuta a Timor*, Ed. Difel, Carnaxide, 1994 (2.ª ed., 1998), pp. 537-565.

²⁸ Vide I. H. BURKILL, *A Dictionary of the economic Products of the Malay Peninsula*, 2 vols., Londres, 1935, s. v. «*Eugenia aromatica*».

²⁹ Vide *Idem*, *ibidem*, s. v. A maçã ou macis é simplesmente o arilo que envolve a semente da moscadeira.

³⁰ Cor.^{el} Henry YULE & A. C. BURNELL, *Hobson-Jobson, A glossary of Colloquial Anglo-Indian Words and Phrases and of Kindred Terms, Etymological, Historical, Geographical and Discursive by...*, new edition edited by William CROOKE, Londres, 1903 [reimp. por Rupa & Co., Calcutta, Allahabad, Bombaim & Delhi, 1986], s. v. «*Moluccas*» (p. 576).

identifica³¹. Que saibamos, nas formas Mi-lo-chü, Mei-lo-chü ou Mei-lu-chü, o topónimo Maluco só reaparece nas fontes chinesas na época Ming, na relação de uma viagem anterior a 1430, citada em 1618 por Chang Hsieh³².

Maloko (Maluco) e *Waṇḍan* (Banda) são, de qualquer maneira, mencionados no *Nāgarakertāgama* – crónica em verso redigida em *kawi*, ou antigo javanês literário, por Prapañca em 1365³³ – entre os estados tributários do reino jau de Mājāpahit. O nome *Maluku*, ainda hoje em uso em malaio, ocorre também no *Sejarah Melayu* ou «Anais Malaio»³⁴, crónica quinhentista do sultanado de Malaca, num capítulo que narra a vinda aí do rajá de Maluco, que era um exímio jogador de *sépak raga* (futebol malaio), a prestar vassalagem ao sultão Ala'u'd-din (1477-88) e jogar a bola com os seus cortesãos.

O cravo parece ter sido particularmente apreciado na Índia antiga, onde foi certamente conhecido desde os primeiros séculos da nossa era; de facto, sob o nome *lavāga*, quiçá de origem malaia, consta já de uma receita da *Carakasāhitā* (tratado de medicina atribuído, não se sabe com que justeza, a Caraka, médico do rei Kaniṣka, da dinastia Kuṣāṇa, sécs. I-II)³⁵. Contudo, na literatura indiana, que desconhece praticamente os géneros histórico e geográfico, nenhuma referência precisa se acha à sua origem; apenas o príncipe dos poetas indianos, Kālidāsa³⁶, que escreveu c. 400 A.D., o diz trazido do *dvîpântara*, «de outras ilhas, de entre as ilhas, do arquipélago», ou seja, da Insulíndia³⁷:

*anena sârdhā viharāmburâçestîreṣu tâlîvanamarmareṣu,
dvîpântarânîtalavāgapuṣpairapâkṛtasvedalavâmarudbhiḥ.*

Nas praias do oceano do exílio,
unidos, lado a lado,
escutando os palmares em seu queixume,
as gotas de suor lhes são enxutas,

³¹ Friedrich HIRTH & W. W. ROCKHILL, *Chau Ju-Kua: His Work on the Chinese and Arab trade in the twelfth and thirteenth Centuries, entitled Chu-fan-chi*, edited, translated from the Chinese and annotated by..., Oriental Press, Amesterdão, 1966 [reimp. das ed. de S. Petersburgo, 1911, e Tóquio, 1914 (texto chinês)], II, 13-15.

³² Cf. MA Huan, *Ying-Yai Sheng-Lan*, «The Overall Survey of the Ocean Shore» [1433], translated from the Chinese text edited by Feng Ch'eng-Chün with introduction, notes and appendices by J. V. G. MILLS, Hakluyt Society / Univerity Press, Cambridge, 1970, pp. 182, 207 & 228.

³³ Vide Theodore G. PIGEAUD, *Java in the 14th Century – A Study in Cultural History – The Nāgara-Kertāgama by Rakawi Prapañca of Majapahit, 1365 A.D.*, 5 vols., 3.^a ed., Martinus Nijhoff, Haia, 1960, canto XIV, v. 3.

³⁴ Cap. xiv da versão Winstedt – Brown, cap. xxv da versão Shellabear.

³⁵ *Cikitsāsthāna*, XXVI, 210 (vide Agniveṣa's *Caraka Saṃhitā*, text with English Translation & Critical Exposition based on Cakrapāṇi Datta's *Āyurvedadīpikā*, by Dr. Ram Karan SHARMA, 5 vols., Chowkhamba Sanskrit Series Office, Varanasi [=Benares], 2001, vol. IV, pp. 528-529).

³⁶ *Raghuvamśa*, VI, v. 57: vide C. R. DEVADHAR, *Raghuvamśa of Kālidāsa*, edited with critical introduction, English translation and notes by..., Motilal BANARSIDAS, Delhi, 1985 [reimp. 1997].

³⁷ Sobre o uso do termo *Dvîpântara* para designar na literatura sanscritica o Arquipélago Malaio, vide Paul WHEATLEY, *The Golden Khersonese, studies in the Historical Geography of the Malay Peninsula before A.D. 1500*, Penerbit Universiti Malaya, Kuala Lumpur, 1961 [reimp. 1980], p. 183.

pela brisa que os afaga com o perfume,
do cravo, de entre as ilhas respigado.

O mesmo se passa nas literaturas europeias. Sob o nome grego καρύοφυλλον, latinizado em *caryophyllum* ou *caryophyllon*, o cravinho é, pelo ano 70 da nossa era, mencionado já na *História Natural* de Plínio, o Antigo³⁸, que, sem embargo, o diz simplesmente importado da Índia, sem nada adiantar quanto à sua primeira origem. Cosme Indicopleustes, que escreveu na época de Justiniano (c. 545 A.D.), é, tanto quanto sabemos, o primeiro a situá-la mais além, ainda que vagamente, algures entre a Índia e o país de Tzinista³⁹, ou seja, a China: «... depois, fora, a cousa de cinco dias da terra firme, no Oceano, fica Sielediva, ou seja, a Taprobana; em seguida, mais para dentro, na terra firme, o empório de Marallo (...); depois a terra do cravo, e em seguida a Tzinista que expede a seda, a diante da qual não há outro país: o Oceano, com efeito, cerca-a por nascente; e assim esta Sielediva, que possui o jacinto, encontra-se como que no centro da Índia e de todos os mercados recebe e com todos comercia, e constitui assim um grande empório»⁴⁰. Aí afluíam, com efeito, como no parágrafo anterior o autor explicara, «seda, aloés, cravo, pau-de-cravo»⁴¹, sândalo, bem assim como as cousas da própria terra...

Os geógrafos árabes da Idade Média supõem as mais das vezes o cravo e a noz-moscada oriundos de Java, onde os mercadores os adquiriam, parecendo ignorar a existência de Maluco e Banda e, de uma maneira geral, de todas as ilhas a oriente de Bornéu e Java. Passa-se com o cravo e com Java algo de semelhante ao que se passara com a canela, durante muito tempo suposta originária das margens do Mar Roxo, por onde atingia a bacia mediterrânica. É verdade que dois ou três autores aludem às «ilhas das especiarias», sitas mais a leste, mas assaz vagamente e sem mencionar os seus

³⁸ XII, 30: vide PLINY, *Natural History*, with an English translation by H. Rackham, 10 vols., Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts) & Londres, 1938 [reimp. 1991].

³⁹ Τζινίστα, transcrição aproximada de *Chīnistān*, nome da China em persa.

⁴⁰ *Topografia Cristã*, XI, 16: vide Cosmas INDICOPLEUSTÈS, *Topographie Chrétienne*, intr., texte critique, illustration, trad. et notes par Wanda Wolska-Conus, 3 vols., Sources Chrétiennes, n. 141, 159 & 197, Ed. du Cerf, Paris, 1968-73.

⁴¹ ξυλοκαρύοφυλλον: trata-se possivelmente do cravo de bastão (pedúnculo da flor do craveiro, também designado por *fuste*, *stipites* ou *festucae caryophylli*) já que, tanto quanto sabemos, a madeira do craveiro não era objecto de comércio; o bastão, tal como a *madre-do-cravo* ou *anthophylli*, que é o fruto já formado, é menos aromático e portanto de menor valor comercial que o cravo propriamente dito. Outra hipótese é que se trate de *culilawan* ou canela-cariofilada [*Cinnamomum culitlawan*, (L.) Kosterm., da família das Lauráceas], uma casta de canela originária das Molucas, que, devido ao seu elevado teor em eugenol (princípio componente da essência aromática do cravo, que ocorre também no louro, na pimenta-da-jamaica, etc., e que nas demais espécies de caneleira se encontra sobretudo nas folhas), tem um pronunciado cheiro a cravo – o que levou a supor-se que fosse o córtex do craveiro, de onde o seu nome (do malaio *kulit lawang*, lit. «casca de cravo»).

nomes. Tal é o caso de Ibn *Khurradâdhbih* (820 a 826 – 885 a 912 A.D.), que no seu *Kitâb al-Masâlik wa'l-Mamâlik* («livro dos itinerários e dos reinos») escreve: «destas ilhas [*i. e.* Jâba, Salâhiṭ e Harang] chega-se em quinze dias às ilhas das especiarias». A informação é igualmente lacónica no *Mukhtaṣar al-'Ajâ'ib* («compêndio das maravilhas»), de autor incerto, *c.* 1000 A.D., que menciona uma «ilha dos perfumes» (*jazîrat-al-ṭîb*) a quinze dias de Jâba, Salâhiṭ e Harang. Se Marwazî, *c.* 1120, se espraia mais, é para descrever o comércio mudo da especiaria que teria lugar na ilha chamada *Ma'din al-qaranful*, «mina do cravo», cuja localização não especifica ⁴².

Os viajantes ocidentais, como Marco Polo (1254-1323) ⁴³, Jordão de Severac (*fls.* 1321-1330) ⁴⁴, etc., parecem crer, à semelhança de Ibn Baṭṭûṭa (1304-1377) ⁴⁵ e da maioria dos autores árabes, que o cravo vem de Java; Frei Jordão crê-o tão piamente que afirma peremptoriamente nos seus *Mirabilia Descripta*: «aí [em Java] há árvores que dão cravo, que quando estão em flor emitem um odor de tal modo forte que mata qualquer homem que ande entre eles, a não ser que com certas cousas tape a boca e o nariz...». Apenas Niccolo de' Conti (*fls.* 1419-1444) ⁴⁶ alude confusamente a duas ilhas, sitas uns quinze dias de viagem mais a leste, a de «Sandai», onde se produz a noz-moscada e a maçã, e a de «Bandan», onde nasce o cravo – informação que, *c.* 1460, Fra Mauro representou graficamente o melhor que pôde no seu célebre mapa-múndi ⁴⁷.

⁴² Vide G. R. TIBBETTS, *A Study of the Arabic Texts containing Material on South-East Asia*, E. J. Brill & Royal Asiatic Society, Leida & Londres, 1979.

⁴³ Cap. clxi: vide *Le Livre de Marco Polo, citoyen de Venise (...)*, rédigé en français sous sa dictée en 1298 par Rusticien de PISE, publiée (...) par M. G. PAUTHIER, Paris, 1865 [reimp. Slatkine Reprints, Genebra, 1978]; cf. a versão inglesa anotada, *The Book of Ser Marco Polo, the Venetian, concerning the Kingdoms and Marvels of the East*, translated and edited with notes by Colonel Sir Henry YULE, 3d ed., revised (...) by Henri CORDIER, 3 vols., 1903-1920 [reimp. 2 vols., Munshiram Manoharlal, Nova Delhi, 1993]; versão portuguesa abreviada: *Marco Paulo: o Livro de Marco Paulo – o Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jeronimo de Santo Estevam*, conforme a impressão de Valentim Fernandes feita em Lisboa em 1502, com três *fac-similes*, introdução e notas por Francisco Maria Esteves PEREIRA, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1922.

⁴⁴ *Mirabilia Descripta*, cap. «De Maiori India»: vide *Description des Merveilles d'une part de l'Asie par le P. Jordan ou Jourdain Catalani, natif de Severac (...)*, imprimé d'après un manuscrit du XIV^e siècle, Paris, 1839.

⁴⁵ Ibn Baṭṭûṭa, *Voyages*, traduction de l'arabe de C. DEFRÉMERY et B. R. SANGUINETTI (1858), introduction et notes de Stéphane YERASIMOS, 3 vols., François Maspero, Paris, 1982, vol. III, cap. 3; cf. *The Travels of Ibn Battuta, A. D. 1325-1354*, translated with revisions and notes from the Arabic text edited by C. DEFRÉMERY and B. R. SANGUINETTI by H. A. R. GIBB, 4 vols., Hakluyt Society, Londres, 1958-94, vol. IV, cap. 21.

⁴⁶ R. H. MAJOR, *India in the Fifteenth Century, being a Collection of Narratives of Voyages to India*, Hakluyt Society, Londres, 1857 [reimp. Deep Publications, Delhi, 1974], pág. 17.

⁴⁷ Vide Vicomte de SANTARÉM, *Atlas du...*, édition fac-similé des cartes définitives organisée et avec une préface par Martim de Albuquerque, Administração Geral do Porto de Lisboa, sous les auspices de la CNCDP, Lisboa, 1989, tábuas XVII.

Na literatura geográfica árabe o nome Maluco apenas faz a sua aparição com a obra do roteirista Aḥmad ibn Mâjid (*Al-Fawâ'id fî Uçûl 'Ilm al-Baḥr wa'l-Qawâ'id*, «lições úteis sobre as bases da ciência do mar e dos princípios») de c. 1488; e o de Banda ainda mais tarde, com a de Sulaymân bin-Aḥmad al-Mahrî (*Al-'Umdat al-Mahrîyah fî Ḍabṭ al-'Ulûm al-Najmîyah*, «o fundamento de Mahrî para a apreensão das ciências astrais»), datada de 1511⁴⁸. Já se aventou que o topónimo *Maluku* derivasse do árabe *mulûk* (plural de *malik*, «rei»), nome que aludiria à fragmentação do poder político no pequeno arquipélago; mas, dado o que acabamos de ver, essa opinião (adiantada no século XVII por François Valentijn, nas suas *Oud en Nieuw Oost-Indien*, e aceite por alguns autores modernos⁴⁹) não nos parece sustentável, uma vez que tal nome aparece muito antes da islamização do arquipélago e da presença de árabes nas suas águas⁵⁰.

Em definitivo, conhecem-se, portanto, ao todo apenas quatro, no máximo cinco, referências escritas a Maluco antes da chegada dos portugueses à Ásia, uma na literatura jau, outra na malaia, outra na arábica e outra na chinesa, para além de uma quarta, mais antiga mas problemática, nesta última. Resulta assim evidente que D. João II não podia ter noção exacta da situação de Maluco, nem provavelmente da sua própria existência, pelo que é erro evidente afirmar-se, como se tem feito já, que ao teimar em arredar para ocidente a raia de Tordesilhas e assegurar a posse do Brasil correu conscientemente o risco de perder Maluco.

Ao chegarem à Índia os portugueses não souberam imediatamente da existência do arquipélago. O *Diário* da primeira viagem de Vasco da Gama, atribuído a Álvaro Velho, cujo horizonte geográfico fenece em Malaca, ao tempo o grande porto redistribuidor das espécies do arquipélago, parece situar aí a origem do cravinho. Com efeito, após aludir às especiarias que se produziam em torno de Calecut e à canela de Ceilão que aí vinha também ter, explica:

E há ãa ilha que chamam Meleca donde vem o cravo a esta cidade. Aqui carregam as naos de Meca a espiciaria e a levam a ãa cidade que está em Meca, que se chama Judea. E poem desta ilha lá cinquenta dias, de

⁴⁸ TIBBETTS, *op. cit. supra*, nota 42.

⁴⁹ Paramita ABDURACHMAN, «In search of spices: Portuguese settlements on Indonesian shores», in *The Indonesian Quarterly*, vol. II, n.º 2, Jan. de 1974, pp. 113-133.

⁵⁰ A origem do topónimo Maluco é obscura. Não é impossível que, como pretende Couto (IV, vii, 8), *moloc*, de onde viria *Maluku*, signifique, em alguma das línguas austronésicas da região, qualquer coisa como «cabeça de cousa grande», pois *hulu*, *ulu*, *ulo*, *ulun*, *uluc*, etc. é o nome vernáculo da «cabeça» na maioria das línguas da família e *m-* um prefixo assaz frequente em quase todas elas; parece-nos, contudo, mais provável que se trate de uma etimologia popular escutada dos malaios, em cuja língua *mulok* (na pronúncia de Malaca, Johor e Riau, base da antiga ortografia usada na Malásia) ou *muluk* (na pronúncia mais corrente, base da *éjaan baru*) significa «alto, elevado, altaneiro, pomposo».

vento à popa, que as naos desta terra nom andam pela bolina; e pagam ao grã Soldão seu direito ⁵¹.

A informação repete-se em termos ligeiramente diferentes na sùmula geográfica que figura em anexo ao *Diário*:

Item. Meleca é de cristãos e o rei cristão. Está de Calecut quarenta dias de bom vento. Este rei poderá ajuntar dez mil homens de peleja, a saber, duzentos de cavalo e os outros de pé. Daqui vai todo o cravo, e vale aqui ão bacher nove cruzados, e isso mesmo a noz moscada, vale um bacher outros nove cruzados. E há i muitas procelanas e muita seda e muito estanho do qual fazem moeda, porém a moeda é grande e vale pouco, que três farazales [*i. e.*, faraçolas] valem um cruzado. Aqui há muitos papagaios, todos vermelhos como arriem (?) ⁵².

Mais vagas ainda são as informações transmitidas para Florença, no regresso de Vasco da Gama, pelos correspondentes da casa Marchione em Lisboa, que parecem não destringer Ceilão das ilhas da noz-moscada e do cravinho:

Acham-se na dita cidade de Calecut todas as especiarias, a saber, canela, pimenta, cravo, gengibre, incenso, lácár e infinito brasil, de que estão os bosques cheios. Mas as ditas especiarias não nascem ali, senão que nascem em certas ilhas junto com a dita cidade a 160 léguas, as quais ilhas estão junto com a terra firme a mil passos da banda onde fica a dita cidade e vão lá por terra em 20 dias. São povoradas de mouros e toda a dita especiaria vem a esta dita cidade onde se faz a escápula ⁵³.

A primeira menção explícita do nome Maluco ocorre numa carta de Américo Vespúcio escrita de Bezeguiche, junto ao Cabo Verde, a 4 de Junho de 1501, em que resume as informações sobre o Oriente que lhe forneceu Gaspar da Índia ⁵⁴; mas limita-se a mencionar o nome, nada informando sobre o lugar. O topónimo *Maluco* aparece igualmente no *Itinerário* de Ludovico de Varthema ⁵⁵, c. 1510 – que tudo leva a crer não ter jamais visitado a Insulíndia, escrevendo na Índia, de ouvir dizer – tornando-se corrente sobretudo a partir da visita de Diogo Lopes de Sequeira a Malaca em 1509.

⁵¹ *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, fac-símile do códice original, transcrição e versão em grafia actualizada, com uma introdução por Damião PERES; leitura por António BAIÃO e A. de Magalhães BASTO, Livraria Civilização, Porto, s/d, p. 65.

⁵² *Ibidem*, pp. 83-84.

⁵³ *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes Italianas para a sua História: o Códice Riccardiano 1910 de Florença*, transcrição e apresentação: Carmen Radulet; Prefácio, tradução e notas: Luís Filipe F. R. THOMAZ, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2002, doc. II, p. 74.

⁵⁴ *Ibidem*, apêndice, p. 342.

⁵⁵ Texto italiano in RAMUSIO, *Navigazioni e Viaggi*, cf. *supra* nota 17; versão portuguesa: Ludovico de VARTHEMA, *Itinerário* (primeira tradução portuguesa), tradução, prefácio e notas de Vincenzo SPINELLI, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1949; versão francesa, profusamente anotada com a colaboração do autor do presente artigo, Éd. Chandeigne, Paris, no prelo.

Na cartografia há já uma tentativa de representar o arquipélago num mapa anónimo de 1510, atribuído a Jorge Reinel⁵⁶, visivelmente anterior à chegada a Portugal das informações colhidas por Diogo Lopes; reduz-se a uma única ilha – sem nome mas com a indicação «nesta ilha nasce todo o cravo» – sita em pleno Índico, a sul da «mui honrada e muito rica ilha de Çamatra», bem no hemisfério Sul, cortada pelo trópico de Capricórnio...

Esta localização da «ilha do cravo» a meio do Índico não é inteiramente arbitrária, mas resulta de uma má interpretação de informações colhidas por Afonso de Albuquerque à ida para a Índia em 1507. Como se deduz de documentação que acaba de ser publicada⁵⁷, Albuquerque costeara no regresso da Índia em 1504 a ilha de São Lourenço ou Madagáscar durante cerca de duas semanas, sem contudo desembarcar nela. Forçado na sua segunda viagem a invernar em Moçambique, decidira, de acordo com o capitão-mor Tristão da Cunha, explorar um recife em que ia soçobrando e a ilha que costeara três anos antes, e que desta feita um dos seus navios tocara fortuitamente. Ora esse navio trouxera para Moçambique dois nativos de Madagáscar, que afirmaram «que há i cravo para carregar toda esta frota e noz moscada assim mesmo e maça de noz assim mesmo e benjoim em grã quantidade»⁵⁸. A ideia de que aí medrasse o cravinho-da-índia pode resultar simplesmente, como aventa Castanheda⁵⁹, de os dois nativos terem exibido «ũas cousas redondas como bugalhos que cheiravam a cravo»; poderá nesse caso tratar-se das sementes de uma certa espécie do género *Cryptocarya*, da família das Lauráceas (antes classificada como *Ravensaria aromatica*, Sonn.), modernamente comercializada como «cravo-de-madagáscar» ou «noz-moscada-de-madagáscar»⁶⁰. Mas pode também tratar-se de cravinho autêntico, trazido da Insulíndia pelo comércio marítimo, como o autor da carta de 1507 que há pouco citámos sugere um pouco mais abaixo:

Muito mais diziam, que navegam lá naus grandes como as nossas. É gente branca como nós e vestidos, que não pode ser senão esta geração dos juncos (...).

Estas naus dos juncos e estes são os que sempre tiveram o cravo nas mãos e nunca se pôde saber donde nacia ele; e esta cousa, se se descobre, poder-se-há haver Portugal senhor de toda aquesta parte da Índia (...).

⁵⁶ PMC, I, 9.

⁵⁷ *Viagens Portuguesas à Índia*, cit. *supra* (nota 53), docs. x-xi, pp. 203 & ss.

⁵⁸ Carta anónima de Moçambique, 10.I.1507, *Ibidem*, doc. xi, pp. 250-251.

⁵⁹ II, xxx.

⁶⁰ Trata-se de uma planta botanicamente congénere da *Cryptocarya moschata*, Nees & Mart., do Brasil, chamada «beribeba» ou «noz-moscada-do-brasil», com que na década de 1640 os portugueses topariam no Maranhão. Quanto à noz-moscada, se se não trata de noz-moscada verdadeira trazida pelo comércio, pode tratar-se da mesma *Cryptocaria*, cujo sabor parece ser intermédio entre o do cravo e o da noz, ou de alguma outra miristicácea indígena de Madagáscar, em cuja flora se acha uma espécie do género *Haematodendron* e seis do género *Mauloutchia*.

Alude certamente a juncos vindos da Insulíndia, de onde em vagas sucessivas ao longo da Idade Média vieram os austronésios que povoaram Madagáscar; nada há de inverosímil em que em começos de Quinhentos não houvesse cessado ainda inteiramente a navegação comercial entre Samatra ou Java e São Lourenço. Fosse como fosse, D. Manuel persuadiu-se de que Madagáscar era a madre do cravinho ou distava pouco dela, pois no regimento que em Fevereiro de 1508 deu a Diogo Lopes de Sequeira⁶¹ admitia a possibilidade de a armada deste obter aí carga suficiente de especiaria para poder sem mais tornar ao Reino; quanto aos juncos que de tempos a tempos aí surgiam, recomendava-lhe:

Saberêes se à dita terra de São Lourenço, assi nos portos onde este-verdes como em algũos outros, vem naos de fora que tragam mercadarias, e donde veem, e como se chamam as gentes que nelas vem, e se são mouros se gentios, e que mercadarias trazem, e se são suas naos que i veem grandes se pequenas, e de que feição são, e o tempo em que veem, e em quantos dias passam, donde veem à dita terra de São Lourenço, e como são vestidos, e se trazem armas, e se são homens brancos se pretos, e se quando veem pera a dita terra de São Lourenço fazem escápolas em outras ilhas, e se as fazem que mercadarias acham nelas, e se se tornam no ano em que veem ou esperam por outro tempo, e se veem cada ano se de certos em certos anos, e o modo em que navegam.

Passados meses referia D. Manuel ao arcebispo de Braga⁶² que em S. Lourenço «se acha muito gengivre e se afirma que desta ilha sai todo o cravo».

A representação conjectural da «ilha do cravo» no mapa de 1510 atribuído a Jorge Reinel, no meio do Índico à latitude de Madagáscar, não é senão uma tentativa de figurar graficamente esta concepção.

Só com o *Livro de Francisco Rodrigues*⁶³, talvez de 1513, aparece uma representação geográfica realista, com as ilhas no seu devido lugar, no extremo Leste da Insulíndia sob o Equador, e com a legenda «as quatro ilhas azuis são as de Maluco, onde nasce o cravo». E também numa posição relativamente correcta, entre as ilhas de Ambom⁶⁴ e de Timor «onde nasce o sândalo», as «ilhas de Banda»⁶⁵ onde nascem as maçãs». Como é sabido, Fran-

⁶¹ Regimento de 15.II.1508 pub. in CAA, vol. II, Lisboa, 1898, pp. 403 & ss.

⁶² Carta de Alcochete, 19.VI.1508, pub. *ibidem*, p. 424.

⁶³ Vide Armando CORTESÃO, *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues...*; cf. PMC, I, 35.

⁶⁴ Ambom é o mesmo que Amboino ou Amboina (3° 30' S, 128° E); actualmente a ortografia oficial é Ambon.

⁶⁵ Banda (por vezes ocorrem as formas Bandan e Bandam), grupo de dez pequenas ilhas vulcânicas sitas a 3° 50'– 4° 40' S, 129° 38'– 130° 2' E, *grosso modo* a SE de Amboino, das quais seis (Run, Ai, Gunung Api, Bandaneira, Lontor e Rozengain) são habitadas; a mais vasta, Lontor ou Lontar, tem doze milhas de comprimento e duas de largura. O conjunto do arquipélago tem apenas 44 km² de superfície. Montanhosas (o Gunung Api, «monte-de-fogo», *i.e.*, «vulcão», da ilha do mesmo nome atinge 658 m e o Gunung Bandera, o pico mais elevado de Lontor, 518 m), são, contudo, bem visíveis do mar.

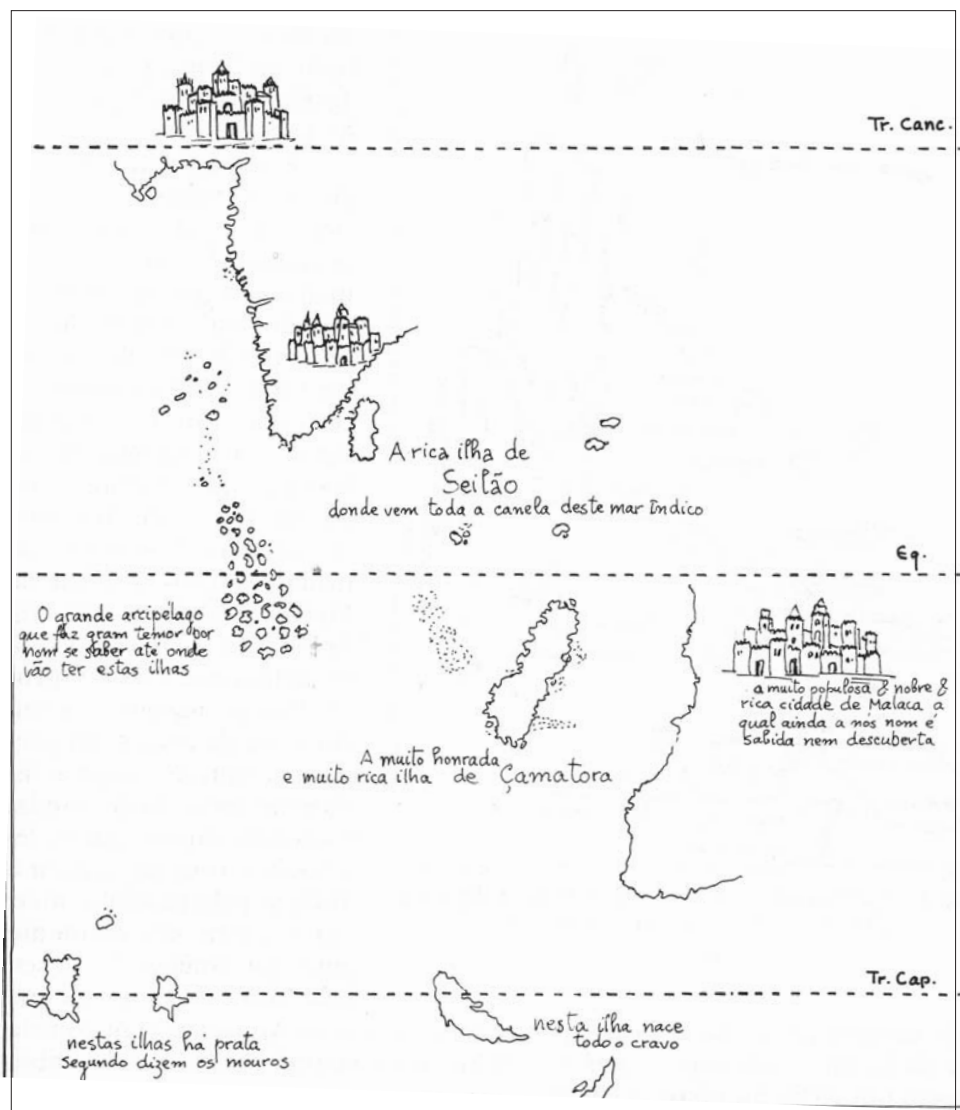


Fig. 4 – A «ILHA DO CRAVO» NO MAPA DE JORGE REINELL (1510)
(PMC, I, 9)

cisco Rodrigues foi companheiro de António de Abreu e Francisco Serrão na sua viagem exploratória de 1512 – a primeira expedição portuguesa ao leste da Insulíndia, a inquirir das famigeradas «ilhas da especiaria» – e conheceu portanto *de visu* a região, de que tirou vários debuxos. Descrições pormenorizadas do pequeno arquipélago aparecem, pela mesma época, no *Livro de*

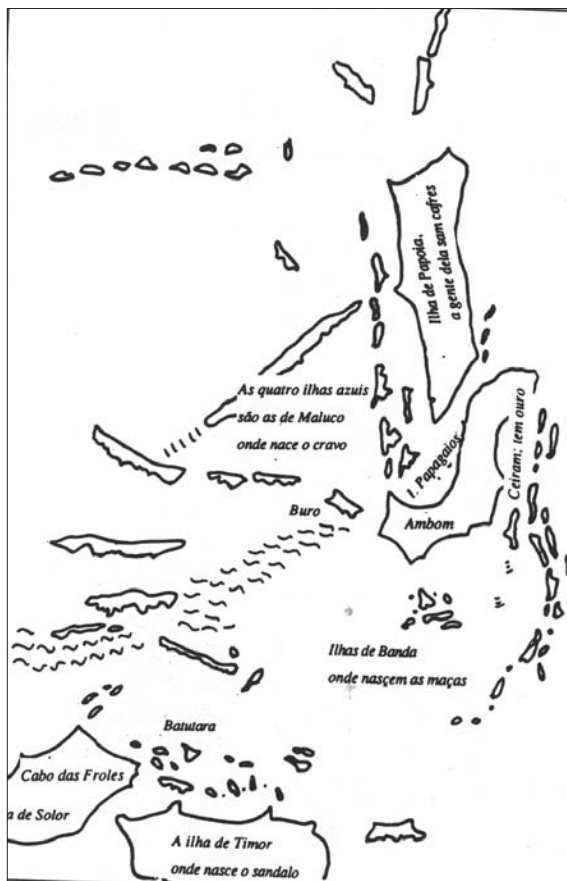


Fig. 5 – A ZONA DE MALUCO NUM DOS MAPAS DO LIVRO DE FRANCISCO RODRIGUES (PMC, I, 35)

Duarte Barbosa ⁶⁶, composto no Malabar, e sobretudo na *Suma Oriental* de Tomé Pires, redigida em Malaca ⁶⁷.

A chegada dos portugueses a Maluco foi, de vários pontos de vista, uma novidade. Era quicá a primeira vez que de fora do mundo malaio alguém vinha em busca do cravo, com intenções de estabelecer para o futuro um trato regular. Parece que numa época pouco anterior – «no tempo del-rei de Malaca», diz António de Brito ⁶⁸ – se faziam viagens directas de Malaca a Maluco, pela via de Brunei, caminho que se estimava em quatrocentas léguas; no entanto, em começos do século XVI predominavam as viagens indirectas, pela via de Banda, estimada em seiscentas léguas, e a rota de Malaca a Maluco pelo caminho mais curto caíra praticamente em esquecimento ⁶⁹. Por seu lado Tomé Pires atesta que

em seus dias, embora se fizesse por vezes a viagem de Malaca a Maluco pela via de Brunei, mais rápida mas menos lucrativa, se preferia em geral a cabotagem por Java, Sumbawa e Banda, morosa mas proveitosa:

⁶⁶ *O Livro de Duarte Barbosa (edição crítica e anotada)*, 2 vols., prefácio, texto crítico e apêndice, por Maria Augusta da Veiga e Sousa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1996-2000.

⁶⁷ Fls. 155 v – 159 v.

⁶⁸ Carta a El-Rei, Ternate, 11.II.1523, ANTT, *Gaveta XVIII-6-9*, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, I, doc. 20, pp. 132 & ss.; outra carta, quase igual, datada de 6.V.1523, *Gaveta XVIII-2-25*, pub. in *As Gavetas...*, vol. VIII, doc. 4314, pp. 196-199, e em versão castelhana por Navarrete, II, parte IV, doc. xxx, pp. 593 & ss.

⁶⁹ Vide o testemunho de Jorge de Albuquerque, na carta a El-Rei citada *supra* (nota 6), de que transcrevemos mais abaixo os trechos mais significativos.

A nós vem bem o caminho de Brunei pera Maluco, e aos mercadores de Malaca o de Jaoa; a nós o de Brunei, porque nom fazemos escala de terra em terra, vendendo aqui, vendendo cá, ganhando em cada lugar, de maneira que se alonga o tempo. E com pouco cabedal, e os navegantes são escravos, fazem suas viagens compridas e proveitosas, porque de Malaca levam mercadarias da valia da Jaoa, e da Jaoa mercadorias da valia de Bima & Cimbava, e destas ilhas levam panos pera Bandam e Maluco, e os que levam reservados de Malaca. Adoram os de Bandam e Maluco neles, e assi fazem suas mercadorias, o que nom poderiam fazer pola via de Burnei e Butum e Macaçar ⁷⁰.

Nós nom somos assi proveitosos pera aumentar a fazenda de sua baixa maneira, nem menos somos do seu vagar, porque trazemos a gente a soldo, somente tomamos nosso furnimento largo & de boa roupa; cometemos nosso caminho, fazemos nossa mercadoria como portugueses nom domésticos a ela; e os panos anichelados dos reaes mercadores estão empapelados, porque sentem a mercadoria; e desta maneira fazemos nosso caminho prestes. Portanto o caminho de Brunei nos convém pera melhor, porque é já sabido, Deus seja louvado! Bom é, e assaz proveitoso ⁷¹.

Contudo, a sugestão do boticário de Leiria só muito mais tarde veio a ser posta em prática, pois até à ida de D. Jorge de Meneses para Maluco em 1527 os portugueses continuaram, como os tratantes de Malaca, a preferir a via de Java, ignorando a de Brunei. Foi quando adoptaram esta que começaram a fazer caminho pelos mares de Sulu e Celebes, passando ao sul de Mindanao – como resulta claro da observação cuidadosa da cartografia portuguesa coeva, que então começa a debuxar com mais precisão toda essa zona ⁷².

Ora, por uma razão física, era impossível fazer na mesma monção o caminho de Malaca a Banda e o de Banda a Maluco, de modo que uma viagem de ida e volta não demorava menos de vinte meses. Tomé Pires, talvez demasiado optimista, limita-se a anotar ⁷³: «tem também Bandam cravo, que vem de carroto de Maluco a Ambono, & d'Ambon a Bandam, isto em doze, quinze dias com moução». Mas Castanheda ⁷⁴ explica em pormenor e com clareza as cousas:

⁷⁰ Admitimos que, no seu estilo confuso como sempre, Tomé Pires queira dizer que à ida faziam escala em Brunei e no retorno em Butung (ou Buton) e Macaçar, pois fazer as três escalas na mesma viagem obrigaria a seguir uma rota tortuosa, morosa e difícil de fazer numa monção só, dado o desencontro dos ventos; isso explicaria por que nomeia Butum *antes* de Macaçar, o que só é exacto no caso duma viagem de regresso de Maluco. Se assim é, o retorno a Malaca far-se-ia ao longo da costa meridional de Bornéu.

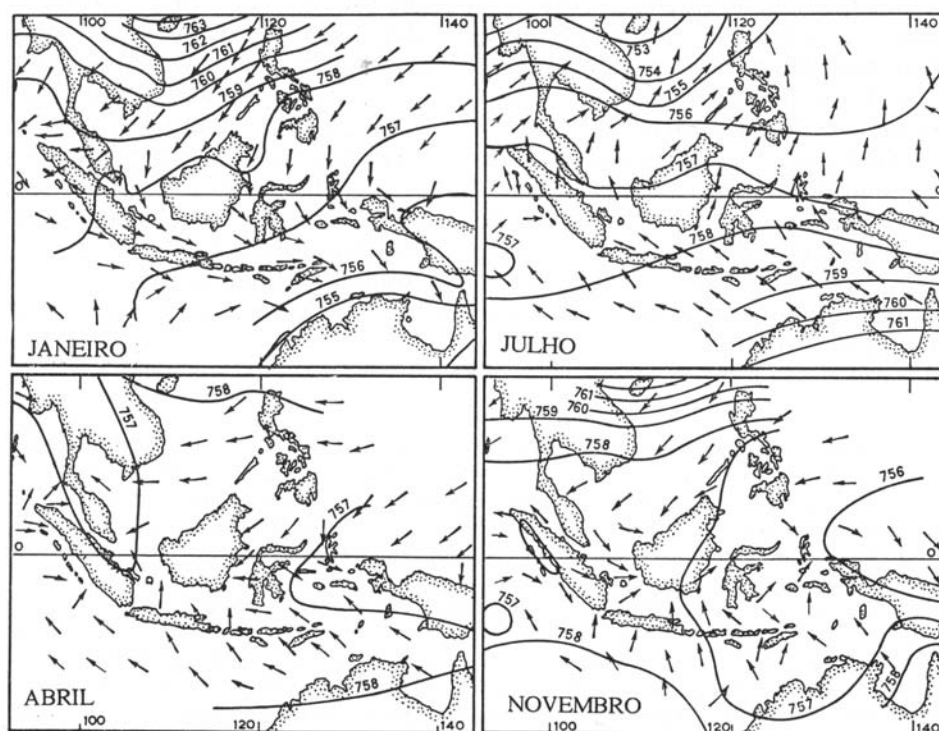
⁷¹ *Suma Oriental*, fl. 158 v; mais pormenores sobre este comércio a fl. 156 r (cf. *supra* nota 27).

⁷² Para mais detalhes, cf. o nosso estudo «The image of the Archipelago in Portuguese cartography of the 16th and early 17th centuries», in *Archipel*, n.º 49, Paris, 1995, pp. 79-124; versão portuguesa: «Da imagem da Insulíndia na cartografia», in *Rotas da Terra e do Mar* [publicado aos fascículos em suplemento ao *Diário de Notícias*, aos domingos, entre 19.VI.1994 e 15.I.1995], pp. 394-421. Foi talvez por fazer caminho mal conhecido que D. Jorge de Meneses escolheu Maluco e foi parar às ilhas dos Papuas, de onde finalmente arribou a Ternate.

⁷³ *Ibidem*, fl. 156 r.

⁷⁴ VI, xi.

[Em Maluco] não tem jungos nem outros navios d'alto bordo, porque não há antr'eles nenhuns mercadores, nem há antr'eles outra mercadoria que levar pera fora senão cravo, & este não o levarão por não terem navios pera isso: & os da ilha de Banda o iam lá buscar em seus jungos & o compravam muito barato a troco de panos da Índia pera se vestirem, que levavam à Banda os mercadores de Malaca: e também a troco deles compravam em Banda a noz, maça e cravo & não queriam ir por ele a Maluco porque gastavam na viagem quasi o dobro do tempo que punham de Malaca a Banda ida por vinda, porque eram seis meses que partiam de Malaca em Janeiro & em Fevereiro chegavam a Banda, & carregavam em Julho em que partiam pera Malaca & chegavam em Agosto, & pera Maluco haviam de partir de Banda em Maio, e chegavam nele por não ser o caminho de mais de cem léguas, & por amor da moução dos levantes não podiam tornar de Maluco se não em Janeiro se achavam carga, & senão haviam d'esperar um ano, & em Banda haviam d'esperar até Julho pera partirem pera Malaca. E por esta razão não queriam os mercadores de Malaca passar a Maluco & achavam em Banda o cravo: que depois que os Portugueses estiveram em Maluco não trouxeram os Bandaneses mais a Banda.



**Fig. 6 – PRESSÃO ATMOSFÉRICA E VENTOS NO SUESTE ASIÁTICO
NAS QUATRO ESTAÇÕES DO ANO**

(Segundo Charles A. Fisher, *South-East Asia – A Social, Economic and Political Geography*,

Grande parte dos lucros do cravo ia assim até então para os bandaneses, razão porque Tomé Pires⁷⁵ se não coíbe de comentar: «bem-aventurada se deve chamar a gente de Bandam!» É isso o que, por outro lado, explica o entusiasmo com que os portugueses foram recebidos em Maluco, como expressivamente o autor afirma logo abaixo: «e não sem causa os reis de Maluco, sabedores das cousas de Bandam sospiram por nós, como se dirá quando das nobres ilhas se falar.»

A rota de Malaca a Maluco «por fora de Bornéu» não permitia tocar Banda e aí carregar noz e maça, mas em contrapartida permitia fazer a viagem de ida em cerca de quarenta dias, numa só monção, e a de ida e volta em dez ou onze meses – enquanto o caminho por Banda, impondo uma longa escala até que virasse o vento, chegava a demorar onze meses à ida, e pelo menos vinte para ir e vir⁷⁶. Foi talvez essa uma das razões que levaram a que, mais tarde, as viagens de Maluco, exploradas directamente pela Coroa, se dissociassem das de Banda, entregues a adjudicatários⁷⁷. Conforme atesta um apêndice a uma das versões da *Informação das cousas de Maluco*, de Gabriel Rebelo^{77a}, datável de 1561, a «viagem corrida de Maluco» fazia-se já então normalmente à ida pela via de Brunei, o que possibilitava a partida de Malaca em Agosto em vez de Dezembro ou Janeiro. O regresso fazia-se, contudo, por Amboino e daí, com a monção de sueste, provavelmente por Butung, Macaçar e costa meridional de Bornéu – o que, embora impondo estadias de quase três meses em Amboino e de cerca de cinco meses e meio em Malaca, permitia chegar a Cochim a tempo de baldear a carga para as naus do Reino que daí largavam normalmente em Janeiro:

Tempo que se gasta na viagem corrida de Maluco, tratando do bom partir e chegar: partem de Goa a 15 de Abril; chegam a Malaca na fim de Maio, e daí <partem> a 15 de Agosto e chegam a Maluco até a fim de Outubro, donde partem a 15 de Fevereiro; e em seis, sete dias, chegam a Amboino, donde partem a 15 de Maio ou segura a lua cheia do mesmo mês, e chegam a Malaca no fim de Junho. E pera bem tomarem as naos do Reino, partem de Malaca a 15 de Novembro e chegam a Cochim na entrada de Janeiro; e, descarregando aí, chegam a Goa até quinze de Março. E assi se gastaõ vinte e três meses de viagem. E por a via de Banda poem trinta meses.

⁷⁵ *Suma Oriental*, fl. 155 v.

⁷⁶ Vide os considerandos de Tristão de Ataíde em sua carta a D. João III, Maluco, 20.II.1534, ANTT, *Gaveta XVIII-8-20*, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, I, doc. 37, pp. 284 & ss.

⁷⁷ Vide Manuel L. Marques LOBATO, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia – Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Instituto Português do Oriente, Macau, 1999; cf. o nosso estudo «Les Portugais dans les Mers de l'Archipel au XVI^e siècle», in *Archipel*, Études interdisciplinaires sur le Monde Insulindien, n.º 18, Paris, 1979, pp. 105 a 125; versão inglesa, «The Portuguese in the Seas of the Archipelago during the XVI century», in *Trade and Shipping in the Southern Seas*, SPAFA, Cisarua, Java Ocidental, Indonésia, 1985, reproduzida in Om PRAKASH, ed., *European Commercial Expansion in Early Modern Asia*, Ashgate Publishing, Aldershot (Hampshire, Inglaterra), 1997; versão portuguesa in *De Ceuta a Timor*, cit. *supra* (nota 27), pp. 537-565.

^{77a} Pub. por B. de Sá, *Documentação...*, vol. VI, pp. 288-289.

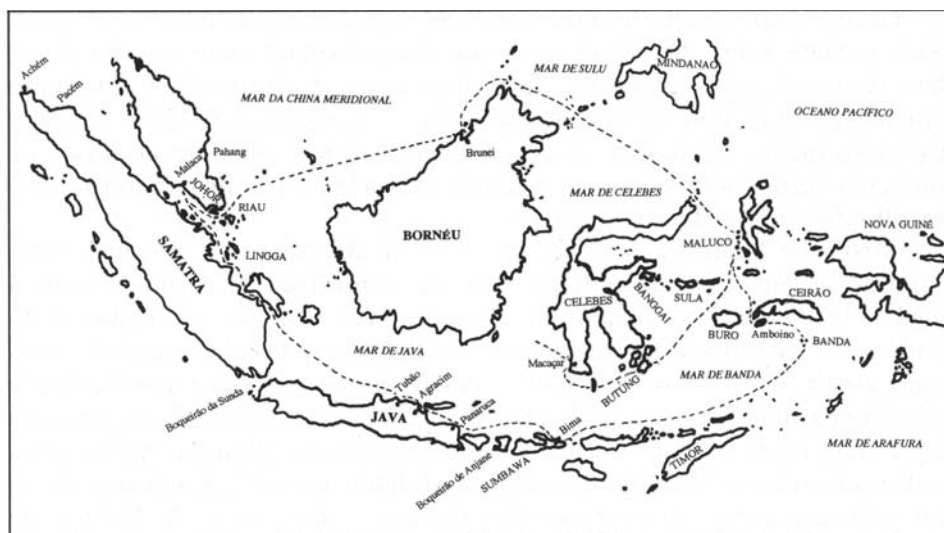


Fig. 7 – A ROTA DE JAVA E A ROTA DE BRUNEI

A asserção de Castanheda de que em Maluco «não tem juncos nem outros navios d'alto bordo, porque não há antr'eles nenhuns mercadores» não se pode tomar à letra, já que, como veremos, a partir de 1513 vieram regularmente a Malaca juncos do sultão de Ternate, a trazer mensagens e mensageiros e a fazer sua fazenda. Significa, aparentemente, que – como sucedia, por exemplo, também na África negra e em muitas antigas civilizações tanto do Velho como do Novo Mundo – prevalecia ainda um tipo de «comércio administrado», de chefe a chefe, sem haver nem autêntico mercado nem classe mercantil autónoma e especializada ⁷⁸. A prática do tributo periódico à China, que vigorou em todo o Sueste Asiático (e nalgumas partes, como as ilhas Sulu, não longe de Maluco, continuou em vigor até à queda do império em 1911), representa outra sobrevivência serôdia desse antigo sistema de troca. Foi certamente esse regime que facilitou aos portugueses fixarem os preços do cravo por acordo com o sultão, o que deve, talvez, ter tido lugar a quando da expedição de D. Tristão de Meneses, em 1520.

Quando os portugueses chegaram a Maluco o pequeno arquipélago constituía uma espécie de tetrarquia ou confederação de quatro reinos (Ternate, Tidore, Jeilolo e Bachão) designada por *Maluku-Kie-Raha*, «as quatro montanhas de Maluco» ⁷⁹. Tradicionalmente era a Bachão que cabia

⁷⁸ Cf. K. POLANYI & C. ARENSBERG, *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*, Larousse, Paris, 1975; John Hicks, *Une Théorie de l'Histoire Économique*, Ed. du Seuil, Paris, 1973.

⁷⁹ A. B. LAPIAN, «Bacan and the early history of North Maluku», in Leontine E. VISSER, *Halmahera and beyond – Social science research in the Moluccas*, edited by..., KITLV Press,

a primazia, justificada por um mito que se repete tanto na tradição oral como nas crónicas escritas dos reinos locais: os quatro reis ou *colanos* seriam os descendentes de um mítico soberano, Jafar Sadek ou Jafar Nuh (a quem nalgumas versões é anacronicamente atribuída também a introdução do islão no arquipélago⁸⁰), que de sua esposa celestial houvera quatro filhos, de que o primogénito se tornara rei em Bachão. Ora enquanto os outros três reinos falam línguas papuas, Bachão fala uma língua austronésica, assaz próxima do malaio. Pode admitir-se que tenha sido introduzida no período de Seri Wijaya por mercadores de Samatra ou de Bornéu vindos em busca do cravo, que se tenham radicado e apoderado da hegemonia política. Sendo assim o caso de Maluco seria, *mutatis mutandis*, semelhante ao de Samatra e de Bornéu, onde os malaios, estabelecidos nos pontos estratégicos que são as fozes e confluências (*kuala*) dos rios que constituem a única via de comunicação com o interior, dominam todo o comércio externo, mantendo as populações do sertão sob uma tutela que frequentemente se traduz pelo pagamento de um tributo⁸¹. Na forma em que nos chegou, contudo, o mito contempla também, de certa forma, a posição privilegiada de Ternate nos tempos modernos, pois acentua que, embora o filho de Jafar Sadek que aí se tornou rei fosse o mais novo, foi gerado na mansão celestial de onde provinha a mãe e especialmente protegido por seu avô materno.

No terceiro quartel do século XVI Gabriel Rebelo recolheu ainda a lembrança de um período em que aparentemente prevalecia uma pentarquia, em que a primazia cabia a um reino – por sinal de língua papua – sito no norte de Halmaheira, o de Loloda, «o qual é o mais antigo reino de todos, mas já muito debilitado e esquecido»⁸². Poderá ver-se nessa tradição uma reminiscência da época anterior ao estabelecimento dos malaios em Bachão? De qualquer modo, à época da chegada dos portugueses à zona o rei de Loloda fora vencido pelos outros reinos, forçado a aceitar a suserania de Ternate e a contentar-se com o título de *çangaje*, título que António Galvão⁸³

Leida, 1994, pp. 11 & ss.; *Idem*, «Beberapa pokok penelitian sejarah daerah Maluku Utara» [«Diversos temas de investigação da história regional de Maluco setentrional»], in E. K. M. MASINAMBOUW, *Halmahera dan Raja Ampat*, vol. III (*Indonesian Journal of Cultural Studies – Majalah Ilmu-ilmu Sastra Indonesia*, vol. VIII, n.º 3, nomor istimewa III [n.º especial III], Março de 1980), pp. 277 & ss.

⁸⁰ M. Shaleh A. PUTUHENA, «Sejarah Agama Islam di Ternate» [«História da religião islâmica em Ternate»], in *Halmahera dan Raja Ampat*, III [cf. nota precedente], pp. 263 & ss. O nome árabe atribuído ao mítico personagem é evidentemente, também ele anacrónico: *Ja'far* (lit. «arroio, regato») é um nome próprio relativamente comum em árabe, *Çadiq* significa «genuíno, perfeito, sincero, verdadeiro» e *Nûh* é a forma árabe de Noé.

⁸¹ Para o caso de Samatra vide J. KATHIRITHAMBY-WELLS, «Hulu-hilir Unity and Conflict: Malay Statecraft in East Sumatra before the Mid-Nineteenth Century», in *Archipel – Études interdisciplinaires sur le monde insulindien*, n.º 45 (1993), pp. 77 & ss.

⁸² Gabriel REBELO, *Informação...*, p. I. cap. II (B. de Sá, *Documentação...*, III, p. 354).

⁸³ Cap. xviii.

equipara ao de duque, pois «é quasi como rei e pode trazer as mesmas insígnias»⁸⁴. O autor não deixa contudo de notar que após o velho reino de Loloda o mais antigo era o de Bachão.

Um outro mito de origens, registado por António Galvão⁸⁵ (que Barros⁸⁶ repete quase textualmente), e mais tarde por Valentijn, atribui a origem dos reis de Maluco a quatro ovos de serpente – animal que dado o seu *habitat* subterrâneo simboliza, entre muitas outras coisas, a terra-mãe e constitui em muitas mitologias uma espécie de deus primordial⁸⁷. Dos quatro ovos teriam nascido três rapazes e uma rapariga; dos rapazes um tornara-se rei de Bachão, outro de Buton e Banggai⁸⁸ e outro, finalmente, das ilhas dos Papuas, enquanto a rapariga desposava o rei de Loloda. Dir-se-ia que esta lenda, que contempla um espaço geográfico muito mais alargado, assume antes a perspectiva dos malaaios de Bachão, de quem os papuas de Loloda aparecem como cognados, através do casamento da mítica irmã do primeiro soberano de Bachão com um príncipe autóctone. Este pormenor parece-nos particularmente significativo, pois nos mitos de origens deste género é, em geral, o caudilho dos *pendatang* («recém-vindos») que desposa a *filha* do senhor da terra, assim legitimando a sua presença nela. Ao invés, ao apresentar o rei de Loloda como esposo de uma irmã do primeiro soberano de Bachão, afirma-se *ipso facto* a preeminência deste, pois de uma maneira geral em toda a Insulíndia oriental (tal como em Samatra, Nias, e outras zonas da Indonésia ocidental) as linhagens de dadores de esposas são consideradas superiores às de tomadores de esposas – razão porque na maior parte das sociedades são defesos os casamentos em sentido inverso, que subverteriam as hierarquias sociais⁸⁹. O mito sublinha assim, ao mesmo tempo, quer a *anterioridade* de Loloda quer a *superioridade* de Bachão.

⁸⁴ Gabriel REBELO, *História...*, p. II, cap. 2.º (B. de SÁ, *Documentação...*, III, p. 291). *Çangaje* é transcrição de *sang aji* ou *sang haji*, título de origem javanesa que se pode traduzir por «el-rei» (cf. o nosso estudo, «O malogrado estabelecimento...», cit. *supra* nota 4, notas 16 e 345); em Maluco dava-se tradicionalmente aos reis o título vernáculo de *colano* ou *culano* (do ternatês *kolano*), por vezes o título indiano de *raja*. Galvão (cap. xviii) dá o título de *raja* como equivalente a «rainha», mas há que notar que para o masculino escreve *raje*, introduzindo assim uma variação de género gramatical tipicamente indo-europeia, que conquanto exista também por exemplo nas línguas semíticas, é estranha às línguas austronésicas.

⁸⁵ Cap. xiii.

⁸⁶ III, v, 5.

⁸⁷ Cf. art.º «serpente» in Jean CHEVALIER & Alain GHEERBRANT, *Dicionário dos Símbolos: Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*, Teorema, Lisboa, (1994), s.v.

⁸⁸ Buton ou Butung é uma ilha sita defronte da extremidade sueste de Celebes, a c. 5º 30' S, 122º 30' E; Banggai um grupo de ilhas, de que a principal é a de Peleng ou Peling (1º 20' S, 123º E), sitas a leste de Celebes, entre a sua península central e as ilhas de Sula.

⁸⁹ Vide F. A. E. van WOUDE, *Types of Social Structure in Eastern Indonesia*, Koninklijk Instituut voor Taal-, Land- en Volkenkunde / Martinus Nijhoff, Haia, 1968; cf. Ina E. SLAMET-VELSINK, *Emerging Hierarchies – Processes of stratification and early state formation in the Indonesian archipelago: prehistory and the ethnographic present*, KITLV Press, Leida, 1995; C. BARRAUD,

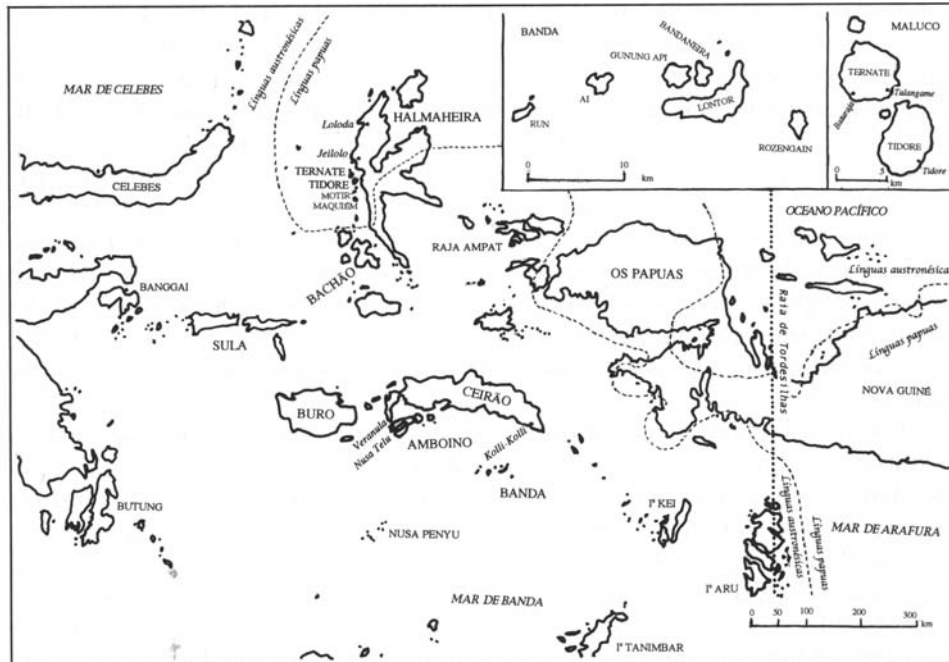


Fig. 8 – A ZONA DE MALUCO

É assim sempre Bachão que desempenha o papel principal. A posição cimeira de Ternate parece, por conseguinte, recente. Isso não significa, contudo, que derive simplesmente da preferência que os portugueses deram ao seu porto e do apoio militar que lhe prestaram, pois é um pouco anterior à sua ingerência no arquipélago. Como tivemos já ocasião de referir, o *Sejarah Melayu*, crónica quinhentista do sultanado de Malaca, refere a visita aí do rajá de Maluco em dias do sultão Ala'ud-din (1477-88)⁹⁰. Ora segundo Galvão⁹¹ e Barros⁹² o rei de Maluco que visitou Malaca foi um tal Tidore

«Wife-givers as Ancestors and Ultimate Values in the Kei Islands», in *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, vol. 146 (1990), partes 2-3, pp. 193-225. A tendência geral não exclui variações: por exemplo em Mentawai (grupo de ilhas ao largo da costa ocidental de Sumatra) a troca de esposas entre duas linhagens é possível e até bem vista, cf. Reimar SCHEFOLD, «The unequal Brothers-in-Law; Indonesia as a 'Field of Anthropological Study' and the Case of Mentawai», in *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, vol. 142 (1986), parte 1, pp. 69-86. Para uma discussão mais ampla e mais teórica destes temas, vide J. B. P. de Josselin de JONG (dir.), *Unity in Diversity: Indonesia as a Field of Anthropological Study*, Verhandelingen van het Koninklijk Instituut voor Taal-, Land- en Volkenkunde, Foris Publications, Dordrecht / Providence, 1988.

⁹⁰ Cap. XXV da versão Shellabear, cap. XIV da versão Winstedt – Brown.

⁹¹ Cap. XIV.

⁹² III, v. 5.

Vongue, pai de Bayan Sirrullah ou Sultão Boleife (r. 1500-1521) e avô de Abu Hayat – personagem que deve corresponder ao Zainal Abidin da genealogia recolhida por Valentijn c. 1690, e terá então reinado a partir de 1486⁹³; foi, de qualquer modo, um soberano de Ternate e não de outra ilha. A sua visita não visava, seguramente, pedir auxílio contra os castelhanos que teriam invadido o seu reino, como anacronicamente pretende o *Sejarah Melayu*, mas por certo fazer-se reconhecer como único ou principal rei de Maluco pelo sultão malaqueiro – o que de certo modo logrou, visto que a crónica o designa simplesmente por *raja Maluku*. Se então se declarou vassalo de Malaca, a aposta de seu filho na presença portuguesa representa, de certo modo, a continuação da mesma política, dado que os portugueses, ao apoderarem-se de Malaca herdaram, por assim dizer, a sua posição hegemónica no Arquipélago.

Foi provavelmente então que, à imitação do soberano malaqueiro, o colano de Ternate tomou o título de sultão. Como nota Tomé Pires⁹⁴, os reis das demais ilhas continuavam a contentar-se com o título indo-malaio de *raja*: «chama-se somente o rei de Ternate *çoltã*, os outros chamam-se *raja*.» É verdade que o título de *sultân*, que significa em árabe «poder, potência, autoridade», era de início inferior ao de rei (*malik* em árabe); foi, por assim dizer, criado pelo califa abácida Al-Qâ'im (1031-1075), que o conferiu ao caudilho seldjúcida Tughril, que em 1055, entrando em Bagdad com as suas tropas, o libertou da tutela dos vizires búyidas ou buwáyhidas, simpatizantes do xiismo, divulgando-se muito rapidamente em seguida. Nos estados islamizados do Sueste Asiático penetrou por intermédio da Índia, onde Quṭbu'd-Dîn Aibak, general das hordas conquistadoras turco-afegãs de Muḥammad Ghuri, se proclamara sultão de Delhi à morte de seu amo em 1206. O título de sultão foi usado em Pacém (Samudera-Pasai), pelo menos desde o reinado do seu segundo soberano islamita, Muhammad Malik al-Zahir (r. 1297-1326), cujas moedas, as mais antigas que se conhecem em Pacém, trazem a inscrição *al-sultân al-'âdil*, «o justo sultão»⁹⁵. Daí passou a Malaca, onde foi

⁹³ Reproduzida por Willard A. HANNA & Des ALWI, *Ternate dan Tidore masa lalu penuh gejolak* [«Ternate e Tidore nos tempos passados cheios de ardor»] Pustaka Sinar Harapan, Jakarta, 1996, p. 271 (cf. pp. 4 & ss.); segundo essa genealogia seria o 18.º soberano de Ternate, não o primeiro a abraçar a fé islâmica, como dizem Galvão e Barros, mas o terceiro (sendo o primeiro seu avô Gapi Baguna II, 1432-1465).

⁹⁴ *Fl.* 157 r.

⁹⁵ Vide Jorge Manuel dos Santos ALVES, «As moedas de ouro e estanho nos sultanatos do extremo norte de Samatra (séculos XIV a XVI), in *Anais de História de Além-Mar*, III (2002), pp. 377-388; cf. Idem, *O Domínio do Norte de Samatra – A História dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999. A pedra tumular do primeiro sultão de Pacém, Sultan Malik al-Çalih, que morreu do mês de Ramadã de 696 A. H. (Junho-Julho de 1297 A. D.), atribuiu-lhe também esse título, pelo que é de crer que o tenha usado em vida (vide Louis-Charles DAMAIS, «L'épigraphie musulmane dans le Sud-Est Asiatique», in *Bulletin de l'École Française d'Extrême-Orient*, tomo LIV (1968), pp. 567-604).

adoptado pelo quinto soberano da cidade, Muzzafar Syah (1446-57). Talvez que essa mudança de título não pretendesse representar mais que um desejo de maior identificação com os usos islamitas; mas veio a ser olhada como uma espécie de promoção. É o que explica a observação de Tomé Pires ⁹⁶: «e por esta honra que [sc. Muzzafar Syah] ganhou em fazer assi estes três reis [sc. o de Pão ou Pahang, na costa oriental da Malásia, e os de Kampar e Indragiri na costa oriental de Samatra] mouros trebutários [...] chamou-se *çoltan*; que nesta terra qualquer senhor se chama *raja*, somente Pacêe e Malaca <e> Bengala se chamam *çoltanes*. E nisto <se> tenha grande tento: que quando de Purtugal viesse carta pera qualquer rei de cá, que diga: ‘do çoltan de Portugal pera ti, *raja* Foão’.» A adopção do título pelo colano de Ternate marca, pois, indubitavelmente, um desejo de hegemonia.

Esse desejo expressa-se claramente na sua carta de 1514 a D. Manuel ⁹⁷, em que lhe faz preito de obediência nos seguintes termos:

Mui alto e mui poderoso e senhor de nós outros todos, esta carta mando a Vossa Alteza a dar obediência e fazer acatamento que sempre lhe tive como a meu senhor, e isto faço aos seus pés, porque no mundo não há mor senhor que Vossa Alteza, e que é como o sol que parece em um cabo e alumia em todo o mundo; e assi se pode chamar Vossa Alteza senhor da justiça direita.

Tenho por fama que Vossa Alteza dos mui pequenos faz grandes, e isto é o que eu desejo. Eu são seu, e estou nesta terra de Maluco à obediência que Vossa Alteza mandar.

Explica-lhe em seguida que nas quatro ilhas de Maluco bastaria haver um rei em vez de quatro, e pede armas, uma couraça para sua pessoa, um capacete e uma cadeira como presentes de honra, que se volveriam certamente em *pusaka* ou *regalia* do sultanado.

Esses sonhos hegemónicos esbarravam, todavia, com iguais pretensões do vizinho reino de Tidore, cujo soberano, Raja Al-Mançur, era, para mais, sogro de Bayan Sirrullah e, por conseguinte, de certo modo seu superior hierárquico, segundo o princípio que referimos acima. Se o rei de Ternate submetera o velho reino de Loloda e era meio-irmão de Raja Cuçuf (Raja Yusuf? ⁹⁸) de Bachão, o de Tidore era primo direito e suserano de Raja

⁹⁶ *Suma Oriental*, fl. 168 r.

⁹⁷ Cf. *supra* nota 6.

⁹⁸ *Luzuf*, segundo Antonio de HERRERA (*Historia general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del mar Océano*, 4 vols., Madrid, 1601-1615, década II, liv.º i, cap. 11). A forma *Cuçuf* é usada por Tomé Pires também para o senhor da cidade comercial de Agrecim (Geresik) em Java oriental, a que chama Pate Cuçuf, grande armador de navios, que detinha boa parte do comércio de Maluco e Banda (*Suma Oriental*, fls. 153 v & 158 v). O nome *Pate Cuçuf*, que Pires repete amiúde mas não ocorre no *Sejarah Melayu* (que dá à personagem em questão o nome de Patih Husin ou Patih Husain), é insólito: *kusûf* ou *khusûf* (√ *kasafa* ou *khasafa*, «desaparecer, afundar-se, ocultar, enegrecer») existe em árabe, com o sentido de «eclipse», mas não conhecemos exemplos de se usar como antropónimo; tratar-se-á de corrupção de Yûsuf, forma

Husain, senhor de Maquiem (Makyan)⁹⁹. As suas esferas de influência pareciam assim equilibrar-se. E, como no século xvii notariam os holandeses, el-rei de Tidore, embora tivesse por título *Kië ma-kolano*, «rei da montanha», era muitas vezes simplesmente designado por *Kaicili'Maluku*, «Senhor de Maluco»¹⁰⁰, o que demonstra à saciedade que as pretensões de Ternate à hegemonia não eram universalmente aceites.

Não admira, neste contexto, que os dois monarcas tenham disputado entre si não só a presença comercial portuguesa como a de uma fortaleza guarnecida por tropas lusas; nem que, tendo o rei de Ternate ganho o primeiro jogo da partida, o seu rival se tenha mancomunado com os castelhanos mal estes chegaram à zona.

A longo prazo nenhum dos dois competidores logrou impor-se ao outro: se Ternate vassalizou Bachão e acabou por conquistar Jeilolo (1551), Tidore ressarcia-se expandindo-se para leste e sujeitando à sua suserania todo o sul de Halmaheira, Raja Ampat e franjas da Nova Guiné. A tetrarquia de antanho cedeu assim o lugar a uma diarquia que veio a gerar um novo ciclo lendário, em que os dois sultanados seriam pintados como irmãos gémeos¹⁰¹. Mas o contexto em que as duas cartas que aqui nos ocupam foram produzidas é, indubitavelmente, muito menos idílico...

Os portugueses em Maluco

A história apenas merece o nome de ciência porque se não limita a inventariar os factos, mas busca interpretá-los; esta última tarefa, porém, ainda que mais nobre, não pode jamais prescindir da primeira, ao menos como diligência prévia. Onde os factos não ficaram suficientemente clarificados pelos cronistas e historiadores de antanho, como no caso vertente sucede, há que intentar esmiuçá-los, como base e ponto de partida para um dia se prosseguir mais longe. Torna-se, por isso, oportuno traçar aqui a história das expedições portuguesas a Maluco e Banda entre a chegada dos portugueses ao Arquipélago e a feitura das nossas duas cartas, pois das dez

árabe de José? Será então *Cuçuf*, nesse como neste caso, má grafia por *Çuçuf*, foneticamente mais próximo de *Yûsuf*? Na tradução das cartas de três reis de Maluco para Lopo Soares de Albergaria (cf. *supra* nota 6) é o rei de Jeilolo que aparece com o nome de *Yçufô*, que é evidentemente uma transcrição aproximativa de *Yûsuf*; mas nada obsta a que os dois reis fossem homónimos.

⁹⁹ É o nome que lhe dá Tomé Pires; na tradução da sua carta de 1516 a Lopo Soares de Albergaria lê-se *Lebechuçem*, em que o segundo elemento transcreve evidentemente *Husain*, mas em que não conseguimos identificar o primeiro.

¹⁰⁰ Vide Leonard Y. ANDAYA «Cultural State Formation in Eastern Indonesia», in Anthony REID (ed.), *Southeast Asia in the Early Modern Era – Trade, Power and Belief*, Cornell University Press, Ithaca & Londres, 1993, pp. 23 & ss.

¹⁰¹ Cf. «Dualisms and Unities in Maluku», in Anthony REID (ed.), *Indonesian Heritage*, vol. 3, Early Modern History, Ed. Didier MILLET, Singapura, 1996, pp. 92-93.



Fig. 9 – A PRIMEIRA REPRESENTAÇÃO DO CRAVEIRO NA LITERATURA OCIDENTAL

(Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus Plantas debuxadas al biuo por Christoual Acosta medico y cirujano que las vio ocularmente*, Burgos, 1578)

viagens que se efectuaram os cronistas mais bem informados, como Barros e António Galvão, somente referem três, no máximo quatro, e os menos informados neste particular, como Castanheda, Gaspar Correia e Gabriel Rebelo, apenas duas. É por documentação dos arquivos, embora na maior parte já publicada, que sabemos das restantes.

Como tivemos já ocasião de ver, foi apenas após a visita de Diogo Lopes de Sequeira a Malaca em 1508-1509 que os portugueses tiveram a exacta noção das origens do cravinho e da localização de Maluco, e apenas após a tomada do grande empório malaio por Albuquerque que lá mandaram navios.

A primeira armada portuguesa destinada a Maluco foi precedida de um junco armado a meias entre o rico mercador tâmul Nina Chatu¹⁰² e Rui de Araújo, feitor de Malaca, e capitaneado por um nacodá mouro chamado Ismael¹⁰³, encarregado de anunciar àquelas terras a queda da cidade nas mãos dos portugueses.

¹⁰² Sobre este personagem *vide* o nosso estudo «Nina Chatu e o comércio português em Malaca», in *Memórias do Centro de Estudos de Marinha*, vol. v, Lisboa, 1974, reproduzido in *De Ceuta a Timor*, cit. *supra* (nota 27), pp. 487-512; versão inglesa: *Nina Chatu and the Portuguese Trade in Malacca*, translated from the Portuguese by Fr. Manuel PINTADO, with a foreword by A. KALIMUTHU, Luso-Malaysian Books, Malaca, 1991.

¹⁰³ BARROS, III, v, 6. Cf. Castanheda, III, lxxv, Gaspar Correia, II, p. 262-266 e *Comentários*, III, xxxvii. Segundo Brás de Albuquerque o nacodá chamar-se-ia Cogequirmani, o que é uma transcrição do persa *Kh^wājè Kermāni*, e significa apenas que era originário da Carmânia (a região de Kermân, 30° 17' N, 57° E, sita a leste do Fars ou Pérsia *stricto sensu* e a oeste do deserto *Dasht-e-Lut*), sem embargo de estar radicado em Malaca, onde tinha mulher e filhos. Seguiremos doravante o relato de Barros, o mais bem informado e o mais coerente, e os depoimentos exarados no processo de Maluco (pub. na íntegra in CAA, IV, pp. 167 & ss., e parcialmente por B. de Sá, *Documentação...*, I, doc. 22, pp. 175 & ss.), em especial o de Diogo Brandão também muito sistemático, cotejando-os apenas ocasionalmente com o relato dos outros cronistas, mais sucintos, incompletos e não raras vezes confusos. São-nos também de alguma utilidade os

Foi pouco tempo depois que partiu de Malaca a primeira expedição portuguesa para Maluco, sob o comando de António de Abreu ¹⁰⁴; encarregada de cantar padrões nos principais lugares onde aportasse, compunha-se de três navios: a nau *Santa Catarina*, sob o comando de António de Abreu, a *Sabaia*, tomada em Goa, sob o de Francisco Serrão, e uma caravela latina, que Albuquerque mandou transformar em redonda, comandada por Simão Afonso Bisagudo; por feitor ia João Freire, criado da rainha viúva D. Leonor, e por escrivão Diogo Borges, criado d'El-Rei; por pilotos iam, além de dois malaio, Gonçalo de Oliveira, Luís Botim e o conhecido Francisco Rodrigues, que Afonso de Albuquerque definia como «homem mancebo que cá andava, de mui boom saber e sabe fazer padrões (*i. e.*, mapas)» ¹⁰⁵. A expedição partiu em Novembro de 1511, levando 120 portugueses e 20 escravos para a bomba. Iam carregados de mercadorias com valia nas «ilhas do cravo» e levavam em regimento rumar a Banda e em seguida, «se lhe cumprisse» ir espalmar os navios em Amboino «que está quatro dias de caminho das ilhas do cravo». A armada fez escala em Agracim, após o que um dos navios (o de Francisco Serrão) naufragou, salvando-se a gente na nau de António de Abreu. Devido aos tempos adversos escorreram Banda e foram invernar a Guli-Guli (Kolli-Kolli), porto do sueste de Ceirão, cerca de 25 léguas mais além. Foi só passados três meses que atingiram Banda, onde fizeram sua veniaga e Francisco Serrão comprou um junco. Por as naus não

«Papéis pelos quais constava que em 1508 se descobrira Malaca e as ilhas de Maluco» (ANTT, *Gaveta XV-10-8*, pub. in *As Gavetas*, vol. iv, doc. 3241, pp. 256-261), que contém um ou outro pormenor que os outros documentos não dão.

¹⁰⁴ Para além dos relatos clássicos dos cronistas, em particular Barros (III, v, 6; cf. Castanheda, III, lxxv & lxxxvi; III, xxxvii) podem achar-se pormenores sobre esta expedição in António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*, 3.^a ed. [...] minuciosamente anotada e comentada pelo Visconde de Lagoa com a colaboração de Elaine Sanceau, Liv.^a Civilização, Porto, 1944, pp. 168-173. De António de Abreu pouco sabemos. Era criado d'El-Rei (mandado de Cochim, 19.I.1510, ANTT, CC, II-20-88, pub. in CAA, IV, p. 269); Castanheda (III, lvii) di-lo homem fidalgo da ilha da Madeira, enquanto Barros (II, vi, 5), o dá por filho de Garcia de Abreu, fidalgo morador em Avis, o que é confirmado pelo depoimento de Diogo Lopes de Sequeira no processo de Maluco, mas não é incompatível com a informação de Castanheda. Combateu na conquista de Ormuz (*Comentários*, I, xxxi) e na de Malaca (*ibidem*, III, xxxiii & ss.) com Albuquerque, que lhe cometeu o comando do junco encarregado de atacar a ponte que unia à cidade régia o bairro comercial de Upé, saindo da refrega ferido na língua e nas queixadas. Depois da sua expedição a Banda, após uma estadia em Malaca em que interveio em novos conflitos (Castanheda, III, c; G. Correia, II, pp. 280-287), regressou à Índia em Janeiro de 1513 em companhia de Fernão Peres de Andrade; de retorno ao Reino em 1514, levando os pareceres dos vários fidalgos sobre a manutenção de Goa (carta de Albuquerque a El-Rei, 1.I.1514, CAA, I, p. 259), faleceu pelo caminho. É por conseguinte pessoa distinta de um outro António Abreu que surge na Índia na década de 1520 (*vide* «O malogrado estabelecimento...», cit. *supra* nota 4, nota 513).

¹⁰⁵ Carta a El-rei, Cochim, 20.VIII.1512, ANTT, CC, I-22-66, pub. in CAA, I, pp. 65-75, parcialmente transcrita por B. de Sá, *Documentação...*, I, doc. 5, pp. 34-36, e quase textualmente repetida pelos *Comentários*, III, xxxvii.

estarem em boas condições, decidiram então não prosseguir viagem até Maluco mas regressar a Malaca, trazendo o carregamento de noz-moscada, maça e cravo adquirido em Banda.

Francisco Serrão não teve com o junco mais sorte que com a nau e, enquanto António de Abreu com suas duas naus tornava a Malaca, voltou a naufragar; desta vez nas ilhas das Tartarugas¹⁰⁶. Salvo por uma coracora de bajaus¹⁰⁷, que o levou, com seus sete ou oito companheiros, a Amboino, foi aí mandado buscar pelos reis de Ternate e Tidore, que ambos buscavam a amizade dos portugueses. Tendo os mensageiros de Ternate chegado primeiro, foi com esses que Serrão partiu – e assim chegou a Maluco, de onde mandou notícias e um carregamento de cravo a Malaca, pelo junco do nacodá Ismael, que veio achar em Ternate. Parece que em conserva com o de nacodá Ismael veio também a Malaca um junco do sultão de Ternate, com

¹⁰⁶ Segundo João de BARROS (III, v, 6) «foi-se perder em umas ilhas a que os da terra chamam Luco Pino, que quer dizer Ilha das Tartarugas, por causa das muitas que ali há, que serão de Banda té trinta e sete léguas pouco mais ou menos». Luco Pino deve ser gralha por Luça Pino, transcrição aproximada do malaio Nusa Penyu, que efectivamente significa «ilha das tartarugas», e faz parte do arquipélago das Tartarugas (Kepulauan Penyu ou Turtle Islands, a 5° 25' S, 127° 55' E, a WSW de Banda). Com esta informação concordam quer a de Diogo Brandão que o diz «perdido no mar, vinte e cinco léguas de Banda, em ãa ilha que se chama Lucepinho», quer a de António Galvão (cap. xxxix), que o diz encalhado «nos baixos de Lucipino», quer ainda a de Gabriel Rebelo (*Informação...*, II, i), que designa o lugar do encalhe por «baixos de Luçapina». Castanheda (III, lxxxvi), que neste particular parece mal informado, dá-o como naufragado numa ilha junto de Maluco de onde teria atingido directamente Ternate; os *Comentários* (IV, xx) simplificam ainda mais a história, dando Serrão como perdido com a sua gente na ilha de Ternate. Gaspar Correia confunde-se, contando duas vezes a mesma história: primeiro em 1512 (II, pp. 265 & 280), dando Serrão como naufragado em Ternate; depois em 1518 (II, pp. 710 & ss.), sendo governador da Índia D. Duarte de Meneses e capitão de Malaca Garcia de Sá, dando-o como naufragado em Amboino.

¹⁰⁷ Pormenor dado por A. GALVÃO (cap. xxxix), que os refere como «cossairos piratas a que eles chamam salites e bayus». O termo deriva do malaio *bajau* ou *bajo*, «nómada do mar», praticamente sinónimo de *orang laut* («gente do mar»); por vezes designados em francês por *tsiganes de la mer* e em inglês por *sea-gypsies*, apenas têm em comum com os ciganos o serem nómadas, embora embarcações. Hoje vivem sobretudo da pesca, mas outrora dedicavam-se bastas vezes à pirataria; encontram-se espalhados pelo Arquipélago, sobretudo nas costas de Bornéu e Celebes e na zona das ilhas Sulu, entre Bornéu e Mindanao (cf. art. «Badjo of Badjau (orang)» in J. PAULUS, [S. de Graaf & D. G. Stibbe, met medewerking van W. C. B. Wintgens], *Encyclopaëdie van Nederlandsch-Indië*, samengesteld door Mr. Dr..., 2.^a ed., 4 vols. + 3 supl., Haia & Leida, 1912-32, s.v.). Havia-os nos séculos xv-xvi também nas ilhas do estreito de Malaca, e é sem dúvida por isso que nos antigos textos portugueses são designados por *celates bajus* (embora a sintaxe malaia requeresse a ordem inversa, *bajau selat*, «nómadas marítimos do estreito») ou simplesmente por *celates*, do malaio *selat*, «estreito». Como atesta Tomé Pires (fls. 164 v-165), tiveram um papel importante na fundação de Malaca. Nas suas anotações à *Suma*, contudo, Armando Cortesão equivoca-se ao identificá-los com os bugizes (*bugis*), etnia do sul de Celebes que só bem entrado o século xvii começa a frequentar a zona dos Estreitos, vindo a dar origem ao sultanado de Selangor na península de Malaca.

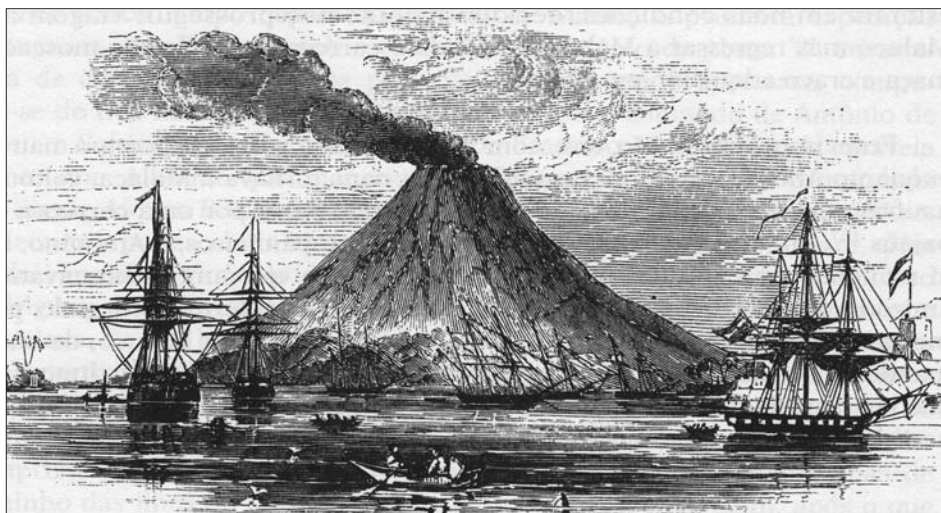


Fig. 10 – BANDA: O PORTO DE BANDANEIRA E O GUNUNG API
(Gravura do *Voyage au Pôle Sud* de J. S. C. Dumont d'Urville)

recados para Afonso de Albuquerque¹⁰⁸. Foi provavelmente num desses juncos que regressou a Malaca Pero Fernandes, um dos companheiros de Serrão, trazendo uma primeira carta de obediência do sultão de Ternate a D. Manuel¹⁰⁹, de que, todavia, não achamos traços nos arquivos. O junco de nacodá Ismael veio a naufragar em Tubão¹¹⁰, mas as fazendas que trazia foram mais tarde recolhidas pela armada de João Lopes Alvim, enviada a Java em Março de 1513 pelo capitão de Malaca Rui de Brito Patalim¹¹¹.

Foi provavelmente por esta época que Serrão escreveu também a seu amigo Fernão de Magalhães; embora a carta nos não tenha chegado, sabe-se que foi com base nas informações que aí achou que este arquitectou o seu plano de demandar Maluco por ocidente e provar que recaía na demarcação de Castela. Francisco Serrão fora entretanto tomado pelo sultão de Ternate a seu serviço, tornando-se como que capitão-mor da sua frota e intervindo activamente nas suas guerras com os potentados vizinhos, ao mesmo tempo

¹⁰⁸ Vide o depoimento de Jorge Botelho no processo de Maluco (*cf. supra* nota 103).

¹⁰⁹ É o que dizem tanto Diogo Brandão como os «Papéis pelos quais constava...» (*cf. supra* nota 103); Barros, ao invés, coloca a sua vinda no ano imediato, com a armada de António de Miranda de Azevedo. A vinda de uma carta de obediência do sultão de Ternate por mão de António de Miranda, em 1514, é confirmado por outras fontes (*cf. supra* nota 6); mas não é impossível que, em 1513 e 1514, tenha escrito sucessivamente duas cartas.

¹¹⁰ Tuban, porto de Java oriental, sito a 6° 57' S, 112° 4' E.

¹¹¹ *Cf.* o nosso artigo «O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda...», *cit. supra* (nota 4), nota 188.

que fazia ouvidos de mercador às recomendações que de Malaca lhe faziam para que regressasse à pátria. De Ternate, em juncos do sultão, expedia para Amboino e Banda carregamentos de cravo, com que os navios portugueses faziam sua carga, sem necessidade de esperar pela monção e deslocar-se a Maluco. Sabemos por Pigafetta¹¹² que fazia ao mesmo tempo os seus próprios negócios, deixando, quando em 1521 nas circunstâncias que abaixo veremos veio a falecer, um cabedal de 200 bares (c. 54 600 kg) de cravo; e que desposara uma mulher da Java, que lhe gerou dois filhos. Segundo o mesmo autor teria sido ele a negociar o casamento de Bayan Sirrullah de Ternate com a filha del-rei Almançor de Tidore, ao que parece após ter infligido a este uma derrota militar; não sabemos que crédito atribuir a tal informação¹¹³.

Em finais de 1513 (ou, mais provavelmente, começos de 1514), despachada por Rui de Brito Patalim, partiu de Malaca segunda armada para o leste da Insulíndia, sob o comando de António de Miranda de Azevedo¹¹⁴, levando «roupa, boa gente e artilharia e mantimentos» e esperanças de trazer até 2000

¹¹² Cf. *supra* nota 18.

¹¹³ As dúvidas advêm-nos de sabermos que em 1521 o filho primogénito dessa união tinha sete anos, o que obrigaria a situar o enlace em 1513, quando Serrão acabara apenas de chegar a Maluco.

¹¹⁴ É bastas vezes designado apenas por António de Miranda, o que torna fácil que se incorra em confusão com qualquer homónimo, como frequentemente fazem os organizadores dos índices das crónicas; parece pessoa distinta de um António de Miranda que andou na Índia em tempo de Nuno da Cunha (G. Correia, III, pp. 393-395) e é-o seguramente de um António de Azevedo, irmão de Martim Lopes de Azevedo, senhor de Cavres, que na mesma época aparece nas guerras de Calecut (Castanheda, VI, cxx). Viera para a Índia em 1505 na armada de Tristão da Cunha, sendo ainda mancebo; incorporara-se na expedição à costa da Arábia conduzida por Afonso de Albuquerque, que então o armara cavaleiro (Barros, II, i, 2), de onde podemos deduzir que participou na 1.^a conquista de Ormuz; a sua presença nas partes de Malaca está atestada desde 1512 (de onde se deduz que participou também na sua conquista), conduzindo nesse ano uma embaixada ao Sião (Barros, III, v, 6; *Comentários*, III, xxxvi & IV, xx; cf. Maria da Conceição FLORES, *Os Portugueses e o Sião no século XVI*, CNCDP / Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s/d [1995?]). Foi em 1514, entre as suas duas viagens a Java e Banda, que participou na expedição contra Lingga, cujo rei atacara o de Campar aliado dos portugueses (Castanheda, III, cxxxv; Barros, II, ix, 7). Em tempo de Lopo Soares de Albergaria, andou na Índia comandando navios em diversas armadas, nomeadamente na que em 1516 foi ao Mar Roxo (Barros, III, i, 2) e na que em 1518 foi fazer fortaleza em Ceilão, onde ficou por capitão-mor do mar (Barros, III, ii, 2; G. Correia, II, pp. 539 & ss.); em 1521 participou também na construção da fortaleza de Pacém, para cuja capitania foi nomeado (Castanheda, V, lxi-lxiv; Barros, III, v, 1-2; G. Correia, II, pp. 611-613), mas que D. Duarte de Meneses no ano seguinte mandou entregar a D. André Henriques. Participou em seguida numa armada ao Estreito e a Mascate, após o que andou com D. Henrique de Meneses nas guerras do Malabar, até substituir D. Simão de Meneses como capitão-mor do mar em finais de 1525 ou começos de 1526. Nas diferenças entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio começou por obedecer a este, mas no fim da monção, em Setembro de 1527, saindo com a armada de Cochim para Goa, ao passar em Cananor, onde estava preso Pero Mascarenhas, comprometeu-se por escrito a obedecer-lhe se Lopo Vaz recusasse a arbitragem, o que, dada sua antiguidade na Índia e o seu prestígio, influenciou decididamente a evolução da situação. Foi ele quem em Chaul, a 4 de Outubro, negociou a *pauta* por que se dirimiria a questão, pela qual ambos os governadores se consideravam suspensos até à sentença arbitral, sendo entretanto o capitão-mor do mar como que governador em exercício.

quintais de especiaria¹¹⁵. Como a de António de Abreu, compunha-se de três navios; como ela, não passou de Amboino e Banda, mercando aí o cravo que trouxe no regresso e aí se avistando com Serrão, que viera ao seu encontro¹¹⁶. Como Jorge de Albuquerque, capitão de Malaca, explicava em 1515 a D. Manuel¹¹⁷, a rota de Maluco não era ainda bem sabida:

Vêo António de Miranda de Banda, onde o tinha mandado Rui de Brito; vêo a falar em Ambom com Martim Guedes <e> Francisco Sarrão, que se perdeu quando foram a descobrir Banda; está em Maluco, nas ilhas do cravo.

Todos aqueles reis daquelas ilhas querem ser vassalos de Vossa Alteza e todos desejam que se façam fortalezas vossas nas suas terras, e todos escrevem a Vossa Alteza em melaio. Eu as mandei traladar aqui de melaio em português e os mando com os trelados, e assi outra carta dos honrados

Como, porém, em Dezembro, em Cochim, entre inúmeras tergiversações, a questão se protelesse, António de Miranda chegou a pôr os navios da armada em ordem de batalha para impor o governo de Pero Mascarenhas, o que se evitou com a reunião final dos árbitros no convento de Santo António (vide Jorge Borges de MACEDO, *Um caso de luta pelo poder e sua interpretação n'«Os Lusíadas»*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976). Após o desfecho das diferenças foi encarregado do comando da armada enviada ao Estreito em busca da dos rumes, escalando Ádem, atacando Zeila e invernando em Ormuz, após o que regressou à Índia (Castanheda, VII, lxxviii; Barros, IV, ii, 10; G. Correia, III, pp. 227 & ss.; Couto, IV, iv, 1 & 6). Após algumas pequenas lutas no Malabar (Castanheda, VII, lxxix; G. Correia, III, pp. 302-303; Couto, IV, v, 5-6) desaparece de cena.

¹¹⁵ Carta dos escrivães de Malaca a El-Rei, 7.I.1514, ANTT, CC, I-45-51, pub. in CAA, vol. III, p. 89.

¹¹⁶ É o que dizem tanto Diogo Brandão como os «Papéis pelos quais constava...» (cf. *supra* nota 103), que acrescentam que com Serrão vieram quatro ou cinco navios de remo do sultão de Ternate, em que vinham parentes seus com um carregamento de cravo e mensagens de amizade para as autoridades portuguesas; contudo Barros (que refere a perda de um junco de que Brandão não fala) admite que António de Miranda tenha ido a Maluco, onde os reis de Ternate e Tidore terão disputado a sua presença, mandando ambos por seu intermédio cartas a D. Manuel a pedir que construísse uma fortaleza em seus reinos. O testemunho de Barros é, todavia, enferado por diversas fontes: por Tomé Pires cf. *supra* nota 6); pelas cartas de Rui de Brito Patalim a El-Rei e a Afonso de Albuquerque, de 6.I.1514 (ANTT, CC, I-14-49 & 52, pub. in CAA, III, 91-98 & 216-231 e por B. de Sá, *Documentação...*, I, docs. 8 & 9, pp. 41 & ss.) que dão António de Miranda como partido para Java e Banda, sem mencionar Maluco; por uma carta dos escrivães de Malaca a El-Rei, de 7.I.1514 (ANTT, CC, I-14-51, pub. in CAA, III, pp. 89-91), que afirma que «são tornados a catar especiaria lá, a Jaua e a Banda, três navios nossos, de que vai por capitão António de Miranda»; pela carta de Jorge de Albuquerque a El-Rei de 8.I.1515 (cf. *supra* nota 6), que o dá como regressado de Banda e Amboino onde se encontrou com Francisco Serrão, vindo de Ternate; por uma carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel (Ormuz, 22.IX.1515, ANTT, CC, I-18-1010, pub. in CAA, I, pp. 369-379) que afirma que recebera «novas de Francisco Serrão, que era vivo e estava em poder das ilhas do cravo e governava o rei e a terra toda, e que viera à ilha de Bandam falar com os navios de Vossa Alteza e que se tornara outra vez a Maluco»; e pela carta de Álvaro do Cocho de 2.II.1516, que publicamos em anexo, que afirma peremptoriamente: «Maluco, Senhor, nom é até 'gora descoberto de portugueses, somente de Francisco Serrão que está lá, que foi ter perdido em um barquinho.» Os outros cronistas não referem esta expedição.

¹¹⁷ Carta de 8.I.1515 cit. *supra*, nota 6.

de Ambom, e as cartas de Francisco Sarrão. Manda um ramo com folha da árvore do cravo e um pão da mesma árvore. E vai um treçado pera Vossa Alteza que vos manda el-rei de Ternate, com que dizem que venceu duas batalhas. Deseja muito de ver naos vossas na sua terra. Como vier gente e naos, logo lá hei-de mandar, e assi a descobrir a navegação antiga que soía de ser pera poderem ir e vir naquele tempo que vom e vem a Banda.

El-rei de Ternate diz que tem pilotos que sabem o caminho, e por a enformação que tenho dos macaceres, que é uma ilha perto do porto de Ambom, parece-me leve cousa de se saber o caminho.

Jorge de Albuquerque explica em seguida que nesse ano (1515) ia mandar de novo António de Miranda de Azevedo a Banda no *Bretão*, acompanhado de um junco, a carregar especiaria e dar resposta às cartas recebidas. Sabemos pelo testemunho de Álvaro do Cocho¹¹⁸, que nele embarcou como feitor, que o junco era de Naina Suryadeva. Diogo Brandão acrescenta que no regresso trouxe mais juncos carregados, certamente fretados ou adquiridos em Banda. Os «Papéis pelos quais constava...» juntam um pormenor interessante: de Banda António de Miranda expediu para Ternate Jorge Mesurado, com cartas e presentes para o sultão, que em sua companhia no retorno enviou uma embaixada a Malaca^{118a}. Barros não refere esta segunda viagem de António de Miranda; mas informa que Afonso de Albuquerque decidira entretanto construir uma feitoria de madeira em Banda, enviando para o efeito Duarte Coelho, que fora como embaixador ao Sião – o que se não chegou a concretizar, por se tornar necessário enviá-lo antes à China.

Em 1516 teve lugar a segunda viagem de Álvaro do Cocho¹¹⁹, expedido de Malaca pelo novo capitão da praça, Jorge de Brito¹²⁰. Fez a viagem num

¹¹⁸ Carta de 2.I.1516 que publicamos em anexo.

^{118a} Cf. *supra* nota 103. Jorge Mesurado, que segundo Castanheda (V, xxxv) falava bem o malaio – razão por que terá sido escolhido para esta missão – andou nas partes de Malaca pelo menos desde 1515; em 1519-21 participou como feitor na viagem de António Correia a Pacém e a Pegu, e em Julho de 1521 na expedição deste contra o antigo sultão de Malaca refugiado no Pago, a montante de Muar, onde, graças aos seus conhecimentos de malaio, serviu de espião (para mais pormenores *vide* o nosso estudo «A viagem de António Correia (1519-1521)» in *De Ceuta a Timor* (cf. *supra* nota 27), pp. 345-402).

¹¹⁹ Por vezes designado, devido a erro de leitura paleográfica, por Álvaro Diogo [Dº] Coelho, outras por Álvaro do Concho, do Corcho ou mesmo do Choucho. A despeito de ter sido o primeiro capitão a chegar em navio português a Maluco, quase nada sabemos deste personagem, apenas referido por Diogo Brandão no processo de Maluco (cf. *supra* nota 103) e na *História das Molucas* atribuída a António Galvão (cap. xxxix). Sabemos que Afonso de Albuquerque lhe deu em casamento uma criada sua chamada Margarida do Cocho, que em 1514 era já falecida (inquirição de Goa, 18.X.1514, ANTT, CC, II-52-116, pub. in CAA, IV, pp. 3 & ss.), fazendo-lhe mercê de 8\$000 rs para seu casamento (mandado de Goa, 29.XI.1512, ANTT, CC, II-35-161, pub. in CAA, V, p. 260) e mais tarde de uma escrava parente de sua mulher (mandado de Goa, 8.II.1513, ANTT, CC, II-37-60, pub. in CAA, V, p. 460).

¹²⁰ Filho de Artur de Brito, alcaide-mor de Beja, e copeiro-mor d'El-Rei, capitão de Malaca de 1515 a 1517; a não confundir com Jorge de Brito, irmão de António de Brito, que ia em 1519 para Ternate, encarregado de aí erguer uma fortaleza, mas morreu em Samatra (cf. *supra* nota 4).

junco grande e novo, propriedade d'El-Rei, em que seguiam doze homens portugueses e oitenta jaus, levando por piloto Luís Botim, que já fizera a viagem com António de Abreu. Na mesma monção seguiram um junco de portugueses para Ternate e dois outros navios para Banda, que no regresso se perderam, salvando-se contudo Francisco Pereira que comandava um deles. Foi assim Álvaro do Cocho o capitão do primeiro navio português a atingir as ilhas de Maluco *stricto sensu* ¹²¹; foi também ele quem trouxe para Portugal o primeiro *padrão*, ou seja, carta náutica de Maluco tirada pelo natural – já que os debuxos de Francisco Rodrigues, que não passou de Amboino, se baseiam certamente em mapas malaios. Com ele vieram igualmente alguns dos companheiros de Francisco Serrão, que decidiram regressar, e as cartas dos reis de Jeilolo, Ternate e Maquiém para Lopo Soares de Albergaria ¹²². Como era comum em expedições deste tipo, Álvaro do Cocho fez, de caminho, seus próprios negócios em Maluco. De retorno a Malaca, quando lhe tomaram a conta, verificou-se que estava devendo à fazenda de Sua Alteza roupas e outras mercadorias que os mercadores de Malaca avaliaram em 252 cruzados (90\$720 rs); mas não os pôde pagar por Nuno Vaz Pereira (capitão de Malaca, em circunstâncias controversas, de Maio de 1517 a Maio de 1518), ter mandado, não sabemos ao certo porquê, sequestrar todos os seus bens e entregá-los ao feitor Lopo Vaz. Só na Índia deve ter sido ressarcido ¹²³.

Foi por esta época que, a conselho de Rui de Brito Patalim, primeiro capitão de Malaca, que em 1515 regressara ao Reino, D. Manuel estancou o trato de Maluco, determinando que ninguém lá fosse sem licença expressa do capitão de Malaca e sob condição de não carregar senão depois de feita a carga dos navios régios ¹²⁴. Estas normas foram talvez postas em vigor

¹²¹ Não há que prestar demasiada fé aos testemunhos, um tanto confusos, de Rui de Brito Patalim e, sobretudo, de Garcia de Sá, no processo de Maluco (*cf. supra* nota 103), em que dão António de Abreu como chegado a Maluco, o que só seria correcto se englobássemos sob esse nome a ilha de Amboino, o que na época se não fazia.

¹²² *Cf. supra* nota 6.

¹²³ Certidão de Bastião Lopes, contador de Malaca, feita por mando de D. Aleixo de Meneses a 21.XII.1518, em como não pôde pagar a quantia em dívida por lhe terem sequestrado a fazenda (ANTT, CC, II-83-48); no verso tem dois mandados de Diogo Lopes de Sequeira, um a Pero Quaresma, feitor de Cochim (Cochim, 16.VII.1519) ordenando que quando lhe restituam seus bens lhe descontem 200 pardaus que lhe mandou entregar, e outro (de 6.IX.1519) a Fernão Martins Evangelho, designado para ir como feitor a Diu, para lhe pagar a dita soma. O sequestro de seus bens foi-lhe quiçá aplicado em castigo do seu comportamento em Maluco, onde, segundo os «Papéis pelos quais constava...» (*cf. supra* nota 103), praticara diversas tropelias, entre as quais o corte de alguns craveiros, coisa que o costume local defendia, o que levava o sultão a mandá-lo prender. Segundo o mesmo documento foi pela mesma época que um junco de portugueses (Gonçalo Álvares e Bastião Barbudo, com sete ou oito companheiros) naufragou perto de Maluco, para onde os náufragos foram trazidos, recebendo excelente agasalho.

¹²⁴ *Vide* o processo de Maluco (*cf. supra* nota 103), especialmente o depoimento de Rui de Brito.

em 1517, quando, ao que parece, El-Rei celebrou no Reino contrato com D. Tristão de Meneses para a trazida do cravo, por três viagens sucessivas ¹²⁵; mas só a partir de 1518 podem ter sido aplicadas em Malaca, e de 1519 em Maluco. Viriam a vigorar até 1539, quando Garcia de Sá ¹²⁶, acolitado por D. Jorge de Castro que ia por capitão para Ternate, por Fernão Rodrigues de Castelo Branco e por outros fidalgos, persuadiu o vice-rei, D. Garcia de Noronha, a revogar a pragmática que estabelecia o monopólio régio sobre o cravo de Maluco ¹²⁷.

Naquele ano de 1517, por mando de Jorge de Brito, foram a Banda uma caravela, comandada por Manuel Falcão, e um junco; aí carregaram e tornaram a Malaca sem ter escalado Maluco.

O mesmo se passou em 1518: despachado por Nuno Vaz Pereira, quarto

¹²⁵ A informação é de G. CORREIA, II, pp. 552 & 711. De D. Tristão de Meneses sabemos que era filho bastardo de D. Rodrigo de Meneses (Barros, III, i, 10 & III, ix, 9) e que participou ao lado de seu tio, D. João de Meneses (filho de D. João de Meneses, senhor de Cantanheda), na expedição de 1508 a Azamor, em que foi o primeiro a desembarcar, ganhando assim o prémio de 300 cruzados prometido por seu tio. Era irmão de D. Jorge de Meneses (*cf.* Castanheda, VII, lix), que seria a partir de 1527 capitão de Ternate, e primo de D. Henrique de Meneses, governador da Índia em 1525-26. Capitaneou um dos navios da armada de 1517 à ida para a Índia, de onde seguiu para Malaca, participando em 1518 na expedição enviada por D. Aleixo de Meneses, seu primo direito, contra Muar, sob o comando de Afonso Lopes da Costa, e seguindo depois para Maluco; faleceu no regresso a Malaca, em 1521 (*cf.* Felgueiras Gayo, vol. VI, pp. 702 & 716-717).

¹²⁶ Irmão mais novo de Francisco de Sá, o capitão designado em 1525 para construir uma fortaleza portuguesa em Sunda, Garcia de Sá aparece na Índia em 1518, comandando uma das naus da armada de Diogo Lopes de Sequeira. Autorizado a fazer uma viagem de comércio a Malaca, Afonso Lopes da Costa, muito doente, entregou-lhe em 1519 a capitania da praça, que governou até 1521, participando em seguida na frustrada tentativa de Jorge de Albuquerque contra Bintão. Foi ao Reino, regressando à Índia em 1528 com a armada de Nuno da Cunha, em que foi dos poucos capitães a não invernar na África oriental. Voltou a ser capitão de Malaca de 1529 a 1533; à ida levou consigo, em conserva com a nau em que ia, um junco seu pejado de mercadoria, que naufragou (Castanheda, VII, xcix). Gaspar Correia (III, p. 386) refere a presença, pela mesma época, de um outro navio mercante seu em Melinde. Entre 1534 e 1538 consta de uma lista das pessoas ricas da Índia que poderiam emprestar dinheiro ao Estado (ANTT, *Gaveta* XV, 12-2, pub. in *As Gavetas...*, vol. IV, doc. 3.335, p. 378); mas queixas contra a sua actuação em Malaca levaram D. João III a mandar, pela armada de Jorge Cabral (1536), ordens para o prenderem e sequestrarem a sua fazenda (Castanheda, VIII, cxxxix). Participou na construção das fortalezas de Diu e Baçaim (1535-36). Em 1541 mandou um navio seu a Maluco. Voltou a capitanear Malaca durante alguns meses em 1545, e em 1548 sucedeu a D. João de Castro como governador da Índia, cargo que exerceu durante 13 meses até falecer em Goa em Julho de 1549 (*vide* Luís de ALBUQUERQUE, art. «Garcia de Sá», in L. ALBUQUERQUE, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, s. v.). Antes de falecer, Garcia de Sá casou Manuel de Sousa de Sepúlveda, capitão cessante de Diu, com D. Leonor, uma das duas filhas que houvera de D. Catarina de Sá, sua amante, que veio a desposar *in articulo mortis*, por influência de S. Francisco Xavier.

¹²⁷ Castanheda, IX, v.

capitão de Malaca ¹²⁸, foi a Banda um junco, capitaneado por Simão Vaz, que fez bons negócios mas não atingiu Maluco ¹²⁹.

Entretanto, em 1517, pela armada de António de Saldanha, em que D. Tristão de Meneses capitaneou uma das naus, D. Manuel mandara para a Índia resposta às cartas dos reis de Maluco e diversas dádivas para lhes serem entregues. Gaspar Correia afirma que D. Tristão vinha já nomeado de Portugal para erguer um forte nas ilhas, e que fizera contrato com El-Rei para a trazida do cravo, por três viagens sucessivas. É assaz verosímil, mas nenhuma outra fonte o confirma. Para os outros cronistas, Lopo Soares de Albergaria entregou as cartas e os presentes a seu sobrinho, D. Aleixo de Meneses, capitão-mor do mar, quando em 1518 o enviou a Malaca a pôr cobro à desordem que aí reinava, e foi por seu turno D. Aleixo que as confiou a D. Tristão. Sabe-se que este partiu para Maluco num navio trazido da China por Fernão Peres de Andrade, acompanhado de dois vasos de comércio, ao que parece pertencentes a Garcia de Sá, futuro capitão de Malaca, em que seguia como seu feitor e quiçá capitão de um deles Bartolomeu Gonçalves, seu criado ¹³⁰.

Tal como Álvaro do Cocho em 1516, D. Tristão, que deve ter partido de Malaca em começos de 1519, não se ficou por Amboino e Banda, mas rumou daí a Ternate, certamente de acordo com as instruções recebidas de

¹²⁸ Cunhado de Jorge de Brito, capitão de Malaca, exercia aí as funções de alcaide-mor, quando aquele, muito doente, pouco antes de morrer, lhe entregou a capitania; exerceu precariamente o cargo em 1517-18, sempre contestado por António Pacheco, capitão-mor do mar, a quem em virtude de um regimento deixado por Afonso de Albuquerque, cabia a sucessão; a desordem só terminou com a intervenção de D. Aleixo de Meneses, enviado da Índia por seu tio, Lopo Soares de Albergaria, para lhe pôr cobro, que chegou a 7.VI.1518 a Malaca, onde permaneceu até Dezembro. Nuno Vaz Pereira faleceu entretanto, a 7.VII.1518, no mesmo dia em que desembarcava em Malaca seu sucessor Afonso Lopes da Costa.

¹²⁹ Desta expedição, como da precedente, apenas temos conhecimento pelo depoimento de Diogo Brandão.

¹³⁰ Segundo o testemunho deste no auto de Tomar, tratava-se de um navio e de um junco; segundo Barros (III, ii, 9), de dois juncos de mercadores de Malaca; e segundo Gaspar CORREIA (II, pp. 711-712; cf. pp. 537 & 552), de dois juncos. O navio era, segundo Castanheda (IV, xlvii), o navio *Santiago* em que Jorge de Mascarenhas viera da China, o que não é incompatível com o depoimento de Fernão Peres de Andrade no processo de Maluco (cf. *supra* nota 103), em que diz que foi ele quem trouxe da China o navio, uma vez que era ele o capitão-mor da armada em que Jorge de Mascarenhas fez a viagem à China (de onde seguiu para as ilhas Léquiás). Fernão Peres afirma, por outro lado, que D. Tristão partiu de Malaca com uma caravela e um junco; Brandão começa por falar de um junco, para mais abaixo usar o plural. Ora tanto Barros como Galvão afirmam que no regresso D. Tristão largou de Ternate com cinco navios carregados de cravo; se assim é, além do junco de Ternate que o acompanhou no regresso, como veremos em seguida, da sua caravela e do junco que trouxera também de Malaca, partiu com mais dois juncos; um era, segundo o testemunho de Rui Gago (carta a El-Rei, Maluco, 15.II.1523, ANTT, *Gaveta* XVIII-6-6, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, I, doc. 21, p. 169), confirmado por Castanheda (VI, x), o de Naina Suryadeva com que se encontrou em Bachão, em que vinham sete portugueses; o quinto viera certamente já com ele de Malaca, como afirmam tanto G. Correia como Bartolomeu Gonçalves, embora não fosse impossível que o tivesse comprado ou fretado em Maluco, como em 1512 fizera Francisco Serrão.

D. Manuel; foi assim o segundo capitão português a visitar Maluco, onde deve ter chegado em meados desse mesmo ano. O sultão, que subiu a bordo do navio para lhe dar as boas vindas, cedeu-lhe terreno no porto de Talangame – melhor que o da capital do sultanado porque livre de recifes de coral – para instalar uma feitoria de madeira; foi talvez isso o que exarcebou a disputa com Tidore, que preferia que os portugueses se instalassem na ilha de Maquiém, que era uma espécie de condomínio dos dois colanos. O rei de Bachão¹³¹, entrevendo certamente uma hipótese de ver restaurada a sua antiga hegemonia, entrou também na disputa.

Tendo persuadido o sultão de Ternate a deixar partir Francisco Serrão, D. Tristão, com uma carga de 4000 quintais de cravo, zarpou de Maluco de regresso a Malaca em Abril de 1520, quando a monção começava a virar, com uma conserva de cinco velas. Com ele largou de Ternate um junco do sultão carregado de cravo, em que vinha um de seus filhos¹³² como embaixador ao capitão da praça, acompanhado de 150 a 200 homens de armas que aí ficaram servindo durante cinco ou seis meses; trazia cartas de Bayan Sirrullah para El-Rei, para o governador da Índia e para Garcia de Sá¹³³. No regresso levou ao sultão presentes e a artilharia que ele mandara pedir¹³⁴.

Entretanto, em consequência de um temporal que dispersou a frota, D. Tristão de Meneses chegara a Banda com apenas duas das cinco velas com que partira de Ternate, ou seja, o seu navio e o junco do sultão. Aí se encontrou com a frota de Diogo Brandão, entretanto expedida de Malaca por Garcia de Sá, a quem Afonso Lopes da Costa, muito doente, entregara a capitania da praça em Dezembro de 1519; foi provavelmente em conserva com ela que o junco do sultão empreendeu a viagem até Malaca, onde deve ter chegado no verão boreal de 1520. Tornando atrás, com a monção de sueste (Maio-Novembro), em busca dos três juncos, D. Tristão veio a encontrar o navio de Francisco Serrão em Talangame e a ser informado de que Simão

¹³¹ Barros e Galvão chamam-lhe Cachil Laudim, *i. e.*, Kaicil 'Ala'u'd-dîn; como vimos, Tomé Pires chamava-lhe Raja Cuçuf (*cf. supra* nota 86), mas não se trata necessariamente da mesma pessoa, uma vez que Pires escreveu em *c.* 1515 e estes factos se passaram em 1519-1520.

¹³² Barros chama-lhe *Cachilato* e dá-o simplesmente como parente de Bayan Sirrullah; na sua carta a Garcia de Sá aquele declara-o seu filho, e o mesmo dizem nos seus depoimentos no processo de Maluco (*cf. supra* nota 103) Garcia de Sá e seu criado Bartolomeu Gonçalves. Trata-se provavelmente de um dos seus bastardos (que segundo Barros eram sete), já que os dois filhos legítimos eram ainda crianças. No entanto o mandado de Garcia de Sá que citamos a seguir di-lo sobrinho del-rei de Ternate. Pigafetta dá o nome dos nove filhos deixados pelo sultão, confirmando assim o número dado por Barros; mas nenhum dos nove nomes se assemelha a Cachilato.

¹³³ *Cf. supra* nota 6.

¹³⁴ Mandado de Garcia de Sá (Malaca, 8.I.1521, ANTT, CC, II-93-93) para João Moreno, almoxarife dos almazéns da fortaleza dar para el-rei de Ternate em Maluco 2 berços, um de metal outro de ferro, com 4 câmaras e 2 chaves, 1 forma de metal de pelouro de berço, 40 pelouros de chumbo e meia jarra de pólvora; e a seu sobrinho que comanda o junco uma bombardinha para defesa do navio.

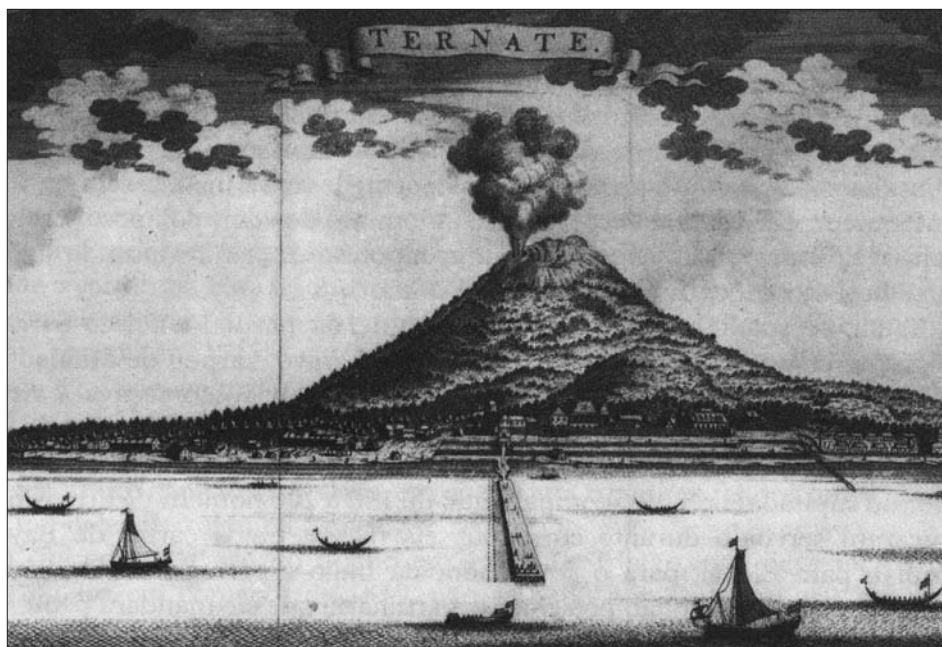


Fig. 11 – TERNATE

(Gravura holandesa do século XVII)

Correia estava em Bachão com o seu, ao passo que do de Duarte da Costa não havia novas ¹³⁵. Dado o adiantado da estação, resolveu-se, finalmente, a invernar em Maluco ¹³⁶.

Foi durante a sua estadia em Ternate que se produziu o primeiro incidente grave na história da presença portuguesa no arquipélago, a que Abu Hayat alude brevemente na sua primeira carta: os desmandos dos portu-

¹³⁵ Não conseguimos apurar o que lhe sucedeu; provavelmente regressou a Malaca em direitura. Duarte da Costa apenas nos reaparece em começos de 1522, comandando um dos juncos da armada de D. Garcia Henriques, de que falaremos mais abaixo, que ia para Banda e se encontrou com a de António de Brito em Agracim (Geresik), naufragando então no boqueirão de Anjane (*i. e.*, no estreito de Lombok), mas salvando-se numa champana que o trouxe a Malaca (Barros, III, v, 7).

¹³⁶ Pigafetta narra como a 14.XI.1521 se encontrou em Tidore com Pedro Afonso, um português que andava na Índia havia já 16 anos, que lhe referiu que um ano menos 15 dias antes (portanto *c.* 1.XI.1520), ali chegara um grande navio de Malaca carregado de cravo, comandado por Tristão de Meneses, que passara alguns meses em Banda devido ao mau tempo. Se a informação é correcta, D. Tristão terá permanecido em Banda uns seis meses (Abril-Outubro de 1520), fazendo depois em Maluco uma estadia de talvez de cinco meses (Novembro de 1520 a Março de 1521).

gueses que estavam em Bachão com Simão Correia causaram uma sedição na ilha. Segundo Pigafetta tudo terá resultado de os portugueses «persistirem em desrespeitar as mulheres do rei e dos seus súbditos, se bem que advertidos várias vezes pelo soberano». Seja como for, era o capítulo primeiro da história atribulada que ao longo de um século viveria o arquipélago, constantemente agitado pelos despautérios dos portugueses, que naquele cu-de-judas – que era no Velho Mundo um pouco o que mais tarde seria no Novo o Far-West americano – desfrutavam *de facto* de uma quase total impunidade.

Contra a opinião de Francisco Serrão e do sultão de Ternate, que preferia ser ele a regular o diferendo, D. Tristão de Meneses partiu para Bachão, onde não pôde impedir que todos os portugueses que estavam em terra fossem mortos, segundo as fontes portuguesas à excepção de um apenas, que se salvou a nado¹³⁷. A carga – 400 bares de cravo, ou seja, 109 200 kg, mais mercadorias de valor suficiente para adquirir outros 100 – foi abandonada em terra, e entregue mais tarde, por diligência do rei de Tidore, aos homens da expedição de Fernão de Magalhães. D. Tristão, impedido pelos ventos de navegar para norte – o que nos permite situar o episódio em finais de 1520 ou começos de '21 – não pôde arribar a Ternate como desejava, partindo então para Amboino e Banda. Aí deve ter aguardado que se estabelecesse a monção de sueste – o que sucede a partir de Abril – que lhe permitiria, enfim, ganhar Malaca. Conforme afirmam diversas testemunhas no auto de Tomar, D. Tristão de Meneses faleceu logo após a chegada a Malaca, o que deve ter tido lugar no terceiro trimestre de 1521, já que, como atesta António Galvão, se encontrou aí com António de Brito que ia a caminho de Ternate¹³⁸.

Foi neste ínterim que se produziram os trágicos acontecimentos que relata a primeira carta de Abu Hayat: o rei de Tidore convidou Francisco Serrão, que finalmente permanecera em Maluco, para um banquete, em que logrou envenená-lo. Segundo Pigafetta, ministraram-lhe a peçonha misturada no bétel que lhe ofereceram para mascar (o que na Insulíndia é tido por um ritual de fraternização, de significado *grosso modo* idêntico ao do cachimbo-da-paz entre os índios norte-americanos). Serrão veio a falecer ao cabo de quatro dias. Ao mesmo tempo o rei de Bachão encarregara uma filha sua de seduzir Bayan Sirrullah e o envenenar também, vindo a morrer

¹³⁷ Vejam-se pormenores em Barros (III, v, 6) e em Galvão (cap. xxxix), os únicos cronistas a referir o episódio; mas a primeira carta de Abu Hayat deixa supor que haveria sobreviventes, aparentemente prisioneiros em Bachão.

¹³⁸ Gaspar Correia (II, p. 712) equivoca-se ao afirmar que Garcia de Sá quis mandar D. Tristão de retorno a Ternate, para aí erguer uma fortaleza e que, perante a sua recusa, se decidiu enviar, com o mesmo fito, D. Garcia Henriques, seu parente: este era, na realidade, cunhado do sucessor de Garcia de Sá, Jorge de Albuquerque, que governou Malaca de 1521 a 1515 e enviou, de facto, D. Garcia a Banda, mas para uma viagem de comércio, em Janeiro de 1522, como veremos abaixo.

a poucos dias de intervalo ¹³⁹. Barros, que admite que a iniciativa de ministrar peçonha às duas vítimas tenha partido de mercadores mouros, desesperados com o monopólio português do cravo, acrescenta que ambas se finaram à época em que, por seu turno, Fernão de Magalhães perecia em Cebu, ou seja, em Abril de 1521 ¹⁴⁰. Esta informação concorda com a de Pigafetta, que chegado a Tidore em Novembro de 1521, dá Francisco Serrão e o sultão de Ternate como mortos havia menos de oito meses, por conseguinte em Março ou Abril desse ano.

Todavia Bartolomeu Gonçalves, que acompanhou a Maluco D. Tristão, no seu depoimento no auto de Tomar, dá do duplo envenenamento uma versão ligeiramente diferente: maquinado pelo colano de Bachão, terá tido lugar durante a permanência de D. Tristão nessa ilha, portanto em finais de 1520 ou começos de 1521, e terá tido por objectivo evitar que Bayan Sirrullah enviasse a sua armada, comandada por Francisco Serrão, a vingar a morte dos portugueses do juncos de Simão Correia. El-rei de Bachão desfazer-se-ia assim, de uma assentada, do principal garante da continuidade da presença portuguesa em Ternate e do homem que lhe disputava a supremacia de antanho no seio do arquipélago. Esta versão, relatada por uma testemunha bem informada, parece-nos assaz plausível. É a mesma testemunha a única a relatar o castigo infligido à infanta de Bachão: contra a vontade do sultão moribundo, que lhe queria perdoar, terá sido despida na praça pública e cortada ao meio com uma espada.

Morto Bayan Sirrullah, a sultana viúva Neachile (Nyai Cili) assumiu a regência em nome de seu filho Abu Hayat, que apenas contava sete anos; mas cedo se viu forçada a associar ao poder Kaicil Tarruwese, o Cachil Daroês das nossas crónicas, que Barros, Pigafetta e António de Brito ¹⁴¹ dizem filho bastardo do falecido sultão, ao passo que António Galvão o dá por seu irmão. Foram, portanto, esses regentes quem, em nome de Abu Hayat, mandou redigir as nossas duas cartas.

Entretanto, em 1520, como adiantámos já, Garcia de Sá expedira para Maluco nova frota, formada de alguns juncos e comandada por Diogo

¹³⁹ O testemunho da carta de Abu Hayat permite corrigir neste ponto a Pigafetta, que inverte a relação de parentesco, dando a moça que ministrou peçonha ao sultão como sua própria filha, casada com o rei de Bachão. Pigafetta dá o sultão de Ternate como envenenado dez dias depois de Francisco Serrão e morto ao cabo de mais dois dias de agonia.

¹⁴⁰ Os relatos dos demais cronistas concordam nas suas linhas gerais com o de Barros e com os termos das nossas cartas. No entanto, António Galvão não fala em envenenamento, supondo que Serrão morreu de desgosto e o sultão de causa indeterminada; Gabriel REBELO (*Informação...*, II, i) admite o envenenamento de ambos, mas supõe que «o rei escapou, ficando enfermo e pelado». Castanheda (VI, xii) e Gaspar Correia (II, p. 713) contam *grosso modo* a mesma história, situando, contudo, a morte do sultão de Ternate após a chegada dos castelhanos a Tidore, e imputando-a às suas manobras. As cartas de António de Brito a El-Rei (*cf. supra* nota 68) situam a morte de Bayan Sirrullah 7 ou 8 meses antes da sua chegada a Maluco (14.V.1522), portanto em Setembro ou Outubro de 1521, o que não é verosímil.

¹⁴¹ Cartas a El-Rei cit. *supra* nota 68.

Brandão, cavaleiro da casa d'El-Rei. Achando em Banda abastança de cravo, que aí fora trazido de Maluco por mercadores, julgou inútil deslocar-se a Ternate e tornou para Malaca com sua carga ¹⁴². Continuando as tentativas de atrair os portugueses ao seu porto, o colano de Tidore mandou-lhe a Banda uma mensagem de obediência para El-Rei e, de presente, dois loricos (*nuri* ou *lori* em malaio, espécie de papagaios ou periquitos).

Pouco sabemos ao certo da expedição do ano imediato, despachada igualmente por Garcia de Sá, em que aparentemente participaram três juncos, comandados um por António de Pina, moço da câmara d'El-Rei e sobrinho do cronista Rui de Pina, outro por Gonçalo Correia ¹⁴³ e outro ainda, o *Santa Maria da Conceição*, por Gonçalo Álvares. Este levava munições e suprimentos para a caravela de D. Tristão de Meneses, que esperava vir a encontrar em Banda ¹⁴⁴. O do comando de Gonçalo Correia, chamado *Paleão* ¹⁴⁵, pertencia ao nosso conhecido Naina Suryadeva e transportava fazendas de Sua Alteza, razão por que recebeu do almoxarife do almazém de Malaca armas e munições para sua protecção ¹⁴⁶. No junco de António de Pina seguiam roupas para consumo em Maluco, que, no entanto, em Abril de 1522 não haviam ainda chegado a Banda ¹⁴⁷, nem em começos de 1523 a Ternate ¹⁴⁸. Os receios de António de Brito, de que o junco se tivesse perdido no mar, parecem infundados: não só Diogo Brandão atesta que ambos os juncos que refere «vieram com suas drogarias pelos preços em que o cravo estava com os feitores d'El-Rei, nosso Senhor, assentado», como sabemos que António de Pina foi depois, por ordem de Jorge de Albuquerque, a Brunei ¹⁴⁹, efectuando em seguida uma viagem a Java em cujo decurso foi

¹⁴² Desta expedição apenas temos notícia pelo testemunho do próprio Brandão no processo de Maluco (cf. *supra* nota 103). Foi certamente com ele que veio para Malaca um dos companheiros de Francisco Serrão, que Garcia de Sá despachou para Lisboa, a informar El-Rei (carta de Garcia de Sá a El-Rei, Malaca, 23.VIII.1520, ANTT, *Gaveta* XV-10-2, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, I, doc. 14, pp. 116-117).

¹⁴³ Informação dada por Diogo Brandão no seu depoimento no auto de Tomar (cf. *supra* nota 103).

¹⁴⁴ Recibo de Gonçalo Álvares, capitão do junco *S.^{ta} Maria da Conceição* e feitor da fazenda de S. A. que nele vai para Banda, em como recebeu de João Nunes, almoxarife do almazém de Malaca, 4 quintais de breu e 2 de estopa, 1 jarra de pólvora e 160 pelouros de chumbo para a caravela d'El-Rei em que D. Tristão foi a Maluco, e 1 berço de metal com 3 câmaras e 2 chaves, $\frac{1}{2}$ jarra de pólvora e 20 pelouros de chumbo para defesa do próprio junco (Malaca, 14.I.1521, ANTT, CC, II-93-124).

¹⁴⁵ Provavelmente transcrição aproximativa do malaio *pelayang*, *nomen agentis* da $\sqrt{\text{layang}}$, «voar», significando, por conseguinte, «voador»; ou então do termo persa adoptado pelo malaio *pahlawan*, «herói».

¹⁴⁶ Recibo de Gonçalo Correia em como recebeu do almoxarife do almazém de Malaca, João Nunes, 1 berço de metal com 3 câmaras de ferro e 1 chave, 30 pelouros de berço e um boião de pólvora, feito perante Pero Afonso da feitoria de Banda (Malaca, 13.I.1521, ANTT, CC, II-93-119).

¹⁴⁷ Carta de António de Brito a El-Rei, Banda, 28.IV.1522 (cf. *supra* nota 4).

¹⁴⁸ Carta de António de Brito a El-Rei, Ternate, 11.II.1523, cit. *supra*, nota 68.

¹⁴⁹ Carta de Jorge de Albuquerque a El-Rei, Malaca, 1.I.1524, ANTT, CC, I-30-78, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, I, doc. 23, pp. 181 & ss.

morto ¹⁵⁰. O mais provável é que à ida se tenha atrasado e perdido a monção, invernando em qualquer porto; e que depois, tendo achado carga suficiente em Banda ou em Amboino, tenha regressado directamente a Malaca sem escalar Maluco. Dos outros dois juncos não achámos mais notícia; de qualquer modo não devem ter passado de Banda, para onde iam destinados.

Fica por esclarecer um pormenor curioso: quem trouxe para Malaca as duas cartas de Abu Hayat que publicamos aqui? Nada nos garante que ambas tenham chegado a Malaca ao mesmo tempo. Pelo contrário: o facto de apenas a segunda vir acompanhada de tradução portuguesa, mandada fazer pelo capitão de Malaca, Jorge de Albuquerque, em Agosto de 1522, sugere que a primeira tenha chegado antes, talvez ainda em dias de seu antecessor, Garcia de Sá, que, como vimos, lhe passou a capitania ao primeiro de Agosto de 1521 ¹⁵¹. A primeira pode ter sido trazida por D. Tristão em meados desse mesmo ano, ou então mandada a Banda em qualquer navio da terra e daí trazida para Malaca por Gonçalo Correia, o que vai bater ao mesmo ponto, já que ambos devem ter empreendido a viagem de regresso no verão boreal de 1521, com a monção de sueste. A segunda não pode ter sido enviada directamente de Ternate, pois em 1522, tanto quanto sabemos, não veio nenhum navio de Maluco para Malaca. Deve ter sido mandada para Banda e daí trazida por um dos navios da armada de D. Garcia Henriques ¹⁵², que largou de Malaca em começos de Janeiro, escalou Agracim (Geresik) em Java oriental, onde achou ainda António de Brito – que, como em breve veremos, partira de Malaca em Outubro do ano anterior – e, adiantando-se-lhe chegou em Fevereiro a Banda ¹⁵³, onde Brito só mais tarde se lhe veio juntar. A 2 de Maio António de Brito largou de Banda para Maluco, levando consigo D. Garcia, que tencionava enviar de regresso a Malaca pela via de

¹⁵⁰ Vide pormenores in «O malogrado estabelecimento...», cit. *supra* (nota 4), nota 274.

¹⁵¹ Carta dos oficiais de Malaca a El-Rei, 25.VIII.1521, ANTT, CC, I-27-48, transcrita in *Os Portugueses em Malaca* (cf. *supra* nota 9), vol. II, doc. 16.

¹⁵² D. Garcia Henriques, cunhado de Jorge de Albuquerque (cf. *supra* nota 8), viria a ser o 2.º capitão de Ternate (1525-27), onde teve de se haver com os castelhanos da expedição de Loaysa, que tratou deslealmente (cf. Castanheda, VI, xcvi, ciii, cxxix & ss., VII, xxxviii & ss.; G. Correia, II, pp. 886-889, 937-939, & 965-969, III, pp. 171 & ss.); andara em Malaca em tempo de seu cunhado, que no regresso da presente viagem a Banda e Maluco o enviou contra Bintão, onde fracassou (Castanheda, VI, lvi; Barros, III, viii, 7; G. Correia, II, pp. 796-800). Quando regressava a Malaca após ter servido a capitania de Maluco – onde teve querelas com seu sucessor, D. Jorge de Meneses, prendendo-se sucessivamente um ao outro (Castanheda, VII, lv-lxiii; G. Correia, III, pp. 242 & ss.) – apresou um junco de mouros jaus e fez escala em Panaruca; em Malaca Pero de Faria embargou-lhe todas as fazendas que trazia, mas desembargou-lhas em prémio da sua intervenção no motim que sobreviera entre os jaus de uma embaixada vinda de Panaruca e os malaio (Castanheda, VII, lxxxiii; G. Correia, III, pp. 267 & ss.). Fez a viagem para Cochim em conserva com Jorge Cabral, cada um em seu junco, em finais de 1528; mas ao chegar à Índia, já em 1529, depois de encalhar na barra de Cochim, foi preso por Nuno da Cunha pelo seu comportamento em Maluco e mandado preso para o Reino (Barros, IV, i, 16-17).

¹⁵³ Informação fornecida por Castanheda, VI, v (cf. cap. lvi; Barros, III, v, 7 & viii, 7; G. Correia, II, p. 796).

Brunei, para a descobrir, o que não pôde fazer por falta de piloto competente. No entanto, pelo menos um dos juncos da companhia deste tornou directamente de Banda para Malaca, trazendo a carta de António de Brito a El-Rei escrita a 28 de Abril em Banda ¹⁵⁴. Deve ter partido em Maio ou Junho, com a monção de sueste, sendo certo que estava já em Malaca a 28 de Agosto, data em que Jorge de Albuquerque transcreveu a carta de António de Brito e fez traduzir a de Abu Hayat.

Entretanto, Fernão de Magalhães, malquistado com D. Manuel por causas que nos não interessa aqui esmiuçar, oferecera-se a Carlos V para chegar a Maluco pelas traseiras do globo e provar que as ilhas recaíam na demarcação de Castela. Quando em Malaca se soube que os castelhanos vinham em demanda das ilhas do cravo, gerou-se certa efervescência ¹⁵⁵; talvez se não cresse muito que Magalhães pudesse levar a cabo o seu desígnio numa navegação para ocidente, mas temia-se que navegasse em direitura do Cabo da Boa Esperança para o boqueirão da Sunda, entre Samatra e Java, e por aí se introduzisse no Arquipélago. Isso aconselhava as autoridades de Malaca a fortificarem-se em Sunda ¹⁵⁶. Já em Agosto de 1520 Garcia de Sá, capitão de Malaca, se inquietava com os rumores de que haviam sido vistas três naus ao largo da Java, «na costa de além, pera a ilha de São Lourenço», ou seja, do lado sul ¹⁵⁷. Na realidade Magalhães estava já então prestes a realizar o seu intento; e a 21 de Março de 1521, ao cabo de dezoito meses de viagem, tendo transposto, num rasgo de audácia sem precedentes na história da navegação universal, todo o Pacífico, veio a aterrar na ilha de Samar, nas Filipinas ¹⁵⁸.

¹⁵⁴ Cf. *supra* nota 4.

¹⁵⁵ O contrato de Magalhães com Carlos V é de 22.III.1518; a partida da armada, de Sanlúcar de Barrameda, foi a 20.IX.1519. Do contrato pode ter-se sabido em Malaca em finais de 1519, da partida efectiva da expedição em finais de 1520, pois a chamada «monção grande» para navegar da Índia para Malaca era em Setembro, época em que chegavam à Índia, se não se atrasavam pelo caminho, as naus do Reino; perdida essa monção só em Abril ou Maio do ano imediato, na «monção pequena», se podia comunicar da Índia para Malaca (cf. Barros, II, iv, 3). Se a nova da partida de Magalhães não chegou antes, trouxe-a Jorge de Albuquerque, que, nomeado pela segunda vez capitão de Malaca, largou de Cochim em Abril de 1521, chegando à praça, após uma demorada escala em Pacém, a 1.VIII.1521 (cf. a carta dos oficiais de Malaca a El-Rei, Malaca, 25.VIII.1521, cit. *supra* nota 121).

¹⁵⁶ Cf. o nosso estudo, «O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda...», cit. *supra* nota 4.

¹⁵⁷ Carta de Garcia de Sá a El-Rei, Malaca, 23.VIII.1520, ANTT, *Gaveta* XV-10-2, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, I, doc. 14, pp. 116-117.

¹⁵⁸ A história da viagem de Magalhães não nos interessa aqui; enquanto esperamos a aparição da colecção completa dos numerosos relatos da sua aventura (dois volumes, num total de cerca de mil páginas, em preparação, a editar pelas edições Chandeigne, Paris) remetemos o leitor para NAVARRETE, «Colección de los Viajes...», vol. II, parte iv, pp. 365 & ss.; para o Visconde de LAGOA, *Fernão de Magalhães*, cf. *supra* nota 18; para *Fernão de Magalhães – A primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participaram*, prefácio e notas de NEVES ÁGUAS, Pub. Europa-América, Mem Martins, 1986; e para a colectânea de estudos *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas* (Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina), ed. por A. Teixeira da MOTA, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1975.

Foi a iminência da intervenção castelhana em Maluco que levou D. Manuel a apressar-se a, em segredo, mandar construir uma fortaleza em Ternate para assim se antecipar a Castela. Dessa missão foi encarregado um dos seus homens de confiança, Jorge de Brito, que fora capitão de uma das naus da armada de 1511 e foi à ida para a Índia capitão-mor da de 1520. Os oficiais da nova fortaleza vinham já nomeados do Reino; mas da carta de nomeação não constava a sua localização. Foi só 4 de Maio de 1521 que, acompanhado de seu irmão António, Jorge de Brito largou de Cochim para Malaca. António de Brito acabou por suceder a seu irmão no comando da expedição quando este, tentado a pilhar um templo do Achém onde se dizia haver grandes riquezas, se embrenhou no norte de Samatra em lutas com a população local em que pereceu. A partida para Maluco¹⁵⁹ teve lugar logo após a baldada tentativa de ataque a Bintão, em Outubro desse ano, em que António de Brito participou. Fazendo, como era comum, escala em Agracim, onde como vimos se demorou um tanto, em Banda e em Amboino, só em meados de 1522 veio a chegar a Ternate.

Em Novembro do ano anterior chegara já a Tidore, que, como seria de esperar, logo lhe abriu as portas, o que restava da armada de Magalhães, como Abu Hayat refere na sua segunda carta¹⁶⁰. Falhara a manobra de

¹⁵⁹ Quatros dos navios de António de Brito (a caravela *São Pantaleão*, a fusta *Santiago*, a nau *Santa Eufémia* e o galeão *Santo António*) receberam para a viagem a Maluco mantimentos do almoxarifado de Malaca entre 25.IX e 18.X.1521 (caderno de recibos do almoxarifado de mantimentos de Malaca, ANTT, CC, II-98-62).

¹⁶⁰ Tanto os nossos cronistas como as próprias testemunhas no auto de Tomar (cf. *supra* nota 103) afirmam que a armada castelhana teria tentado desembarcar em Ternate, mas sido impedida de o fazer pelas autoridades locais, fiéis aos portugueses, seguindo então para Tidore. No entanto nem a segunda carta de Abu Hayat (que certamente não deixaria perder a oportunidade de alardear mais um bom serviço a el-rei de Portugal) nem o diário náutico da viagem de Magalhães (Navarrete, vol. II, parte IV, doc. XXII; NEVES ÁGUAS, pp. 231 & ss.), nem os seus cronistas, como o meticuloso Pigafetta, Maximiliano Transilvano etc. (cf. *supra*, nota 11), referem tal tentativa de desembarque. Como para quem vem de norte a ilha de Ternate é a primeira, seguindo-se-lhe Tidore, cujo porto aliás é mau, cabe perguntar a razão desse procedimento: viriam já os castelhanos industriados para não escalar Ternate, onde se sabia estarem portugueses? É provável: com efeito, um relato anónimo da viagem de Magalhães afirma que «em Ternate estava então um capitão del-rei de Portugal, chamado António de Brito, com gente, fazendo ãa fortaleza para apouso e segurança dos portugueses que a aquela terra viessem tratar, como tinham assentado com el-rei de Ternate, do que os outros reis das outras ilhas tinham desgosto» (vide Pierre VALIÈRE, *Le voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie*, édition critique, traduction et commentaire du texte manuscrit recueilli par Fernando OLIVEIRA, préface de Paul TEYSSIER, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1976, p. 131; cf. NEVES ÁGUAS, p. 183). Ora sabemos de fonte limpa que só seis meses mais tarde chegaria a Maluco António de Brito; e é por demais evidente que os castelhanos não podiam suspeitar de que seu irmão Jorge fora morto em Samatra, pelo que assumira ele o comando da expedição. Parece-nos portanto possível concluir que a frota dos castelhanos não escalou Ternate por saber vagamente que lá havia portugueses e não querer, depauperada como estava, entrar com eles em conflito; e talvez também para não criar embaraços a Serrão (de cuja morte tampouco podiam estar informados), sabendo que era amigo se não parente de Magalhães. Há que admitir, por conseguinte, que o anónimo escritor tenha retocado o seu relato

D. Manuel para se antecipar a Castela, pois Fernão de Magalhães lograra chegar cerca de um ano mais cedo pela longa rota do Pacífico, ignoto mas sujeito a um regime de ventos constantes idêntico ao do Atlântico, que os Britos pela via da Índia e de Malaca, já praticada havia um decénio, mas sujeita às intermitências impostas pelas monções.

Iniciar-se-ia assim um novo período na história da contenda, com a rivalidade entre portugueses e castelhanos a dobrar a que existia já entre Ternate e Tidore. Esse capítulo só se encerraria definitivamente em Junho de 1536, com a chegada a Lisboa de André de Urdaneta, último capitão castelhano de Maluco, e seus companheiros rendidos aos portugueses e evacuados pela rota do Cabo, já que o tratado de Saragoça, assinado a 22 de Abril de 1529, lhes não deixava outra hipótese.

A expedição de Ruy López de Villalobos, que no dia de Todos os Santos de 1542 zarpou do porto de Navidad ¹⁶¹, no México, em direcção às Filipinas e, à revelia do vice-rei da Nova Espanha, Antonio de Mendoza, decidiu, contra a letra do tratado de Saragoça, intentar de novo o estabelecimento castelhano em Tidore, não teve melhor sorte: o navio de Bernardo de la Torre, que tentou o regresso pelo Pacífico, teve de retroceder ao cabo de 750 léguas de navegação; o de Íñigo Ortiz de Retes, após costear a grande ilha dos Papuas, a que deu o nome de Nova Guiné, foi obrigado a arribar a Tidore; todos se viram assim forçados a capitular com os portugueses o seu regresso pela rota do Cabo ¹⁶². A rota do retorno ao México pelo Pacífico, que seria durante mais de dois séculos a do *galeão de Manila*, só em 1565 viria a ser descoberta.

Assim, até à chegada dos holandeses em começos de Seiscentos, para seu bem ou para seu mal, os portugueses imperariam sós nas ilhas de Maluco.

Transcrição dos documentos:

Na *éjaan baru* ou *éjaan baharu*, sistema ortográfico que utilizámos na transcrição dos documentos, as letras têm aproximadamente o mesmo valor

após o regresso a Espanha, acrescentando certamente então a referência a António de Brito. Uma interpolação semelhante se acha pelo menos no manuscrito de Lisboa do chamado *Relato do Piloto Genovês* (NEVES ÁGUAS, p. 160), que afirma que em Tidore «lhe deram novas a gente da terra que mais avante em outra ilha daí perto estava um português, que podia ser dali 2 léguas àquela ilha, que se chamava Targatell [=Ternate], que era a principal de Maluco, *donde nós agora temos a fortaleza*». Gines de Mafra (cap. xvii, NEVES ÁGUAS, p. 227), pelo contrário, afirma claramente que «neste tempo não havia gente portuguesa nesta terra; somente encontrámos numa ilha delas, que se chama Terrenate, um português, o qual fugindo por certo delito que tinha cometido na fortaleza de Malaca se havia refugiado entre os índios e em navios da terra (que há muitos que navegam para diversas partes) tinha ali aportado» – explicando no capítulo seguinte que se tratava de Pedro Lourosa que, como Pigafetta também refere, os procurou depois em Tidore, informando-os então de que «há pouco tempo morrera um Francisco Serrão que dizia que esperava por Magalhães naquela terra de Maluco».

¹⁶¹ 19° 10' N, 105° 20' W.

¹⁶² Vide Consuelo VARELA, *El viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente, 1542-1548*, edición, introducción y notas de..., Cisalpino-Goliardica, Milão, 1983.

que em português, salvo o *c* que soa como o *ch* transmontano (= *tx*), o dígrafo *ny* que equivale ao nosso *nh* e, na transcrição de termos árabes ou persas, *sy* que soa como *x* em português ou *sh* em inglês, e *kh* que equivale ao *j* castelhano.

A ortografia do texto em *jawi* é um tanto irregular, sobretudo no que toca à notação das vogais. O texto só parcialmente está vocalizado, sobretudo graças à utilização das semivogais *alif*, *yâ'* e *wâw* para notar, respectivamente o *a*, o *i* ou o *é*, e o *u* ou o *o*. Não existindo em malaio a oposição entre vogais breves e longas que existe em árabe, as semivogais, usadas em árabe para notar o *a*, o *i* e o *u* longos, são geralmente utilizadas para notar as vogais das sílabas abertas (*i. e.*, terminadas em vogal), com excepção do *e* mudo dito *e pepet*, que geralmente não é notado, mesmo nas sílabas abertas. As vogais das sílabas fechadas (*i. e.*, terminadas em consoante), assimiladas às vogais breves do árabe, não são geralmente notadas. O escriba da primeira carta estende esse princípio mesmo às palavras árabes, grafando Abu Ḥāyat onde o escriba de segunda, mais destro, escreve Abu Ḥayāt, respeitando a quantidade das vogais árabes. Nos presentes manuscritos apenas uma palavra (*palabuwān*, *i. e.*, na pronúncia actualmente corrente, *pelabuhan*, «ancoradouro, porto») está vocalizada por meio dos sinais acima ou abaixo da linha usados em árabe, nomeadamente nas edições do Alcorão (*fatah*, para o *a*, *kasrah* para o *i* ou para o *e*, e *dammah* para o *o* ou para o *u*); a ambiguidade da *kasrah* e da *dammah*, resulta como a do *yâ'* e do *wâw*, do facto de o árabe apenas opor fonologicamente três timbres vocálicos (*a*, *i* e *u*), ao passo que o malaio opõe cinco (*a*, *e*, *i*, *o*, *u*). A vogal zero, ou seja, a ausência de vogal, é esporadicamente notada nos nossos manuscritos por meio do *sukûn*, sobretudo em fim de palavra. Curiosamente, a ausência de vogal (ou a presença da vogal muda *e pepet*) é também, nalguns casos (especialmente no termo persa *lashkar*, «soldado, militar», em malaio moderno *laskar*, mais raramente *lasykar*) notada por meio do *tashdid*, que em árabe serve para indicar a geminação de uma consoante; provavelmente o escriba pronunciava *lasyekar* e confundiu a vogal muda com a geminação da consoante precedente; aparece também o *tashdid* para indicar o *e pepet* do termo vernáculo *lekas*, «rapidamente». Nos demais casos, à falta de qualquer indicação no manuscrito, vocalizámos segundo o uso actual.

O malaio dos dois documentos, em especial o do primeiro, é assaz incorrecto, denotando que os textos foram redigidos por alguém que não tinha o malaio como língua materna e o redigia tendo em mente o substrato da sua língua materna (com toda a probabilidade o ternatês). Os erros de sintaxe incidem sobretudo sobre a ordem das palavras, dando a entender que o escriba tinha como substrato linguístico uma língua em que, ao contrário do malaio, o determinante precede o determinado e o complemento directo precede o verbo. Em tais casos damos em nota a equivalência dos termos, expressões e construções dificilmente inteligíveis, excepto quando tenham ocorrido já no documento.

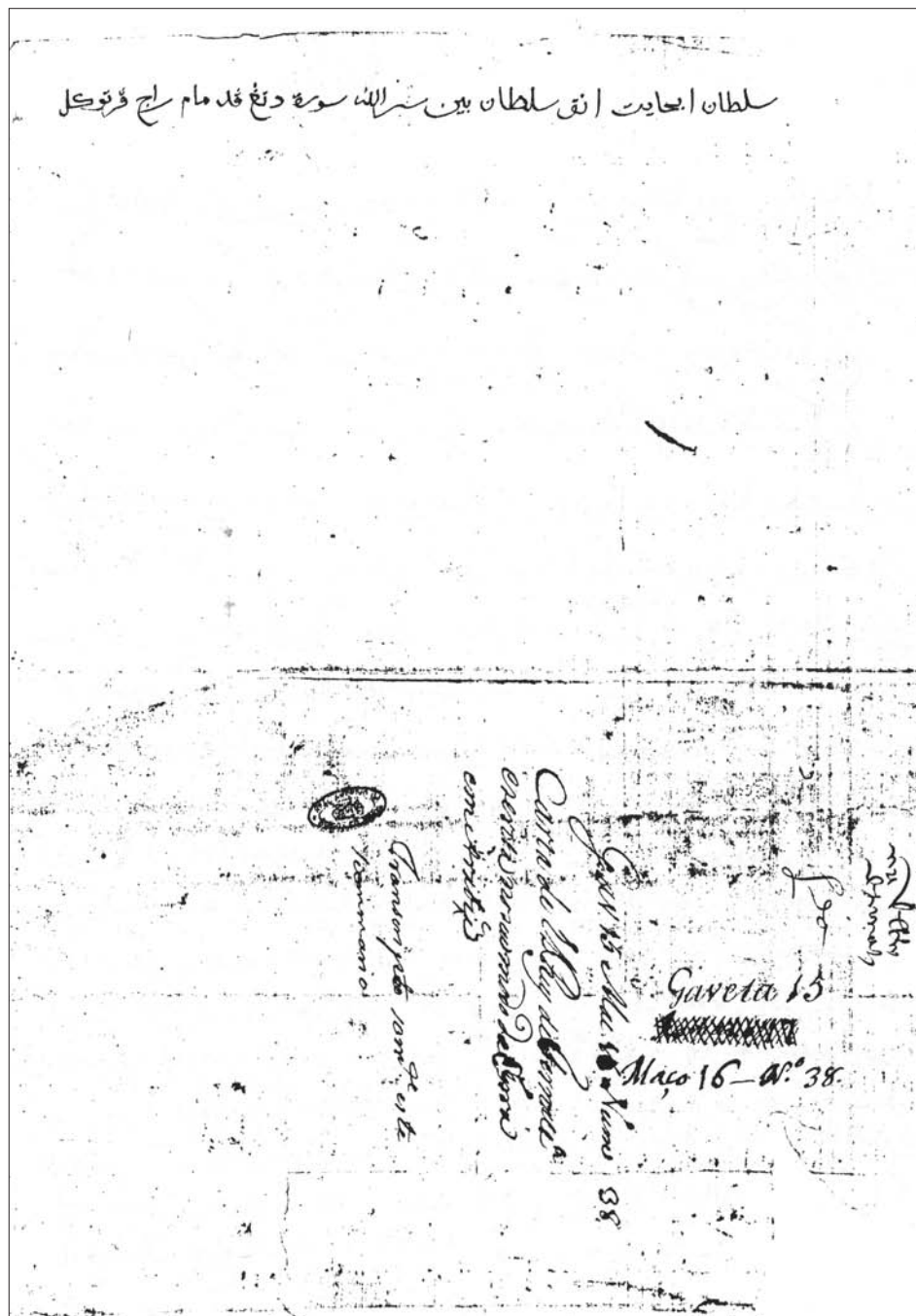


Fig. 12 – SOBRESCRITO DA PRIMEIRA CARTA DE ABU HAYAT
(ANTT, Gaveta XV-16-38)

الفنج

راج سلطان الحايث سورة دافع كذا مام راج فرتوكل راج رالديناعلم
 سمهان تون باسر کران دهول راج فرتوكل ماثوثره فرغشکل سر دافع درمولک
 بیناس درامین مکر راج مکر سمهان دغر فرغی اد بناس درامین مکر راج
 تدوری دان جیلل دسوره امین سمهان برهیمفه ماو بوته قد فرغشکل سر
 مکر راج ثنائیه دغر سوره سودار دوو مپاوه فراوه توجه بوه دامبل فرغشکل سر
 مپاوه کتانه مکر ناکری ثنائیه سفره ناکری فرتوکل مکر راج فرتوکل سوره کوال
 مپاوه سوره دافع مکر راج ثنائیه کوال دان هرت دان لشکر اسر هکن قد ناغن راج
 ثنائیه مکر جغ ثنائیه دان کوال بلا یو لیلک موسم کاسو دایم د بجهن مکر تدیری دان جیلل دسوره
 راج بجهن بونه قد اورغ فرغی دایم د بجهن هرت دان لشکر سمهان درامین مکر راج ثنائیه
 دغر مکر راج ثنائیه کات بکمان راج فرتوکل جغ دان هرت دان لشکر اسر هکن قد ناغن
 کیت مار له جغ دان هرت دان لشکر کیت سوره کمبلک کمبلک چک تباد کمبلک راج
 فرتوکل جغ دان هرت دان لشکر تباد کمبلک مکر راج له قد راج بجهن مکر راج بجهن فون
 هادر له سخته تدیری دان جیلل فون سرت بجهن سمهان لغوف له تدیری دان جیلل بجهن
 لکس سوره انق فرغی ایت انق راج بجهن دلم راج ثنائیه فرغی ایت بجهن مکر دایم د بجهن
 مکر و فعه راج ثنائیه دهول راج تدیری سوره ججهن بجهن بجهن بجهن بجهن بجهن بجهن بجهن
 ایت د بجهن راج مکر دافع کوفه امقت هافر سلکت مذات براف هافر د راج مات مکر
 ای واقف مات ایت راج الحایث اسر هکن در قد مام راج فرتوکل کرا
 راج فرتوکل کران تدیری دان جیلل دان بجهن بجهن بجهن بجهن بجهن بجهن بجهن
 مام کاسه لکس ثنائیه قد ثنائیه سوره این سفره کیت مپاوه بایق جاد

Fig. 13 – PRIMEIRA CARTA DE ABU HAYAT
(ANTT, Gaveta XV-16-38)

I

(por fora:) Carta del-rei de Ternate. Lida.

Sultan Abu Hâyat, anak sultan Bayan SIRRullah, surat ¹⁶³ datang ¹⁶⁴ pada mama raja Portukal.

(por dentro:)

Al-fath! ¹⁶⁵

Raja sultan Abu Hâyat surat datang kepada mama raja Portukal, raja [besa]r *al-duniâ* 'alam / semuhanya, tuwan ¹⁶⁶ basar ¹⁶⁷. Kerana dahulu raja Portukal manyuruh ¹⁶⁸ Frangsyisku Sera ¹⁶⁹ datang dari ¹⁷⁰ Muluku / binasa dari Ambon. Maka raja Maluku semuhanya dengar feringgi ada binasa dari Ambon. Maka raja / Tidoré dan Ja'ilolo ¹⁷¹ disuruh ¹⁷² Ambon semuhanya berhimpah ¹⁷³, mau bunuh pada Frangsyisku ¹⁷⁴ Sera. / Maka raja Ternate[h] disuruh saudara duwa ¹⁷⁵ membawa[h] ¹⁷⁶ perauh ¹⁷⁷ tucuh ¹⁷⁸ buah diambil Frangsyisku Serra / membawa[h] ke Ternat<e> ¹⁷⁹. Maka nageri ¹⁸⁰ Ternat<e> sepert<i> nageri Portukal. Maka raja

¹⁶³ *Sultan... surat* = surat sultan...

¹⁶⁴ O emprego de *datang* («vir») em função de preposição, inusitado em malaio, é quicá um javanismo, já que em *krâmâ* (língua jau de cortesia) se usa *dateng* em substituição de *marang* ou *menyang*, «a, para, para com, em direcção a», usado em *ngoko* (linguagem informal).

¹⁶⁵ As palavras em itálico estão em árabe, por vezes mal ortografado. Apenas nas palavras árabes distinguimos na transcrição, por diacríticos, as vogais longas, as consoantes laringalizadas, etc. Há numerosos erros de ortografia sobretudo no que toca à quantidade das vogais.

¹⁶⁶ *tuwan* = tuan.

¹⁶⁷ *basar* = besar.

¹⁶⁸ *manyuruh* = menyuruh.

¹⁶⁹ A grafia *Frangsyisku* representa uma metátese da *Frangsisyku*, forma que transcreveria foneticamente o português *Francisco*. *Sera* (sem *tashdid*) alterna ao longo do documento com a transcrição mais correcta *Serra* (com *tashdid*); em contrapartida a nasal final de *Serrão* não é jamais notada.

¹⁷⁰ *dari* = ke; ao longo do documento *dari*, «de, desde» é bastas vezes usado quer em vez de *ke*, «para», quer em vez de *di*, «em».

¹⁷¹ A grafia *Ja'ilolo*, com uma *hamza* que transcrevemos pelo espírito brando (') ou apóstrofe, constante ao longo do documento, indica que na pronúncia da época havia um hiato entre o *a* e o *i*, que não formavam ditongo.

¹⁷² *disuruh* = suruh, menyuruh; ao longo do documento a forma verbal prefixada com *di-*, de sentido passivo, é bastas vezes usada em vez da forma simples ou, numa linguagem mais cuidada, da forma prefixada com *me|N|*-, de sentido activo.

¹⁷³ *berhimpah* = *berhimpun* ou *berimpun*; como Blagden notou é a única restituição que faz sentido; *himpah*, que se lê claramente no texto, é, segundo tudo leva a crer, um hápax.

¹⁷⁴ *bunuh pada Frangsyisku* = *bunuh Frangsyisku*; ao longo do documento um *pada* («em») redundante é frequentemente usado para introduzir o complemento directo, que em bom malaio não carece de preposição.

¹⁷⁵ *duwa* = dua.

¹⁷⁶ *membawah* = *membawa*; aquela forma, constante ao longo do documento, deve-se certamente a confusão entre *bawa*, «levar», e *bawah*, «em baixo».

¹⁷⁷ *perauh* = perahu.

¹⁷⁸ *tucuh* = tujuh.

¹⁷⁹ Embora o texto não esteja vocalizado, damos o *e* final de *Ternate* como omitido por o *t* precedente estar representado por um *ta marbutu*, que em princípio só se usa em fim de palavra.

¹⁸⁰ *nageri* = negeri; cf. supra *manyuruh* por *menyuruh*, etc.; a hesitação entre *a* e *pepet* é frequente em textos antigos.

Portukal suruh karawal¹⁸¹ / membawa[h] surat datang pada raja Ternat<e>; karawal dan harta dan lasyekar aserahkan¹⁸² pada tangan raja / Ternat<e>. Maka jung Ternat<e> dan karawal balayar¹⁸³ ke Melaka; musim kasip, dayam¹⁸⁴ di Bajahan¹⁸⁵. Maka Tidoré dan Ja'ilolo disu[ruh] / raja Bajahan bunuh pada orang feringgi dayam di Bajahan; harta dan lasykar semuhanya dirampas. Maka raja Ternate / dengar. Maka raja Ternat<e> kata: «bakimana¹⁸⁶ raja Portukal jung¹⁸⁷ dan harta dan lasekar aserahkan pada tangan / kita? Marilah jung dan harta dan lasyekar kita suruh¹⁸⁸ kembali[k]¹⁸⁹ ke Melaka! Jika tiada kembali[k] raja / Portukal jung dan harta dan lasyekar tiada kembali[k], beparanglah¹⁹⁰ pada¹⁹¹ raja Bajahan!». Maka raja Bajahan pun / hadirilah¹⁹² senyjata[h]¹⁹³; Tidoré dan Ja'ilolo pun serta Bajahan semuhanya lengkaplah. Tidoré dan Ja'ilolo Bajahan / lekas suruh anak perempuan. Itu anak raja Bajahan, dalam¹⁹⁴ raja Ternat<e> perempuan itu kasih¹⁹⁵. Maka dapat diberinya racu[n]. / Maka wafa'at raja Ternat<e>. Dahulu raja Tidoré suruh jempu membawa[h] Frangyisku Serra ke Tidoré, beri¹⁹⁶ minum. Waktu / itu diberi rac<un>. Maka datang ke rumah, empat hari sakit, mati, berapa hari [s]juda<h> raja mati. Maka / ia, waktu mati itu, raja Abu Hâyat aserahkan daripada¹⁹⁷ mama raja Portukal, kera[na...] Ternat<e> palabuwan¹⁹⁸ / raja Portukal, kerana Tidoré dan Ja'ilolo dan Bajahan bagi harta raja Portukal beparang pada Te[rnate...]. / Mama kasih lekas tholong¹⁹⁹ pada Ternat<e>! Surat ini sepert<i> kita membawa[h] baik ja[hat...]

¹⁸¹ adaptação do termo português *caravela*.

¹⁸² *aserahkan* = *diserahkan*; o uso do prefixo *a-*, inexistente em malaio mas existente em jau, é aparentemente um javanismo.

¹⁸³ *balayar* = *belayar*, *berlayar*.

¹⁸⁴ *dayam* = *diam*.

¹⁸⁵ *Bajahan* = *Bacan* (na antiga ortografia *Batjan* ou *Bachan*), i. e., a ilha de Bachão.

¹⁸⁶ *bakimana* = *bagimana*, *bagaimana*.

¹⁸⁷ *raja Portukal jung* = *jung raja Portukal*.

¹⁸⁸ *Marilah jung dan harta dan lasekar kita suruh...* = *Marilah kita suruh jung dan harta dan laskar...*

¹⁸⁹ *kembali* que se lê no *ms*, representa certamente o cruzamento de *kembali*, «volver, regressar, tornar, devolver» com a palavra da mesma raiz *balik*, «atrás».

¹⁹⁰ *beparanglah* = *beperanglah*, *berperanglah*.

¹⁹¹ *pada* = *lawan*; outra construção gramaticalmente correcta seria a forma sufixada *memerangi* + complemento directo (sem preposição).

¹⁹² *hadir* = *mempunyai*, *memiliki*; ou *hadir* com o nome do possuidor (*raja Bajahan*) precedido de *kepada*, por analogia com a expressão *ada kepadanya...*, paralela ao latim *est illi...*

¹⁹³ *senyjatah*: o *-h* final é supérfluo, mas a grafia com *-ny-* em vez de *-n-*, a pesar de inusitada, é fonética.

¹⁹⁴ *dalam* = *sedangkan*.

¹⁹⁵ *perempuan itu kasih* = *kasih perempuan itu*.

¹⁹⁶ *beri* = *diberinya*.

¹⁹⁷ *raja Abu Hâyat aserahkan daripada...* = *raja Abu Hâyat diserahkannya kepada...*

¹⁹⁸ *pelabuwan* = *pelabuhan*.

¹⁹⁹ *tholong* = *tolong*; grafia insólita e não fonética, talvez mero *lapsus calami*, não diferindo o *thâ* do *tâ* senão por ter um ponto a mais.

الحمد لله رب العالمين

يا عزيز يا غفار

این سومه نامه سلطان اب حیات سومه داتخ کفله ایهند سلطان
 دنیا عالم ایاله یخ مهاسر کری مختارن حال نکر ی سخلله نقد
 سلطان بیان سر الله منغللکن نجی ترنات سخلینه حال
 نجی ترنات سخلینه سخلینه داتخ دو بوه کافل مختارن خجرات
 دان هر تان دان مملکتین بند سخلینه سخلینه سخلینه
 کستیل سخلینه سلطان و توکل مملکتین سلطان
 ترنات دکران بند سلطان ترنات بند سلطان
 و توکل سخلینه این سخلینه سخلینه سخلینه سخلینه
 قوله بوه بدل کند توجه قولکند خج تون این کند داتخ
 کتک و سخلینه کافل بلایر بولن محرم سخلینه سخلینه سخلینه
 دوه قوله بونان لال کن داتخ اد فون انقده سلطان
 اب حیات تیاد هارن لاین هارن اینده سلطان
 و توکل سخلینه سلطان و توکل مملکتین انقده قهات
 لال کنق کاتون سخلینه مملکتین نجی ترنات چند مرات
 انقده تیاد سخلینه والسلام بالخیر

Fig. 14 – SEGUNDA CARTA DE ABU HAYAT
 (ANTT, Gaveta XV-15-7)

II

Al ḥamdu lillāhi rabbi 'l-ālamīn!

Yâ 'azîz, yâ ḡhaḡḡâr! ²⁰⁰

Ini surat kasih sultan Abu Ḥayât, surat datang kepada ayahanda sultan Portukal / dunia alam, ialah yang mahabesar, kerī ²⁰¹ mengatakan hal negeri: sangkalah sanakda[h] ²⁰² / sultan Bayân Sirrullah meninggalkan negeri Ternate, sekalianlah hal / negeri Ternate. Sekarang raja Kastéla datang ²⁰³ dua buah kapal menga<n>-tarkan senjatanya / dan hartanya, dan memelihara bandar raja Tidore, bandar raja / Kastéla sebenarnya. Sultan Portukal memelihara sultan / Ternate, dari kerana bandar sultan Ternate bandar sultan / Portukal. Sekarang ini raja Kastéla memberi raja Tidore bedil ²⁰⁴ empat/puluh buah bedil, gandi tujuh puluh. Gandi janci ²⁰⁵, taun ²⁰⁶ ini kan ²⁰⁷ datang / ke Tidore. Sebu<ah> kapal belayar bulan Muḥar-ram. Sebu<ah> kapal tinggal nantikan kapal / duapuluh bu<ah>; taun lagi kan datang. Adapun anakda[h] sultan Abu Ḥayât tiada harap lain harap ayanda[h] sultan / Portukal: sebenarnya sultan Portukal memelihara anakda[h] pihatu ²⁰⁸ / lagi kanak-kanak, sebenarnya memelihara negeri Ternate. Canderamata / anakda[h] tiada seperti. *W'al salām bi-l-khair.*

²⁰⁰ As palavras em itálico estão em árabe.

²⁰¹ Segundo Blagden, este termo, quiçá um javanismo, não é um hápax, visto ocorrer num outro manuscrito que o autor cita; mas não é registado pelos dicionários. O que faria sentido seria *kirīm*, «enviar», e nessa conformidade traduzimos; mas a verdade é que não só falta o *mīm* final como é bem claro o *yâ'*, que em princípio não deve servir para notar um *i* em sílaba fechada.

²⁰² *sanakda* = *sanakanda*; cf. mais abaixo *anakda* = *anakanda*.

²⁰³ *datang* = *mendatangkan*, ou melhor, *kirīm* ou *mengirim*.

²⁰⁴ *memberi raja Tidore bedil...* = *memberikan raja Tidore bedil...* (ou *memeberi bedil... kepada raja Tidore*).

²⁰⁵ *janci* = *janji*.

²⁰⁶ *taun* = *tahun*.

²⁰⁷ *kan* = *akan*.

²⁰⁸ *pihatu* = *piatu*.

Tradução:**I**

Do sultão Abu Hayat, filho do sultão Bayan Sirrullah, carta enviada a [seu] tio-materno ²⁰⁹, el-rei de Portugal.

Vitória!

Carta del-rei, o sultão Abu Hayat, enviada a [seu] tio-materno el-rei de Portugal, grande rei do mundo e do universo inteiro, grão senhor ²¹⁰. Porque outrora el-rei de Portugal mandou Francisco Serrão vir a Maluco, ele destroçou-se em Amboino ²¹¹. Então todos os reis de Maluco ouviram que havia frangues ²¹² destroçados em Amboino. Então o rei de Tidore e [o de] Jeilolo mandaram a Amboino, ambos juntamente, querendo matar a Francisco Serrão ²¹³. Então el-rei de Ternate ouviu e mandou [seus] dois irmãos, levando sete paraus ²¹⁴, trazer Francisco Serrão e levá-lo

²⁰⁹ Acerca da a superioridade das linhagens dadoras de esposas sobre as tomadoras de esposas nas sociedades agnáticas da Insulândia oriental, de que resulta serem aí os tios maternos altamente respeitáveis, cf. *supra* nota 89. Mesmo entre os malaio, a despeito de a família ser cognática e não agnática, *mama*, «tio materno» é uma forma de tratamento respeitosa usada pelos soberanos para se dirigirem a seus bendaras (*bendahara*, «magistrado principal, primeiro-ministro») e, por extensão, a seus ministros em geral. Era costume os sultões tomarem esposa na família dos seus bendaras, considerada representar a terra-mãe, do que resultava bastas vezes serem efectivamente os bendaras tios maternos dos jovens sultões (cf. P. E. Josselin de JONG, «Textual anthropology and history: the sick king», in *Cultural contact and textual interpretation*, edited by C. D. GRIJNS and S. O. ROBSON, Verhandeligen van het Koninklijk Instituut voor Taal, Land- en Volkenkunde, Foris Publications, Dordrecht & Cinnaminson, 1986, pp. 219 & ss.).

²¹⁰ Para lá da hipérbole retórica, esta expressão corresponde a um reconhecimento explícito das pretensões de D. Manuel ao império universal (cf. o nosso estudo «L'idée impériale manuéline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe – Actes du Colloque*, ed. por Jean AUBIN, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1990, pp. 35 a 103), que por seu turno implica a legitimação das pretensões de Ternate à hegemonia no seio do pequeno arquipélago por uma autoridade superior: Abu Hayat prossegue assim a política de seu pai, que, como vimos, endereçara já uma carta de obediência a «El-Rei Dom Manuel, por graça de Deus senhor de todos os reis» (cf. *supra* nota 6).

²¹¹ Como vimos já, perdeu-se na realidade nas ilhas das Tartarugas, de onde uma coracora corsária o levou, com seus sete ou oito companheiros, a Amboino.

²¹² Do persa *farangî*, lit. «franco», por seu turno do grego bizantino *φράγκος* pronunciado *frangos*. O termo começou por se aplicar na época de Carlos Magno aos súbditos do império carolíngio, generalizando-se na época das cruzadas para designar no Próximo Oriente os cristãos de rito latino (ao passo que os de rito grego continuavam a ser designados por «romanos», em árabe e em persa *rûmî*).

²¹³ Esta afirmação é tendenciosa: os nossos cronistas são unânimes em afirmar que os vários reis de Maluco mandaram por Francisco Serrão a Banda, por desejarem tanto a presença comercial portuguesa nos seus portos como o apoio português nas lutas que continuamente tinham uns com outros – tanto mais que com a ajuda dos homens de Serrão a população de Ruçotelo (Nusa Telu, o porto a que se haviam acolhido em Amboino) rechaçara já um ataque da da vizinha península de Veranula em Ceirão (Barros, III, v, 6; G. Correia, II, p. 710).

²¹⁴ Barros (III, v, 6) fala de dez navios de Ternate, transportando cerca de mil homens, e sete de Tidore; António Galvão (cap. xxxix) de nove coracoras de Ternate e sete de Tidore; Gaspar

para Ternate. Então o país de Ternate [tornou-se] como o país de Portugal. Então el-rei de Portugal mandou uma caravela trazer uma carta para o rei de Ternate ²¹⁵; a caravela e a fazenda e os soldados foram entregues nas mãos do rei de Ternate. Então o junco de Ternate ²¹⁶ e a caravela navegaram para Malaca; [mas] a monção era passada, ficaram em Bachão. Então Tidore e Jeilolo mandaram o rei de Bachão matar os franges [que] ficaram em Bachão; fazendas e soldados, tudo foi tomado. Então o rei de Ternate ouviu. Então o rei de Ternate disse: «como é que os juncos del-rei de Portugal e a fazenda e os soldados ²¹⁷ [hão de ser] entregues nas nossas mãos? Mandemos devolver a Malaca juncos, fazendas e soldados! Se não devolverem, se não devolverem os juncos, as fazendas e os soldados del-rei de Portugal, faça-se guerra a el-rei de Bachão!» [Mas] então, o rei de Bachão tinha também armas; também Tidore e Jeilolo, juntos com Bachão, estavam prestes todos eles. Tidore e Jeilolo e Bachão logo mandaram uma rapariga. Essa era filha del-rei de Bachão; entretanto, el-rei de Ternate amou essa mulher. Então ela conseguiu dar-lhe veneno. Então faleceu el-rei de Ternate. Antes, el-rei de Tidore mandara convidar Francisco Serrão, trazendo-o a Tidore e dando-lhe de beber; nessa ocasião deram-lhe veneno. Então veio para casa; quatro dias esteve doente, morreu. Alguns dias depois el-rei morreu. Então ele, nesse momento de morrer, confiou el-rei Abu Hayat a [seu] tio-materno o rei de Portugal, porque Ternate é o porto del-rei de Portugal, pois Tidore e Jeilolo e Bachão, por môr da fazenda del-rei de Portugal, movem guerra a Ternate [...]. Que o tio conceda rapidamente ajuda a Ternate! Esta carta é como se nós trouxéssemos bem e mal [...]

Correia (II, p. 710) contenta-se com dois barcos de Ternate; Castanheda, que supõe Serrão naufragado em Ternate, logicamente não refere o episódio; e Gabriel Rebelo (*Informação...*, II, i) não dá pormenores.

²¹⁵ Refere-se à caravela de D. Tristão de Meneses, enviada de Malaca por D. Aleixo de Meneses em 1518, que trouxe a carta de D. Manuel ao sultão de Ternate, escrita em 1517, que não chegou até nós.

²¹⁶ Não existindo em malaio afixos para formar o plural, *jung Ternate* tanto se pode traduzir por «o junco de Ternate» como por «os juncos de Ternate». Optámos na tradução pelo singular com base na informação repetida em diversos depoimentos do processo de Maluco (cf. *supra* nota 103), em especial o de Diogo Brandão, segundo a qual em conserva com D. Tristão veio para Malaca *um* junco del-rei de Ternate, em que vinha um de seus filhos como embaixador ao capitão da praça, acompanhado de 150 a 200 homens de armas que aí ficaram servindo durante cinco ou seis meses; é certamente esse junco que aqui está em causa.

²¹⁷ Este passo dá a entender que, ao contrário do que afirmam os nossos cronistas, houve, para além dos portugueses mortos no motim e do que se salvou a nado, outros que ficaram prisioneiros.

II

Louvor a Deus, senhor dos mundos!

Ó augusto! Ó piedoso!

Isto é uma carta de amizade do sultão Abu Hayat, uma carta endereçada a seu nobre pai ²¹⁸, o sultão ²¹⁹ de Portugal, do mundo e do universo – é ele, o mui magnífico – mandada para contar a situação do país: pensai que [seu] nobre parente, o sultão Bayan Sirrullah ²²⁰, deixou o país de Ternate ²²¹, e eis todo o problema do país. Agora el-rei de Castela [fez] chegar dois navios, trazendo suas armas e suas fazendas e protegendo o porto del-rei de Tidore, [que se tornou] verdadeiramente um porto del-rei de Castela. O sultão de Portugal protegia o sultão de Ternate, porque o porto do sultão de Ternate é o porto do sultão de Portugal. Agora el-rei de Castela dá a el-rei

²¹⁸ Traduzimos ora por «nobre» ora por «querido», conforme melhor nos pareceu em cada caso, o sufixo *-da* ou *-anda* que em malaio se apõe aos termos de parentesco para denotar respeito e afecto.

²¹⁹ Note-se como nesta carta os soberanos de Ternate e de Portugal são sempre designados por *sultões* (*sultan*), ao passo que os de Tidore e de Castela são simplesmente *reis* (*raja*), o que está sem dúvida relacionado com a ideia, a que aludimos já, de que o título de sultão é superior ao de rei.

²²⁰ As fontes portuguesas (Barros, III, v, 6; Castanheda, VIII, xxii, lvii & xcii; Galvão, cap. xxxix) dão-lhe, as mais das vezes, o nome *Cachil Boleife*, cujo primeiro elemento representa o título de *kaicil*, dado em Maluco aos reis e aos príncipes, e o segundo pode representar a deturpação de uma *kunya* como *Abu'l 'Ayṣh* («pai de Aix», nome mais corrente na forma feminina *'Ayṣha*, Aixa); a forma *Raja Abuleis* dada por Pigafetta parece transcrevê-la exactamente; não é impossível que o *f* de *Boleife* represente a má leitura de um *s* longo que se tenha generalizado aos poucos, embora a constância da forma com *f* dê que pensar. Gabriel REBELO (*Informação...*, p. III, cap. xii) diz que o defunto sultão se chamava «segundo alguns escreveram *Quechil Boleife*», mas «segundo dizem seus filhos *Quechil Baiano Cirola*, que quer dizer “lugar bom e limpo” e “couza clara”» — o que é, evidentemente, uma transcrição aproximada de Kaicil Bayan Sirrullah, a forma com que aqui topamos. A interpretação é também *grosso modo* correcta, já que *bayân* significa em árabe «claridade, ilustração, evidência» (enquanto *sirr Allah*, no nominativo *sirru'llah*, que Rebelo não traduz, significa «segredo de Deus, âmago de Deus, mistério de Deus»). Transcrevem o mesmo nome a forma *Coltan Bem Acorala* (talvez a ler preferentemente *Çoltam Benia Çorala*) dada por Tomé Pires (*Suma Oriental*, fl. 157 r), e as formas *Benarecoralla*, *Maaracola*, *Benaracola*, *Benerraçorala* e *Binaracola* dos diferentes manuscritos de Duarte Barbosa (cap. 64, § 2): cf. Georg SCHURHAMMER, *San Francisco Javier, su vida y su tiempo*, Gobierno de Navarra, Compañía de Jesus & Arzobispado de Pamplona, 1992, tomo II, liv. II, cap. v, § 9, nota 388.

²²¹ Eufemismo para dizer que morreu, envenenado segundo tudo leva a crer por ordem dos reis de Tidore e Bachão, como explica o documento anterior. Esta versão dos factos é confirmada pelo testemunho de Bartolomeu Gonçalves no auto de Tomar (CAA, IV, p. 164), que diz Francisco Serrão e Bayan Sirrullah falecidos no mesmo dia; e pelo testemunho, mais serôdio, de João de Barros (III, v, 7), que, como vimos, coloca o falecimento do rei de Ternate e o de Francisco Serrão, à mesma época do de Magalhães, sobrevivendo a 27.IV.1521. Como vimos acima, Castanheda (VI, xii) e Gaspar Correia (II, p. 713) divergem dos autores precedentes em situarem a morte do sultão de Ternate após a chegada dos castelhanos a Tidore, e em imputá-la às suas manobras. Galvão (cap. 39) diz que o rei Boleife de Ternate faleceu alguns dias depois de Francisco Serrão, sem todavia falar de envenenamento em qualquer dos casos.

de Tidore armas de fogo²²², quarenta armas de fogo, e arcos setenta. Os arcos são promessa, este ano virão para Tidore. Um navio fez-se à vela no mês de Muharram²²³. Um navio ficou²²⁴, esperando os vinte navios; um ano mais e virão²²⁵. Quanto a vosso querido filho, o sultão Abu Hayat, não tem outra esperança senão a esperança em seu nobre pai, o sultão de Portugal: na verdade o sultão de Portugal protege o seu querido filho, órfão e ainda menino, na verdade ele protege o país de Ternate. O presente de vosso querido filho não é como devia ser²²⁶. *Paz no Excelso!*

III

Tradução quinhentista do documento II²²⁷

Carta que vem do soltan Abohad pera El-Rei de Purtugal, rei muito grande e poderoso e senhor do mundo.

Senhor:

Dou novas a Vossa Alteza porquanto sei que com elas lhe há de pesar; as quaes são que meu Pai é morto, e eu estou agora aqui em seu lugar. Saberá Vossa Alteza que aqui vieram ter duas naos de Castela, nas quaes não vinha mais que fazenda e armas pera fazerem forte a ilha de Tidore, dizendo que aquele lugar era seu, como de feito está por eles. Mande Vossa Alteza agora guardar a terra de Tarnate, porque é terra de Vossa Alteza. Deram nos castelhanos a el-rei de Tidore quarenta bombardas e

²²² Para não violentar o texto traduzimos por «armas de fogo» o termo *bedil* que normalmente designa as espingardas; mas, como o entendeu também em Malaca o tradutor quinhentista do documento, deve tratar-se de bombardas, geralmente designadas em malaio por *meriam*, às vezes por *bedil besar*, «espingardas grandes».

²²³ O mês de Muharram do ano 928 da Hégira começou a 1.XII.1521 (cf. A. CAPELLI, *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo*, 6.^a ed., Ulrico Hoepli, Milão, 1988, p. 174); sabe-se que as duas naus sobreviventes da frota de Magalhães, a *Victoria* e a *Trinidad*, fundearam em Tidore a 8.XI.1521, e que a *Victoria* partiu daí, rumo ao Cabo da Boa Esperança (transformando assim em circumnavegação do globo o que se previra ser uma viagem de ida e volta pelo Pacífico) a 21.XII.1521, ou seja, a 21 de Muharram de 928 A. H.; por conseguinte o texto é, neste particular, exacto. O modo como se exprime o escriba dá a entender que a carta foi escrita passado já o mês de Muharram, isto é, depois de 30.XII.1521, mas antes de 6.IV.1522 (cf. a nota seguinte).

²²⁴ A nau *Trinidad*, que apenas veio a partir a 6.IV.1522, em direcção ao Panamá, onde, como é sabido, não logrou chegar, vendo-se obrigada a regressar a Maluco e a render-se aos portugueses; mas se atrasou a partida não foi porque aguardasse outras vinte naus, que tivessem ficado para trás, mas simplesmente porque fazia água e precisava de ser reparada.

²²⁵ Trata-se, bem entendido, de um boato posto a correr pelos homens de Gómez de Espinosa e Sebastião de Elcano, para acreditar entre os malucos a grande potência dos castelhanos, pois bem sabemos que nem a armada de Magalhães se compôs jamais de mais de cinco velas nem se pensava em Castela em mandar segunda frota enquanto não tornasse a primeira. Castanheda (VI, x) refere-se vagamente a este boato, reportando que os castelhanos haviam afirmado ao rei de Tidore que, «quando tornassem com a armada que diziam, o [sc. sultão de Ternate] fariam vassalo do Emperador posto que não quisesse».

²²⁶ Ignoramos em que consistisse o presente.

²²⁷ Já publicada por B. de SÁ, *Documentação...*, vol. I, doc. 18, pp. 126-127 com alguns pequenos erros de leitura, sem importância, mas com um salto de nove linhas do ms.

sassenta bestas. E lhe pormeteram que pera est'outro ano virão com vinte naos. E uma nao se partio logo com este recado e a outra ficava no porto, dizendo que ali havia d'esperar as outras até que viessem. Eu, Senhor, a estes homens nunca obedeci nem menos nunca hei d'obedecer enquanto aí houver portugueses. Nom intendo senão morrer e viver por serviço de Vossa Alteza. Peço, Senhor, a Vossa Alteza outra vez que mande olhar e defender esta vossa terra de Tarnate, e a mim mande emparar, porquanto são moço e órfão. Senhor não / digo mais a Vossa Alteza senão que eu e esta terra que é vossa. Senhor, se nesta carta vai algũa cousa de descortesia a Vossa Alteza, perdoi-me, porque são moço e não entendo mais.

Treladada foi esta carta per Álvaro Fernández, língua em esta forteleza de Melaca.

Esta carta é o trelado desta que vai em linguagem malaia, a qual abri porque não sei se haverá em Portugal quem a saiba leer, e por isso o fiz. De Malaca, xxbij.^o [=28] dias d'Agosto de b^c xxij [=522] anos.

@ Jorge d'Albuquerque

(*por fora, em letra coeva:*) Trelado da carta d'el-rei de Maluco. Lida.

(*atravessado:*) Carta del-rei de Maluco em que diz que é este o trelado que enviam de Malaca.

ANEXO

Carta de Álvaro do Cocho a D. Manuel ²²⁸

ANTT, *Corpo Cronológico*, parte III, maço 6, doc. 3
Malaca, 2 de Janeiro de 1516

Senhor:

O ano de quinhentos e quinze Jorge d'Albuquerque ²²⁹, capitão de Malaca, me mandou a Banda em um junco de Nina Çuria Deva ²³⁰, carregar de maça, e pera fazer

²²⁸ Damos em apêndice a transcrição deste documento português por ser coevo e se reportar aos mesmos factos a que aludem as duas cartas malaias, mas ter escapado a Basílio de Sá, que o não transcreveu na sua colectânea.

²²⁹ Cf. *supra* nota 9.

²³⁰ Geralmente designado nos textos portugueses por Nina Çuria Deva (frequentemente sem cedilha, Curia Deva), era no primeiro quartel do século xvi o mais rico mercador de Malaca. Era de origem tâmul e partilhava com um mercador de Agrecim ou Gresik, em Java Oriental, Pate Çuçuf (Patih Yusuf?), o monopólio da noz-moscada de Banda e do cravo das Molucas. Enviava ali em média oito juncos por ano, ao passo que o seu rival javanês só enviava três ou quatro. Activo desde a época sultanal, é mencionado no *Sejarah Melayu* sob o nome Naina Suriadewana (curiosa contaminação do nome sanscrítico *Surya-deva*, «deus Sol», com *dewana*, «louco, apaixonado, doido de amor», do persa *dīvânè*, «louco»). Continuou as suas actividades sob o regime português e encontramos vestígios das suas transacções nas Molucas e mesmo na China até 1527. *Nina*, *Neina* ou *Naina* (do sânscrito *nayana*, «condutor», nome verbal da √ *nī*, «conduzir») é um título, dado de começo aos dirigentes das corporações de artífices e comerciantes, mas usado em Malaca para praticamente todos os mercadores hindus; por vezes usa-se por cortesia o plural tâmul *nayanar*.

a carga ao navio *São Francisco*, bretão, o qual vêo mui bem carregado, tudo a salvamento. Ainda que eu estive três dias sobre um baixo, prouve a Nossa Senhora de nos tirar ali sem perda da fazenda de Vossa Alteza nem do junco. Agora, Senhor, me manda Jorge de Brito ²³¹ a Maluco com a capitania e feitoria de um junco ²³² em que vão certas peitacas ²³³ por Vossa Alteza, que espero de virem mui bem carregadas e servir Vossa / [Alteza] como Deus me ajudará, segundo o zelo que pera isso tenho. Maluco, Senhor, nom é até 'gora descoberto de portugueses, somente de Francisco Serrão que está lá, que foi ter perdido em um barquinho. Os reis das ilhas todas oferecem a obediência a Vossa Alteza, e já escreveram o ano passado ²³⁴; estão esperando por verem portugueses no seu porto. Eu, Senhor, levo daqui um junco grande e novo e doze homens portugueses com um piloto e oitenta jaus. Parto daqui a quinze de Janeiro de quinhentos e dezasseis. É viagem de xx meses. De Malaca, a dous de Janeiro.

@ Álvaro do Cocho

(nas costas:) d'Álvaro do Cocho, de Malaca.
(e atravessado:) d'Álvaro do Cocho, de Malaca.
(e ao contrário:) A El Rei nosso Senhor.
(mais abaixo:) Lida.

²³¹ Cf. *supra* nota 120.

²³² Entre outras medidas igualmente impopulares (cf. o nosso artigo, «A escravatura em Malaca no século XVI», in *Stvdia*, n.º 53, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 1994, pp. 253-316), Jorge de Brito, 3.º capitão de Malaca (1515-1517) ordenara, com efeito, que todo o navio em que viajasse fazenda del-rei de Portugal levasse capitão e feitor português (Barros, III, i, 9; cf. a carta de Francisco de Faria a El-Rei, Malaca, 14.VIII.1517, ANTT, CC, I-22-62, transcrita in *Os Portugueses em Malaca*, cf. *supra* nota 9, vol. II, doc. 8, pp. 139 & ss.); é certamente nessa conformidade que Álvaro do Cocho assume o comando do junco, embora apenas algumas pitacas tivessem sido fretadas por Sua Alteza.

²³³ *Peitaca*, ou mais geralmente *pitaca*, é um compartimento do porão de um junco, susceptível de ser alugado separadamente e servindo ao mesmo tempo de corta-fogo; do malaio *pétak*, «compartimento, divisão, secção», por sua vez do sânscrito *piṭaka* «cesto».

²³⁴ São as missivas a que aludem tanto Tomé Pires como Jorge de Albuquerque na sua carta de 8.I.1515 a El-Rei (cf. *supra* nota 6); como vimos, conserva-se a versão portuguesa da de Bayan Sirrullah.

FONTES CITADAS ABREVIADAMENTE

ANTT= Arquivo Nacional da Torre do Tombo

B. DE SÁ, *Documentação...* = Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Insulíndia*, 6 vols., Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954-88.

BARROS = *Ásia de João de...*, *dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*; servimo-nos da ed. de Hernâni Cidade e Manuel Múrias, 4 vols., Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1945-48 [citado por *década*, em romano maiúsculo, *livro*, em romano minúsculo, e *capítulo*, em algarismos].

CAA = *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, pub. (...) sob a direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato [e Henrique Lopes de Mendonça], 7 vol, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1884-1935.

Castanheda = Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses*; servimo-nos da ed. de Pedro de Azevedo [e Laranjo Coelho], 4 vols., Imprensa da Universidade de Coimbra, 1924-33 [cit. por *livro*, em romano maiúsculo e *capítulo* em romano minúsculo].

CC = *Corpo Cronológico*, colecção do ANTT, citado por *parte-maço-documento*.

Comentários = Afonso [Brás] de Albuquerque, *Comentários de Afonso de Albuquerque*; servimo-nos da ed. de Joaquim Veríssimo Serrão, 2 vols., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1973 [cit. por *livro* e *capítulo*].

CORREIA = *Lendas da Índia* por Gaspar Correia, pub. (...) sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, 4 tomos em 8 partes, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1858-66 [reimp. parcial, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921-25]; [cit. por *tomo* e *página*].

COUTO = *Ásia de Diogo do...*, *dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*; 15 volumes, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1778-1788; reimpressão anastática Livraria Sam Carlos, Lisboa, 1973-1975, [citado por *década*, em romano maiúsculo, *livro*, em romano minúsculo, e *capítulo*, em algarismos].

FELGUEIRAS GAYO = Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 12 vols., 3.^a ed. (fac-símile da 1.^a), Ed. Carvalhos de Basto, Braga, 1992.

G. CORREIA – vide CORREIA.

GALVÃO, António = *A treatise on the Moluccas (c. 1544), probably the preliminary version of António Galvão's lost História das Molucas*, edited, annotated, and translated into English from the Portuguese manuscript in the Archivo General de Indias, Seville, by Hubert Th. Jacobs, S. J., Jesuit Historical Institute, Roma, 1971.

GOIS = Damião de Goes, *Chronica d'El-Rei D. Manuel*, servimo-nos da ed. de Mello de Azevedo, 12 vols., Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Lisboa, 1909-1912.

JMBAS = *Journal of the Malayan [depois Malaysian] Branch, Royal Asiatic Society*, Singapura [depois Kuala Lumpur].

NAVARETE = Martín Fernández de Navarrete, «Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV», in *Obras de Don...*, edición y estudio preliminar de D. Carlos Seco Serrano, 3 vols., Biblioteca de Autores Españoles, tomos LXXV-LXXVII, Atlas, Madrid, 1954-64.

NEVES ÁGUAS = *Fernão de Magalhães – A primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participaram*, prefácio e notas de..., Pub. Europa-América, Mem Martins, 1986.

PIRES, Tomé – vide *Suma Oriental*.

PMC = Armando Cortesão & A. Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Chartographica*, 6 vols, Lisboa, 1960 [2.^a ed., em formato reduzido e graficamente deficiente, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1987].

RCI = *Registo da Casa da Índia*, introdução e notas do Prof. Luciano Ribeiro, 2 vols., Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

REBELO, Gabriel, *História das Ilhas de Maluco escripta no anno de 1561*, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, vol. III, doc. 34, pp. 192 & ss.; *Informação das Cousas de Maluco dadas ao Senhor Dom Constantino*, reproduzido *ibidem*, doc. 35, pp. 345 & ss.

SÁ, Artur Basílio de – vide B. de Sá.

Sejarah Melayu = [i.e. «História dos Malaio», crónica do Sultanado de Malaca das origens à conquista portuguesa, prolongada nalguns ms. até ao último quartel do século XVI]. Utilizámos a versão inglesa de C. C. Brown «*Sejarah Melayu* or 'Malay Annals', a translation of Raffles MS 18, (in the Library of the R. A. S., London)», with commentary by..., in *JMBRAS*, Vol. 25, pts 2 & 3, n.º 159, Singapura, Out.º 1952; e o texto malaio de uma outra versão pub. por W. G. Shellabear *Sejarah Melayu*, diusahakan oleh..., Penerbit Fajar Bakti, Petaling Jaya (Malásia), 3.^a ed., 1977 (reimp. 1986). O texto malaio em que se baseia a tradução de Brown fora pub. por Sir Richard Winstedt in *JMBRAS*, vol. 16, pt 3, 1938; uma outra edição combinando três manuscritos por A. Samad Ahmad, *Sulatus Salatin (Sejarah Melayu)*, diselenggarakan oleh..., Dewan Bahasa dan Pustaka, Kementerian Pelajaran Malaysia, Kuala Lumpur, 1979.

Suma Oriental = Armando Cortesão *The Suma Oriental of Tomé Pires, an account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515 and The Book of Francisco Rodrigues, rutter of a voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515*, translated from the Portuguese MS in the Bibliothèque de la Chambre des Députés, Paris, and edited by..., Hakluyt Society, Londres, 1944 [reimp. Kraus Reprint Ltd, Nendeln, Liechtenstein, 1967]; ed. do texto português só, com a versão das notas da ed. de Londres mas sem índices: Armando Cortesão *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Duarte Rodrigues*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1978. [cit. pelo fólhos do ms indicados à margem em ambas as edições].